

ANDRÉA CASTANHEIRA

**OS IMPACTOS DO PROGRESSO:
DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO DE FAMÍLIAS NO
MUNICÍPIO DE PALHOÇA/SC, EM FACE DA DUPLICAÇÃO
DA BR-101/SC.**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Alicia Norma González de Castells.

**Florianópolis
2010**

ANDRÉA CASTANHEIRA

**OS IMPACTOS DO PROGRESSO:
DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO DE FAMÍLIAS NO
MUNICÍPIO DE PALHOÇA/SC, EM FACE DA DUPLICAÇÃO
DA BR-101/SC.**

Esta Monografia foi julgada adequada e aprovada para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais pelo Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina pela Orientadora e Banca Examinadora.

Aprovada em 29/12/2010

Prof.^a Alicia Norma González de Castells (Orientadora)

Prof.^a Maria José Reis

Prof.^a Maria Soledad Etcheverry

Dedico este trabalho a meu marido Adilson, carinhosamente conhecido como Júnior, aos meus amados filhos Fábio, Vinicius e Pedro, minha nora Adriana e meus queridos netos, Vitor Eduardo e Tayana, pelo apoio, compreensão e amor que sempre recebi durante minha jornada à realização deste trabalho.

Dedico também a minha sogra Vera Lúcia que sempre esteve subsidiando cuidados para com a família para que eu pudesse prosseguir e enfrentar os obstáculos de forma segura, e hoje toda a família pode colher o fruto da vitória.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela vida que recebo diariamente, por sempre iluminar meus caminhos, por sempre me fazer refletir e pensar que todos somos irmãos e merecedores de amor e atenção. Agradeço também pela família amorosa que sempre esteve comigo compartilhando todas as emoções e me apoiando quando necessário. Em especial, a minha mãe Brígida Lourdes e minha irmã Valéria Cristina que sempre me trouxeram uma palavra amiga e força para continuar lutando.

Agradeço a todos os docentes que conheci e que compartilharam comigo seus saberes durante minha jornada na UFSC. Em especial agradeço à professora Alicia Norma González Castells por ter sido tão atenciosa comigo desde o primeiro contato, sempre me incentivando com palavras amigas.

Sou grata pela atenção e comprometimento recebidos por parte dos entrevistados que sempre me receberam de braços abertos, contribuindo para o desenvolvimento do presente trabalho, resultando numa reflexão necessária sobre a questão social da qual tratamos.

Sou igualmente grata aos meus amigos Anderson Alcides Jeremias, Mary Angela Marques Leite, Álvaro Leite Júnior e Josiane Espindola dos Santos, por sempre me apoiarem e contribuírem para o meu crescimento pessoal e profissional; valeu por suas amizades tão sinceras e construtivas. Também não posso deixar de mencionar minhas amigas Marina Estela S. Silva, Sirlene Izaura Wilbert, Cristiane V. Mendes Duthevicz, Alice Terezinha Corrêa Nunes e Lígia Maria Carneiro Azevedo Santos, que sempre se mostraram solidárias e prestativas em todos os momentos.

Sou grata ao meu Chefe Cesar Augusto Flores Santos pelo incentivo recebido e por acreditar em mim durante o percurso de minha trajetória acadêmica e pela humildade no tratamento para comigo, além da compreensão em me atender nos momentos em que precisei. Meu muito obrigado!

Sem esquecer essencialmente das minhas amigas Scheila de Souza Orlandi e Ellen Cristine Roloff, com as quais descobri que nunca é tarde para construirmos laços de afeto e cumplicidade, porque sempre estiveram presentes com um sorriso, com lágrimas, com uma palavra amiga, com um abraço, ou seja, sentimentos fortes resultantes de uma amizade que só faz crescer. Elas me mostraram através de seus exemplos que a superação é algo que faz de nós, melhores humanos.

A todos aqueles que ao colocarem obstáculos ao longo do

caminho, também contribuíram para o processo de aprendizagem.

Por fim, agradeço aos demais colegas que também contribuíram em algum momento, seja através de algum trabalho, alguma explicação da matéria, em alguma aula perdida ou troca de experiência.

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo as desapropriações residenciais decorrentes da duplicação da BR-101/SC – Trecho Sul. Trata-se de verificar como este processo se deu, a partir da ótica dos desapropriados; suas implicações sociais, econômicas e políticas, as mudanças geradas em suas vidas a partir deste evento e as estratégias desenvolvidas por eles neste processo de mudança para outro local de moradia. O presente estudo também visa investigar como os órgãos governamentais responsáveis por este processo, atenderam/assistiram os desapropriados. Pretende-se levantar junto à comunidade selecionada para esta pesquisa seus questionamentos, dúvidas, receios e opiniões, visto que neste tipo de processo não são somente as construções materiais que são derrubadas, mas também as relações sociais e as referências das vidas dos moradores envolvidos, construídas ao longo de uma existência na região original de habitação. Para a pesquisa empírica, a região escolhida foi o bairro Pontal, no município de Palhoça, Santa Catarina, onde foram selecionadas algumas famílias desapropriadas. Foram entrevistados também, dois técnicos do órgão responsável pelo referido processo, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT/SC. Para a análise teórica foram utilizados materiais bibliográficos nas áreas de antropologia e sociologia, além de dados oficiais do Governo Federal.

Palavras chaves: Deslocamento compulsório, estratégias familiares, comunidade do Pontal.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1 - Mapa do GOOGLE referenciando a Rua José Bonifácio, principal via do bairro Pontal.	41
Foto 2 - Avenida José Bonifácio. Foto de Andréa C. 2009.	42
Foto 3 - Restaurante localizado ao final da Avenida José Bonifácio. Foto de Andréa C. 2009.	43
Foto 4 - Igreja Católica, localizada no lado direito da Avenida José Bonifácio, sentido praia/bairro. Foto de Andréa C. 2009.	43
Foto 5 - Mercado localizado no lado direito da Avenida José Bonifácio, sentido praia/bairro. Foto de Andréa C. 2009.	44
Foto 6 - Rua 15. Foto de Andréa C. 2009.	44
Foto 7 - Manguezal. Foto de Andréa C. 2009.	45
Foto 8 - Manguezal. Foto de Andréa C. 2009.	45
Foto 9 - Precariedade da Rua 15. Foto de Andréa C. 2009.	46
Foto 10 - Precariedade da Rua 17. Foto de Andréa C. 2009.	47
Foto 11 - Grupo Escolar Professora Francisca R. de F. Costa. Foto de Andréa C. 2009.	48
Foto 12 - Rua Domingos de Souza Filho. Foto de Andréa C. 2009.	49
Foto 13 - Farmácia localizada na Rua Domingos de Souza Filho. Foto de Andréa C. 2009.	49
Foto 14 - Igreja católica localizada na Rua Domingos de Souza Filho. Foto de Andréa C. 2009.	50
Foto 15 - Igreja Evangélica localizada na Rua Domingos de Souza Filho. Foto de Andréa C. 2009.	50
Foto 16 - Posto de Saúde. Foto de Andréa C. 2009.	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Volume Médio Diário na BR-101 (trecho sul) referente ao ano de 1997.....	27
--	----

LISTA DE SIGLAS

CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CRAB – Comissão Regional de Atingidos por Barragens
CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
D.O.U – Diário Oficial da União
DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IME – Instituto Militar de Engenharia
IPTU – Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana
OAB CIDADÃ – Ordem dos Advogados do Brasil
ONGs – Organizações não Governamentais
PBA – Projeto Básico Ambiental
SICRO – Sistema de Custos Referenciais de Obras
SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil
SOTEPA – Sociedade Técnica de Estudos, Projetos e Assessoria Ltda

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A PESQUISA NAS SOCIEDADES COMPLEXAS	16
3 A DESAPROPRIAÇÃO E SEUS EFEITOS SOCIOCULTURAIS	19
4 O PROJETO DE DUPLICAÇÃO DA BR-101/SC – TRECHO SUL	25
4.1 Justificativas do projeto de duplicação da BR-101 – trecho sul	25
4.2 Desapropriações	31
5 O BAIRRO - PONTAL/PALHOÇA/SC	37
5.1 O bairro a partir da ótica dos entrevistados	51
5.2 Relações de vizinhança e parentesco a partir do bairro	55
6. O PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO NA ÓTICA DOS “ATINGIDOS”	62
6.1 A reação diante de uma mudança imposta.....	62
6.2 Resistência e estratégias de negociação	65
6.3 Participação e reivindicação	66
6.4 Indenizações justas ou injustas	69
6.5 A comunidade na visão dos técnicos	71
6.6 Procedimentos utilizados para desapropriações no bairro Pontal	71
6.7 Acompanhamentos junto às famílias desapropriadas	72
6.8 Agentes envolvidos no processo de desapropriação	73
6.9 Visões sobre o empreendimento	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERENCIAS	84
SITES ACESSADOS	87
ANEXOS	88
ANEXO A - ENTREVISTA N.º 01 (26/09/2009 - SÁBADO)	89
ANEXO B - ENTREVISTA N.º 02 (03/10/2009 - SÁBADO) - ENTREVISTA REGISTRADA EM DIÁRIO DE CAMPO	97
ANEXO C - ENTREVISTA N.º 03 (03/10/2009 - SÁBADO)	102
ANEXO D - ENTREVISTA N.º 04 (07/11/2009 - SÁBADO)	114
ANEXO E - ENTREVISTA N.º 05 (11/11/2009 – QUARTA-FEIRA)	123
ANEXO F - ENTREVISTA COM O ENGENHEIRO DA EMPRESA SOTEPA (24/11/2010 – QUARTA-FEIRA)	129
ANEXO G - ENTREVISTA COM A ADVOGADA DA PROCURADORIA DO DNIT (24/11/2010 – QUARTA-FEIRA) . 135	

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho originou-se a partir de reflexões feitas durante minhas atividades laborais numa área que lida permanentemente com formulações de projetos voltados para conservação, manutenção, construção e duplicação de rodovias federais. Ao longo do tempo, minha curiosidade a respeito de tais projetos foi sendo despertada, embora minhas atividades fiquem mais restritas à parte administrativa (secretariado).

Manuseando cotidianamente documentos do tipo ofícios, memorandos, fax, relatórios, entre outros, comecei a me interessar especialmente pela temática da desapropriação de famílias por causa de construções de rodovias, até mesmo porque muitas vezes fui procurada por pessoas que passavam por tal situação.

Embora eu não tivesse qualificação técnica para conduzir as pessoas nas tramitações que envolvem esses processos de desapropriação, cabia a mim, ao menos, indicar os profissionais responsáveis.

No meu ambiente de trabalho, não raro, acompanhei diálogos que refletiam as dificuldades oriundas das negociações a título de desapropriações estabelecidas entre os técnicos designados pela autarquia governamental e os moradores, especificamente no que tangia à duplicação da rodovia BR-101/SC – trecho Sul. Naqueles momentos eu naturalmente me percebia refletindo a respeito das dificuldades enfrentadas por aquelas pessoas que involuntariamente deveriam abandonar seus lugares de residência.

Supunha que esse processo deveria envolver muitas negociações, abrangendo aspectos econômicos, sociais, políticos entre outros; mas o que mais me intrigava era imaginar como seria difícil para essas pessoas sair do bairro onde moravam, romper suas rotinas diárias, suas relações pessoais (vizinhos, amigos, conhecidos), seus espaços simbolicamente mapeados. Tal constatação me inquietava, tanto profissional quanto sociologicamente, vindo a resultar em questionamentos sobre os indivíduos envolvidos neste processo.

Várias perguntas me vinham à mente: existiam relações sociais a partir do bairro? Como essas pessoas desapropriadas viam seu bairro antigo em relação à infraestrutura? Quais reações tiveram com a notícia que teriam que sair/mudar de suas residências na época? Houve resistências? De que tipo? Quais foram suas estratégias de negociação? Suas relações sociais de amizade, vizinhança e parentesco sofreram perdas a partir de seus deslocamentos compulsórios? Como se sentem

em suas novas habitações e bairros escolhidos? Será que pensaram em algum momento em retornar ao bairro anterior?

Esses questionamentos amadureceram com o passar do tempo e fizeram com que eu me decidisse por investigar o tema dos deslocamentos compulsórios, visto a partir da ótica das pessoas envolvidas.

Sendo assim, este trabalho é um estudo de caso junto às famílias que moravam na comunidade do bairro do Pontal, na altura do km 223 da BR-101/SC, em Palhoça/SC, local caracterizado por ter certa concentração de pessoas morando as margens da rodovia, residindo muito próximo uns dos outros, e que tiveram que mudar de residência, em decorrência da duplicação da BR-101 – Trecho Sul, passando por um processo de desapropriação.

Nossa pesquisa teve como base sete entrevistas. Cinco delas foram realizadas com pessoas desapropriadas no bairro do Pontal, local onde houve um total de 11 desapropriados, de acordo com o relatório “As Built”, 2007. As outras duas entrevistas foram realizadas com técnicos do DNIT/SC. Geralmente, os encontros com os entrevistados ocorreram nas residências dos desapropriados, com exceção de uma que ocorreu no ambiente de trabalho, fato que se repetiu quando das entrevistas com os técnicos. Os interlocutores moradores do bairro Pontal (Palhoça/SC) somam um total de sete pessoas, sendo quatro homens e três mulheres, que demonstraram prontidão, atenção e interesse em participar desta pesquisa.

A hipótese de trabalho que guiou este trabalho é de que essas pessoas sofreram perdas nas relações sociais por conta das mudanças de vida por que passaram. Tal hipótese impeliu-me a tentar compreender como lidaram com a perda de referências então estabelecidas no local da antiga moradia. Esse tipo de ação pode ser considerado gerador de conflitos e merecedor de atenção por parte de políticas públicas. Neste trabalho ele é motivo de investigação através da análise de dados secundários, revisão bibliográfica, obtenção de dados primários com a realização de entrevistas.

Visando conhecer a perspectiva dos atores sobre as desapropriações de seus locais de residências em decorrência da implantação de obras de grande envergadura, procurou-se identificar nesta pesquisa as estratégias realizadas pelas famílias envolvidas no processo expropriatório da duplicação da BR-101. A visão ora apresentada traz como dado inovador fazer com que se torne um aspecto integrante e fundamental deste processo os questionamentos, as dúvidas, os receios e as opiniões dos membros da comunidade envolvida,

fazendo com que sejam personagens ativas da problemática, e não meros espectadores que ficam a mercê de instituições várias que normalmente definem os seus destinos.

No intuito de identificar o quanto esses processos interferem em suas relações sociais me propus inicialmente

- Mapear geograficamente o destino das famílias envolvidas no processo de desapropriação na localidade do Pontal, no município de Palhoça/SC;
- Estudar as estratégias desenvolvidas por essas famílias no processo de mudança de residências;
- Conhecer e caracterizar como essas famílias foram assistidas pelos órgãos envolvidos na desapropriação, com o objetivo de evidenciar como o processo se efetivou e poder entender o que é proposto pelo Programa em comparação com a realidade;
- Analisar as mudanças geradas pelo processo nas relações sociais dessas pessoas.

Para o desenvolvimento dos objetivos acima descritos, foram consultadas obras de áreas disciplinares fronteiriças como Antropologia, Sociologia e História, assim como documentação do governo federal. O tema sempre pesquisado foi a implantação de grandes obras e alguns de seus desdobramentos, já que são os deslocamentos compulsórios o foco deste estudo.

No presente trabalho, a pesquisa de campo constituiu fundamentalmente a aplicação de entrevistas mais formais, sendo que só algumas dessas puderam ser gravadas. Meu diário de campo também foi um instrumento de apoio. Nele, procurei narrar eventos e expressar sentimentos, impressões e ideias acerca de cada entrevista realizada, utilizando-me assim, da livre expressão.

Inicialmente, contei com a ajuda de um técnico da empresa Sotepa – Sociedade Técnica de Estudos, Projetos e Assessoria Ltda., contratada¹ pelo DNIT, empresa esta que tinha como atividade alocar equipe de apoio para a execução dos serviços de revisão, atualização e complementação ao Projeto de Desapropriação da Duplicação da BR-101/SC – Trecho Sul.

Esse mesmo técnico havia participado, segundo seu depoimento, de algumas tratativas que envolviam desapropriações de certas famílias

1 Pelo Contrato de Empreitada UT-16.005/2002-00, datado de 30/12/2002, publicado no D.O.U em 10/01/2003 – Seção 3, Pág. 58.

no bairro do Pontal e me facilitou a identificação de nomes e respectivos telefones para futuros contatos. Eu já tinha em mente que muitos desses possíveis contatos talvez não pudessem ser encontrados devido ao tempo em que já haviam sido desapropriados (em média 02 anos) e a consequente mudança de telefones.

Meus primeiros contatos telefônicos se deram aleatoriamente, dependendo do tempo que eu tinha disponível para fazê-los, já que as ligações exigiam de mim disponibilidade e paciência para explicar às pessoas contatadas o motivo de minha pesquisa e por que eu precisava conversar com elas pessoalmente.

Alguns números de telefone estavam desabilitados ou haviam sido trocados com o decorrer do tempo, o que, a princípio, me levou a concluir que essa busca por meus entrevistados seria ainda mais difícil do que o previsto. Porém, continuei a insistir em algumas ligações que ora evoluíam para a caixa postal, ora simplesmente não eram atendidas. Na pesquisa inicial por telefone, apresentei-me a meu primeiro informante como aluna do Curso de Ciências Sociais da UFSC e funcionária do DNIT, explicando-lhe os motivos daquela ligação e da necessidade de conversar com ele pessoalmente. Ele foi atencioso comigo e não criou ressalvas quanto me receber em sua casa, alertando-me somente para o fato de que atualmente estava morando em Santo Amaro da Imperatriz/SC. Após esse contato telefônico promissor, não obtive o mesmo êxito em outras tentativas. Com o decorrer dos dias, contudo, consegui contatar mais uma pessoa e assim dar início a uma bateria de entrevistas.

Os indivíduos que, como conjunto, constituíram o meu universo de pesquisa foram basicamente membros das camadas média e baixa, que residiam (alguns ainda residem) no bairro do Pontal, município de Palhoça/SC. Pode-se dizer que configuram uma categoria social específica, os desapropriados, levando em consideração o contexto que os une. Os desapropriados formam uma rede social, na medida em que quase todos estão relacionados, mesmo que indiretamente.

Algumas das características mais relevantes dos entrevistados para as finalidades desta pesquisa estão apresentadas na tabela a seguir.

Nome	Idade	Naturalidade	Estado Civil	Escolaridade	Profissão	Proprietário Posseso Invasor
Ônix	44	Santo Amaro da Imperatriz (SC)	Solteiro	Superior incompl	Paisagista	Posseso
Jade	41	São Tomaz do Imaruí (SC)	Casada	Não relatou	Doméstica	Posseso
Rubi	54	São Tomaz do Imaruí (SC)	Casado	Não relatou	Vigilante	Posseso
Esmeralda	44	Fpolis (SC)	Casada	Fundam incomp.	Do lar	Posseso
Diamante	49	Fpolis (SC)	Casado	Fundam incompl	Vigilante	Posseso
Safira	39	Urubici (SC)	Separada	Fundam incompl	Doméstica	Posseso
Topázio	41	Ceará	Casado	Não relatou	Frentista	Posseso

É importante ressaltar também que adotei nomes fictícios para os meus entrevistados, com o intuito de preservar suas identidades e manter o acordo estabelecido entre a pesquisadora e seus interlocutores, nos momentos das entrevistas. Pensando sobre o assunto, resolvi dar-lhes a nomenclatura de pedras preciosas, porque foram, para minha pesquisa, elementos fundamentais e preciosos, e sem suas colaborações, simplesmente não haveria trabalho a ser desenvolvido.

2 A PESQUISA NAS SOCIEDADES COMPLEXAS

A antropologia, ainda que dividida entre o postulado de uma unidade do homem e a realidade da diversidade cultural, parece ter sempre oscilado entre uma ambição totalizadora mais ampla do que a das demais ciências sociais e um particularismo cuja minúcia dificilmente encontra paralelo nas outras investigações sobre o fenômeno humano. Longe de ver nessa alternância entre o inventário minucioso das diferenças e as concepções mais abrangentes acerca da sociedade e da natureza humanas um problema ou um paradoxo, é preciso, antes, admitir que seja aí que reside a originalidade da contribuição da antropologia para problemas que, na verdade, são extremamente gerais.

Implícita ou explicitamente, a antropologia mantém uma relação teórica privilegiada com as chamadas sociedades complexas, com a sociedade na qual teve origem como campo de conhecimento. Mesmo nas investigações aparentemente mais afastadas de toda preocupação com a sociedade ocidental, certa concepção deste universo está sempre presente e esta concepção influi de algum modo na pesquisa desenvolvida e nas teorias construídas.

Segundo Goldman (1999, p. 96 e 97):

Parece difícil sustentar que bem ou mal, explícita ou implicitamente, um antropólogo, ainda quando preocupado com “nativos” muito distantes ou com a elaboração de teorias muito gerais, não possua alguma concepção acerca de sua própria sociedade e – o que é o mais importante – que essa concepção não afete de algum modo sua própria investigação particular e/ou suas teorias mais ou menos globais.

Nesse sentido, a “antropologia das sociedades complexas” parece ser, ao mesmo tempo, a origem, o destino e a prova da investigação antropológica. Oriunda de uma preocupação evolucionista com nossos começos, a antropologia só pode se renovar se for capaz de renovar-nos, levando ainda mais longe o que sempre pretendeu fazer com os “outros”: apresentar as diferenças que nos permeiam e contribuir assim para que sejamos capazes de nos estranhar e,

consequentemente, de nos problematizar e questionar. (GOLDMAN, 1999, p. 96 e 97).

Na década de 1920, o funcionalismo britânico e o culturalismo norte-americano quase simultaneamente passaram a colocar em questão o privilégio do eixo temporal, propondo sua substituição por um modelo que deveria ressaltar descontinuidades e especificidades de ordem, sobretudo espacial. Esse modelo sincrônico será, como se sabe, responsável pela ênfase na pesquisa de campo como único meio de coleta de dados e na objetivação dos conceitos de sociedade e cultura como os verdadeiros temas da investigação antropológica (GOLDMAN, 1999, p. 97 e 98).

A pesquisa antropológica, em algum momento, dirá respeito à sociedade do observador, mesmo que essa relação se reduza a apenas mais uma elaboração de nossa sede por conhecimento.

Escrevendo em 1961, Eisenstadt acreditou poder estabelecer uma tipologia dos “estudos antropológicos das sociedades complexas”:

[...] os estudos de pequenas comunidades encravadas em sociedades de larga escala e com ela relacionadas. A pesquisa a respeito de grupos institucionalizados funcionando no interior de sociedades complexas – pesquisa que pode enfatizar seja a estrutura interna desses grupos, sejam suas relações globais com a sociedade abrangente, seja a conexão específica dos grupos inclusivos com sistemas mais fundamentais para o funcionamento da sociedade como um todo. As tentativas de análise da “estrutura 'total' de sociedades relativamente complexas, mas não modernas”. Os estudos de situações complexas de mudança e/ou contato, bem como a investigação das relações interpessoais ou intergrupais em certos contextos da sociedade complexa moderna – como a indústria, por exemplo. Eisenstadt sugere ainda que essas quatro modalidades de investigação antropológica das sociedades complexas refletiriam diretamente os principais tipos de abordagem predominantes na antropologia em geral (GOLDMAN, 1999, p. 102 e 103).

Velho em “Subjetividade e Sociedade – uma experiência de

geração" (2006, p. 22), explicita que foram os depoimentos dos sujeitos, suas histórias de vida e as observações que ele conseguiu fazer sobre o cotidiano de seus entrevistados que lhe forneceram as bases para construir suas hipóteses e reflexões.

Em relação a nossa pesquisa há que se considerar que é a mudança sofrida pelos meus entrevistados que de fato vai implicar na perda e/ou construção tanto de novos laços sociais quanto de futuros conflitos, já que estamos falando de relações sociais que interagem e se interpenetram no território a todo instante.

Magnani (1984, p. 137), referindo-se as áreas de periferia, utiliza o conceito de "pedaço, entendido como parte de uma ordem espacial, a que corresponde uma determinada rede de relações sociais", tendo como pontos de referência que delimitam esse núcleo: a padaria, bares, casas comerciais, ponto de ônibus, telefone público, a igreja, o campo de futebol e até alguns salões de baile, lugares estes vivenciados e experienciados de diversas formas, e com finalidades também diversificadas. Contudo, este mesmo "pedaço" também poderá ser definidor do "fazer parte" ou "estar incluso" no pedaço, não bastando apenas frequentar os mesmos lugares espaciais, mas primordialmente, situar-se numa rede de relações que combina "laços de parentesco, vizinhança, procedência. "A noção de 'pedaço' supõe uma referência espacial, a presença regular de seus membros e um código de reconhecimento e comunicação entre eles" (MAGNANI, 2002, p.20).

Essa referência espacial é a que se destrói quando há mudanças impostas na vida das pessoas. O trabalho de Reis (1998) constata que em consequência da implantação das hidrelétricas houve "perda da comunidade, da vizinhança, o afastamento de parentes, o trabalho vivenciado na terra, a história vivenciada na região, a cultura" (REIS, 1998, p. 104).

3 A DESAPROPRIAÇÃO E SEUS EFEITOS SOCIOCULTURAIS

O crescimento das cidades traz implícito um processo de desenvolvimento social-econômico muito grande, gerador de impactos tanto positivos quanto negativos. Levando-se em conta a concentração da pobreza existente nas metrópoles brasileiras, Grostein (2001, p. 14) afirma que em nossas metrópoles existe,

[...] um espaço dual: de um lado, a cidade formal, que concentra os investimentos públicos e, de outro, o seu contraponto absoluto, a cidade informal relegada dos benefícios equivalentes e que cresce exponencialmente na ilegalidade urbana que a constitui, exacerbando as diferenças socioambientais.

O avanço da urbanização como vem ocorrendo gera diversos impactos que refletem no uso e ocupação do solo, e também acarreta problemas para a população que vive nessas regiões onde o crescimento está, de certa forma, desordenado. Assim, entendemos que as políticas públicas deveriam olhar com mais atenção as leis que regem esse uso e ocupação do solo urbano. Pode-se afirmar que as diversas formas do "progresso", de ordem industrial, tecnológica, entre outras, traz para as populações urbanas (objeto desta análise) vários tipos de benefícios, mas também traz conflitos e todo tipo de impactos², seja a nível econômico, social e político.

O meio rural não foge à regra. Turatti (2001), citando Rebouças, mostra que em nome da geração de energia são promovidas transformações sociais que afetam as populações ribeirinhas, deslocadas compulsoriamente de seus territórios tradicionais para cederem lugar aos reservatórios hídricos e obrigadas a refazer suas vidas alhures, sob bases estranhas ao seu *ethos* original. A autora sinaliza o confronto de valores nesses processos, por um lado estariam:

Valores do "progresso", duplamente

2 Cabe ressaltar que a Resolução CONAMA 001, de 23/01/1986, considera impacto ambiental como "qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e V - a qualidade dos recursos ambientais" (disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=23>)

representados: na necessidade dos grandes empreendimentos energéticos e na visão dos técnicos elaboradores dos reassentamentos, defensores, pois das benesses que uma nova organização mais “civilizada” trará aos caipiras ribeirinhos.

Por outro estariam,

Os valores da “tradição”, alicerces do modo de vida tipicamente rural dos habitantes das margens do rio, cujas referências temporais e espaciais pautam-se nos próprios ciclos da natureza (TURATTI, 2001).

No contexto desses processos citados me propus estudar as desapropriações oriundas do empreendimento que envolve a duplicação da BR-101/SC – Trecho Sul, entre Florianópolis/SC e Osório/RS, a partir do ano de 2002, conforme Portaria n.º 21, de 12/04/2002.

De longa data interessada no assunto supus, a priori, que esses processos de desapropriação deveriam envolver muitas negociações, referentes a aspectos econômicos, sociais, políticos entre outros, considerando, ainda, o quão deveria ser difícil para as pessoas que se envolvem num processo de deslocamento compulsório, sair do bairro onde moravam, romper suas rotinas diárias, suas relações pessoais (vizinhos, amigos, conhecidos), seus espaços simbolicamente mapeados.

Desta forma, tornou-se relevante para mim, descobrir se a partir da expropriação da comunidade do Pontal às margens da BR-101/SC, no município de Palhoça/SC, houve perdas nas relações sociais.

Ao abordar processos sociais que envolvem experiências de deslocamentos compulsórios, minha intenção foi entender esses fenômenos desde a teoria da sociologia compreensiva voltada a entender a sociedade a partir da compreensão dos ‘motivos’. Das ações que aparecem na forma de valores, motivações, intenções, interesses e expectativas, elementos que compõem a subjetividade humana conforme Weber (*apud* LORENSETTI, 2006).

Na visão de Weber, essas formas de agir e sentir seriam produtos culturais, que embora fossem produtos comuns acolhidos e assumidos coletivamente pelos membros da sociedade ou do grupo, ainda assim, os indivíduos vivenciam tais valores, motivações e expectativas de modos particulares. Muitas vezes, aceitando ou reproduzindo os valores e normas propostas pela cultura comum do grupo; outras vezes, porém,

levantando questionamentos ou até produzindo uma reelaboração dessas indicações e até a rejeição das mesmas.

Processos de desapropriação sempre levam a reivindicações culturais do grupo envolvido. Entretanto, há que se observar se os membros do mesmo grupo compartilham dos mesmos ideais. Ou seja, para entender o processo de desapropriação da comunidade a ser estudada, se faz necessário estudar os indivíduos que a compõem, como sugere Weber.

Retomando nossa pesquisa, diversos questionamentos surgiram e acabaram por se tornar norteadores do trabalho. Eles envolveram dois momentos distintos em relação ao processo de desapropriação referentes ao **velho** e ao **novo** habitat.

Em relação ao primeiro interessava saber:

- Existiam relações sociais a partir do bairro?
- Quais reações o grupo estudado teve a partir da notícia de que teria que sair/mudar de suas residências na época?
- Houve resistências e de que tipo?
- Quais foram suas estratégias de negociação?

Em relação ao segundo momento do processo nossa preocupação baseava-se em conhecer os rumos seguidos por essa população, seja em relação à recreação do novo habitat, seja quanto às perturbações para sua concretude. No que tange este ponto nossos itens norteadores em relação ao novo habitat após dois anos de deslocamento dos envolvidos foram:

- No novo habitat, as relações sociais tiveram continuidade?
- Como se sentiram em suas novas moradias/bairros?
- Houve retornos ao bairro de onde foram deslocados?
- Voltariam para o mesmo bairro se tivessem oportunidade?

Na tentativa de compreender melhor esses processos de transformação gerados pela implantação de obras de infraestrutura, e suas consequências, investiguei alguns trabalhos sobre o tema onde autores levantam uma inquietação em relação a populações que estão inseridas nesse contexto caracterizado pela chegada do “progresso”.

Como exemplo desses estudos, REIS, CATULHO e CASTELLS (2005) desenvolveram um trabalho direcionado para uma análise e comparação das experiências vivenciadas pelas populações urbanas de “Nueva Federación (Provincia de Entre Ríos, Argentina) e de Itá (Estado

de Santa Catarina, Brasil), que foram realocizadas para a instalação, respectivamente, da represa binacional Argentina-Uruguai de Salto Grande e da represa brasileira de Itá” (Idem, 2005, p. 35). As autoras focaram sua atenção para compreender como os diferentes atores sociais lidam com parte de seu patrimônio, relativa aos antigos assentamentos e tradições urbanas, anteriores à inundação decorrente da instalação das referidas represas (Idem, 2005, p. 36).

Conforme as mesmas autoras, considerando-se os possíveis desdobramentos, efeitos socioculturais e políticos oriundos de investimentos voltados às obras de infraestrutura dessa magnitude, essa realidade acaba por desencadear “processos sociais de extrema complexidade, compreendendo tanto aspectos técnicos e ambientais quanto demográficos, políticos e culturais” (Idem, 2005, p. 35). Processos como os supracitados costumam causar possíveis rompimentos do “tecido social comunitário e a própria mutilação ou total transformação de espaços simbolicamente mapeados, envolvendo, entre outros, aspectos cognitivos, míticos e afetivos” (Idem, 2005, p. 36).

Retomando nosso objeto de pesquisa a partir de tais considerações, é impossível deixar-se de atentar para todos os desdobramentos que famílias remanejadas enfrentam, em termos não só de readaptação e ressignificação de seus espaços habitacionais, mas, sobretudo, no que diz respeito às suas relações sócio-culturais e afetivas. A região onde eles estão localizados, a paisagem que lhes cerca, a vizinhança, os relacionamentos lá estabelecidos, são todos aspectos que ajudam a pessoa a se auto-reconhecer, a compor sua “identidade”. A “identidade” não é algo definitivo, e sim, algo que vamos formando ao longo de nossa trajetória. Segundo Hall (1998, p. 38 e 39),

A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo 'imaginário' ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre 'em processo', sempre 'sendo formada'.

Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento.

Neste sentido, qualquer mobilidade geográfica é muito mais do que uma mera mudança de endereço. Por trás dela esconde-se toda uma

quebra de relacionamentos, de expectativas, de vivência cultural, de história de vida, de auto-afirmação enquanto pessoa, o que vai moldando a identidade (ou melhor, identificação) do indivíduo. Em se tratando de mobilidades, sejam elas voluntárias ou não, a situação sempre gerará metamorfose na identidade dos indivíduos. Velho, em seu estudo sobre “Trajetória individual e campo de possibilidades” comenta que as sociedades “complexas moderno-contemporâneas são constituídas e caracterizam-se por um intenso processo de interação entre grupos e segmentos diferenciados” (VELHO, 1999, p. 38).

Neste caso, a identificação dos indivíduos que compõem estes grupos está em constante processo de construção e mudança, através da “multiplicação e fragmentação de domínios, associadas a variáveis econômicas, políticas, sociológicas e simbólicas” (Idem, 1999, p. 44), pois estariam constituindo um mundo de indivíduos cuja identidade seria colocada permanentemente em cheque, sujeitando-se muitas vezes a alterações drásticas.

O que Velho aponta acima nos leva a pensar que nos casos de deslocamentos compulsórios de famílias, de um modo geral, a situação é bem mais complexa do que se pode avaliar à primeira vista, envolvendo inclusive fatores como: exclusão do mercado de trabalho, dificuldades financeiras, dependências dos grupos de parentesco, solidariedade, adaptação etc. Diferentes estratégias são desenvolvidas nesses processos de migração nas sociedades complexas, buscando-se muitas vezes através da cadeia de relações que se formam conseguir apoio referencial e segurança para correr atrás do sonho de uma possível ascensão social.

Não estamos tratando aqui, particularmente, de migrações voluntárias e que se destinam a uma busca de ascensão de ordem econômica-social. De qualquer forma, torna-se relevante citar Durhan, que, já na década de 80, mostrara preocupação com as dinâmicas de migração, sobretudo de ordem interna no Brasil, destacando o ritmo acelerado do processo de urbanização que produz transformações econômico-sociais profundas, o que não deixa de estar relacionado ao processo de desenvolvimento do país que, por sua vez, acarreta transformações na própria estrutura da sociedade brasileira (DURHAN, 1984, p. 7).

Durhan (1984) e Velho (1999) esclarecem que em sua grande maioria, os migrantes declaram migrar para poder “melhorar de vida”: motivados por insatisfações sentidas, sobretudo, na esfera econômica, e se lançam à integração no meio urbano, fazendo deste último, um possível canal de ascensão social.

Todavia, processos desta natureza podem ter resultados positivos

ou negativos, este último ocorrendo caso o objetivo desejado não tenha se concretizado. Alguns dos fatores apontados pelos autores e que contribuem para o insucesso na consecução de seus objetivos, são, por exemplo, o fato de que muitos desses migrantes, especialmente aqueles oriundos do meio rural, não dispõem de documentação (carteira de identidade, carteira profissional, certificado de reservista, título de eleitor etc.). Assim, ficam propensos não só ao que Velho denominou de "trabalho marginal", como todas as consequências, que isso acarreta em termos do desenvolvimento de sua instalação nos novos lugares de moradia.

Podemos fazer um contra ponto entre as migrações voluntárias e os deslocamentos compulsórios, se levarmos em conta que o indivíduo enquanto cidadão instalado no meio urbano não dispõe de todos os recursos para uma instalação digna de moradia, acaba se sujeitando a margem da sociedade.

4 O PROJETO DE DUPLICAÇÃO DA BR-101/SC – TRECHO SUL

Este capítulo descreve um panorama a respeito do Projeto de Duplicação da BR-101/SC, trabalhando as justificativas para a realização desse empreendimento, tanto as de ordem técnica quanto as de ordem socioambientais e apresentando dentro desse contexto o Programa de Desapropriação ferramenta fundamental para o desenvolvimento de minha pesquisa.

4.1 Justificativas do projeto de duplicação da BR-101 – trecho sul

Referente à duplicação da BR-101 – trecho Sul, foi formalizado convênio entre o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER (cujas funções foram absorvidas pelo atual Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT) e Instituto Militar de Engenharia – IME, em 24/06/1996, que no período de novembro/96 a dezembro/97 realizaram um estudo de pré-viabilidade para selecionar as melhores rotas de ligação rodoviária com os países do Mercosul.

Na época, o sistema viário entre Curitiba e Buenos Aires, com destaque para a malha rodoviária existente entre a capital paranaense e a fronteira sul do Brasil, foi estudado detalhadamente considerando os aspectos técnicos, econômicos e ambientais, a partir da determinação da demanda atual e futura e da caracterização da oferta de transporte. Deste estudo de Pré Viabilidade, resultou a indicação da duplicação da BR-101, trecho Florianópolis – Osório, como prioritária para a realização de investimentos dentro do Projeto da Rodovia do Mercosul, integrante do **Programa Avança Brasil**³, do Governo Federal (PBA, 2001, p. 2). No marco citado o trecho em questão de aproximadamente 340 km de extensão atravessa 18 municípios em Santa Catarina e, 7 municípios no Rio Grande do Sul.

Na época do levantamento dos estudos para implantação da duplicação da BR-101 – trecho Sul, a rodovia apresentava volumes de

³ Plano do governo federal brasileiro, desenvolvido para o período 2000 a 2007, concebido para aumentar a competitividade sistêmica da economia. Os investimentos em infraestrutura, bem como na área social, no meio ambiente ou no campo moderno da informação e do conhecimento, visavam reduzir o chamado "Custo Brasil". Ao mesmo tempo, serviriam para motivar a realização de novos investimentos nacionais e estrangeiros, decisivos para o desenvolvimento sustentável do País. No discurso do governo, o Plano Avança Brasil foi orientado para promover uma melhor distribuição da riqueza entre as regiões e os cidadãos brasileiros.

tráfego que ultrapassavam a média de 10.500 veículos diários, e apresentava um alto índice de acidentes. A pavimentação antiga, que ali existia e que fora concluída no período entre 1968 e 1971, apresentava de uma forma geral pista simples com 7,00 m de largura e acostamentos pavimentados com 2,50 m; mas era identificado naquele momento que esses mesmos acostamentos tinham extensões descontínuas, apresentando larguras reduzidas, sendo, muitas vezes, não pavimentados.

A rodovia com seus mais de 30 anos de existência passou por processos de desgaste e deterioração dos pavimentos, tendo vários de seus segmentos recapeados de forma descontínua, oportunidade em que foram efetuados, segundo consta no Relatório do Projeto Básico Ambiental – (PBA, 2001, p. 7), melhoramentos localizados do tipo: terceiras faixas de tráfego, vias marginais e outros melhoramentos operacionais a fim de atender principalmente algumas travessias de núcleos urbanos que foram se instalando ao longo do traçado.

Sendo ainda ressaltado que as características técnicas e condições estruturais e funcionais da rodovia na época eram incompatíveis com a demanda do tráfego, que se expandia segundo taxas elevadas, apresentando déficits operacionais crescentes, onerando consideravelmente os custos de transporte e expondo os usuários a riscos de acidentes cada vez maiores, constituindo-se, assim, em fator inibidor ao desenvolvimento socioeconômico. Situação que na tabela a seguir evidencia a situação de insegurança, conforme se verificava nos Relatórios que o DNER (à época, 1997) elaborava sistematicamente.

Tabela 1: Volume Médio Diário na BR-101 (trecho sul) referente ao ano de 1997.

Volume Médio Diário – BR-101 Florianópolis – Osório					Acidentes Florianópolis – Osório	
Rodovia	Automóveis	Ônibus	Caminhões	Total	Acidentes com mortes	210
BR-101/SC	7.482	401	4.523	12.406	Acidentes com feridos	1.100
BR-101/RS	1.624*	316	3.552	5.492	Acidentes sem vítimas	2.400
Obs.: * Grande parte do tráfego de automóveis se desenvolve por Rodovia litorânea Estadual					Total Geral	3.710

Reprodução do quadro contido no PBA, 2001, p. 8.

Os fatores citados, aliados às reivindicações da população da região, usuários da rodovia, e ainda atendendo à política de integração com os demais países do Mercosul, levaram o Governo Federal, por meio do DNER (atualmente DNIT) à decisão de duplicar a BR-101 entre Florianópolis/SC e Osório/RS, em 17/10/2002, através do Edital de Concorrência Internacional 004/2002-00 (Execução das Obras na BR-101/SC/RS, constantes do Projeto de Ampliação da Capacidade e Modernização da Ligação Rodoviária Florianópolis/SC – Osório/RS). As justificativas basearam-se, essencialmente, nos problemas de capacidade e na falta de um ordenamento ou de vias alternativas para o tráfego local, sendo que o volume de tráfego constatado provocava níveis de serviço inferiores ao nível “C”⁴, o que constituía por si só, um forte indicador a balizar a necessidade de duplicação de pistas, em curto prazo.

⁴ O nível de serviço é uma medida da qualidade de tráfego de uma rodovia. Variam de acordo com o volume de tráfego e a capacidade da via, sendo que no “Nível C”, o fluxo ainda é estável, porém há bastante restrição de velocidade. A ultrapassagem começa a ficar difícil. É o nível de serviço alvo no projeto de rodovias. (informação obtida através do site: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=660186&page=3>)

A disposição geográfica da rodovia é outro fator a ser considerado, já que esta define sua vocação de eixo estrutural de transporte para o sul do Brasil e para os países do Mercosul, constituindo-se também em rota privilegiada de acesso às praias catarinenses e gaúchas, desempenhando relevante papel no desenvolvimento do turismo regional (PBA, 2001, p. 8/9).

Do ponto de vista técnico, o empreendimento solucionaria os problemas apresentados anteriormente, promovendo a ampliação da capacidade através da duplicação do trecho, considerando-se ainda, a restauração da pista já existente e a incorporação de diversos dispositivos, o que levaria a um aumento significativo da segurança viária, com destaque para as medidas necessárias ao ordenamento do tráfego local (veículos e pedestres), buscando-se a minimização, ou mesmo eliminação, dos conflitos existentes naquele período com o tráfego rodoviário de longa distância.

Em suma, os benefícios eram muitos, já que os usuários, do ponto de vista técnico, passariam a ter condições de se deslocar ao longo do trecho dentro de condições operacionais ideais em termos de custos e de segurança, com a eliminação e minimização de congestionamentos de tráfego e de acidentes do tipo choques frontais e abalroamentos laterais de veículos que trafegam em sentidos opostos.

Segundo o (PBA, 2001, p. 11) o trecho em duplicação (SC e RS) acompanha longitudinalmente o litoral de ambos os estados e desempenha algumas funções significativas para a estrutura sócio-produtiva regional, com destaque para:

- Ligação dos pólos produtivos aos portos, para escoamento da produção primária e secundária;
- Integração econômica com os estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, e com os países do Mercosul;
- Ligação para o turismo, com os estados vizinhos e países próximos.

O trecho da rodovia considerado para a duplicação se caracterizava por apresentar intenso volume de tráfego, número elevado de acidentes com prejuízos materiais e riscos crescentes à vida, o que leva a ressaltar mais uma vez, a importância do empreendimento proposto no que tange a contemplar a melhoria das condições operacionais da rodovia BR-101, fato que refletirá num aumento de segurança aos usuários em geral, e que o PBA (2001) evidencia:

A região na qual se insere o trecho a ser duplicado é uma das áreas mais urbanizadas de Santa Catarina, existindo várias sedes de municípios, inúmeros distritos, povoados, pequenos núcleos habitacionais e mesmo habitações isoladas próximas às margens da rodovia. O trecho rodoviário analisado atravessa dez sedes municipais, das quais sete, estão em Santa Catarina (Palhoça, Paulo Lopes, Capivari de Baixo, Tubarão, Araranguá, Santa Rosa do Sul e Sombrio) e três no Rio Grande do Sul (Osório, Três Cachoeiras e Terra de Areia). Sendo assim, a margem da rodovia é ocupada por atividades diferenciadas definindo usos residenciais, comércios de vizinhança, serviços de abastecimento de combustível e manutenção de veículos, escolas, igrejas, depósitos, indústrias e shoppings centers, o que gera um grande atrito lateral as margens do leito da estrada (PBA, 2001, p. 12).

A existência dos conflitos apontados pelo Projeto Básico Ambiental, no que se refere ao uso da estrada, acrescentando-se a intensa e evidente ocupação urbana às suas margens, constituíam problemas que seriam, de acordo com este projeto, eliminados com o uso de interseções e passagens previstas no projeto de engenharia, implantação de vias marginais, além de outras soluções que atenderiam às necessidades do tráfego e da população que habitava à margem da via (PBA, 2001, p. 12).

Conforme o PBA (2001, p. 13), as comunidades indígenas também foram focadas como merecedoras de atenção quanto aos possíveis impactos sobre si, para os quais o projeto sugeria adotar medidas que contribuíssem para a melhoria das condições de vida desses grupos, contemplando, na época, aspectos de infraestrutura física e produtiva⁵. O Projeto também apontava a necessidade de ações específicas de proteção e resgate das áreas remanescentes arqueológicas oriundas de populações do nosso passado pré-colonial. Enfim, considerava o conjunto do que se denomina de “passivos” ambientais.

⁵ Esse assunto foi amplamente discutido, tema quase que central, na Ata da Audiência Pública realizada em 08/02/2001 e que pode ser consultada nos anexos.

Em síntese, do ponto de vista econômico e social, a implantação da duplicação da BR-101, no trecho entre Florianópolis/SC e Osório/RS viria apresentar vários benefícios caracterizados principalmente pelas vantagens que ocorreriam quando da fase de operação da rodovia duplicada, podendo-se destacar:

- Redução do número de acidentes com ou sem vítimas;
- Diminuição do tempo de viagem com seus efeitos positivos sobre redução do estresse e menores danos a saúde dos usuários;
- Aumento da segurança no tráfego;
- Melhoria no fluxo e velocidade de tráfego com efeitos sobre a diminuição no consumo de combustível e menor emissão de poluentes atmosféricos;
- Aumento da durabilidade dos veículos;
- Aquecimento da indústria do turismo nos balneários e estâncias serranas atravessados ou acessados através do trecho (PBA, 2001, p. 13).

Podemos destacar, a partir das justificativas colocadas anteriormente, que os principais motivos levantados para que o empreendimento acontecesse foram sempre os relacionados à segurança dos usuários da rodovia em geral e ao desenvolvimento socioeconômico. Como vemos nos 21 programas ambientais a seguir:

1. Programa Controle de Processos Erosivos;
2. Programa Recuperação de Áreas Degradadas;
3. Programa Paisagismo;
4. Programa Recuperação de passivos Ambientais;
5. Programa Melhoria das Travessias Urbanas;
6. Programa Redução do Desconforto e Acidentes na Fase de Obras;
7. Programa Controle de Material Particulado, Gases e Ruídos;
8. Programa Segurança e Saúde da Mão-de-Obra;
9. **Programa Desapropriação;**
10. Programa Reassentamento da População de Baixa Renda;
11. Programa Apoio às Comunidades Indígenas;
12. Programa Proteção ao Patrimônio Artístico, Cultural e Arqueológico;

13. Programa Proteção à Fauna e à Flora;
 - a) Subprograma de Proteção à Fauna
 - b) Subprograma de Proteção à Flora
 - c) Subprograma de Supressão de Vegetação
14. Programa Monitoramento dos Corpos Hídricos;
15. Programa Transporte de Produtos Perigosos;
16. Programa Ordenamento Territorial;
17. Programa Compensação para Unidades de Conservação;
18. Programa Comunicação Social;
19. Programa Educação Ambiental;
20. Programa Monitoramento Ambiental;
21. Programa Gestão Ambiental.

Dentre os programas citados, pesquisei especificamente o Programa de Desapropriação, com a finalidade de obter maiores subsídios para o desenvolvimento do presente trabalho. Procurei levantar dados mais significativos em relação aos seus objetivos, justificativas, abrangência, principais ações, articulação institucional e as etapas de implementação do mesmo.

4.2 Desapropriações

Conforme o PBA (TOMO III, p. 1) este processo abrange duas fases distintas: o processo de desapropriação propriamente dito, e o auxílio na reconstrução de moradias da população de baixa renda, em área remanescente da atual propriedade. O **Programa de desapropriação** visa regularizar a faixa de domínio atual e efetuar as novas desapropriações necessárias para a implantação das obras de duplicação. A avaliação dos imóveis e benfeitorias sujeitas à desapropriação, é realizada por meio de consulta aos proprietários e imobiliárias para registrar os preços atualmente praticados na região. Para pagar a indenização são analisados, caso a caso, os custos unitários das terras e de reprodução das benfeitorias da antiga moradia. As famílias de baixa renda que não possuírem área remanescente para a construção das novas moradias, serão incluídas no Programa de Reassentamento, coordenado pela Superintendência do DNIT em Santa Catarina e apoiado pelas Unidades Locais dos municípios de São José e de Tubarão.

O programa tinha como objetivo regularizar a faixa de domínio existente à época e efetuar as desapropriações que se faziam necessárias para a implantação das obras que envolviam a duplicação.

Ressalta-se, conforme mencionado no PBA (TOMO III, 2001, p. 3) que seriam tomados cuidados especiais de modo a minimizar os transtornos temporários e permanentes intrínsecos ao processo, especialmente os que envolviam as famílias de baixa renda ou que apresentassem alguma espécie de vulnerabilidade, tais como, a presença de idosos, chefes de famílias doentes, analfabetos etc., com pouca mobilidade social e apresentando pouco poder de negociação. Para tal tarefa, segundo o PBA (TOMO III, 2001, p. 3), a equipe técnica responsável pela implementação do programa seria integrada por técnicos do setor rodoviário e também por profissionais da área de Comunicação Social, Direito e Assistência Social.

O programa se propôs a praticar pesquisa de mercado a fim de oferecer às famílias que estavam sujeitas a tal processo, valores considerados adequados, ou seja, a partir de um caráter isonômico regional, considerando-se os padrões de construção e características sociais das famílias, visando que estas não sofressem perdas patrimoniais e de qualidade de vida, procurando evitar conflitos e querelas judiciais.

No que concerne às ações previstas à época da instalação da duplicação da BR-101 – Trecho Sul, o programa iria se desenvolver em duas etapas, sendo elas: a) o Processo de Desapropriação e, b) Subprograma de Auxílio na Reconstrução das Moradias de Famílias de Baixa Renda.

Quando da primeira fase do programa, que abrangia um total de 432 domicílios a serem desapropriados, as atividades previstas foram basicamente a formação das constituições das comissões distritais de desapropriação, a instauração do processo expropriatório, a regularização da faixa de domínio da rodovia, a revisão dos laudos de avaliação e dos valores de desapropriação, a negociação com os desapropriandos e efetivação da desapropriação.

Numa segunda etapa, eram ressaltadas as ações de apoio social e técnico que se daria através de convênios com parceiros institucionais voltados para a reconstrução das moradias das famílias de baixa renda atingidas pelo processo de desapropriação, que na época envolvia um total de 205 domicílios.

Segundo o (PBA, 2001, p. 62), todas as etapas acima relacionadas seriam acompanhadas e avaliadas através das ações de monitoramento⁶

6 Segundo o PBA (TOMO III, 2001, p. 34) “O monitoramento do Subprograma de Auxílio na Reconstrução de Moradias terá por objetivo avaliar a situação socioeconômica das famílias assistidas, considerando a situação antes das mudanças em seu modo de vida e

previstas e, por fim, as famílias de baixa renda que não possuíssem área remanescente para a construção de novas moradias seriam incluídas no Programa de Reassentamento.

O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER (atualmente Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT), tanto à época quanto atualmente, é o responsável pela implantação, gerenciamento e supervisão da execução do Programa de Desapropriação. Segundo consta no PBA (2001, p. 62), o DNER, além de seu quadro de funcionários, previa o apoio de empresas especialmente contratadas para a concretização das ações previstas, contando ainda com a participação de parceiros institucionais que se dariam através da celebração de convênios de cooperação. Entre estes últimos, os previstos no Programa eram:

Convênio de Assistência Social e Jurídica, envolvendo o DNER, as Associações de Municípios e as Prefeituras Municipais;
Convênio de Assistência Técnica, que engloba, além das Instituições anteriormente citadas, o CREA de cada Estado e as Associações de Engenheiros e Arquitetos com a atuação na Região (PBA, 2001, p. 62).

O Programa na fase em que abrangia a totalidade das famílias que seriam desapropriadas tinha uma série de atividades que consistiam em:

1. Instalação do Processo Expropriatório;
2. Constituição das Comissões Distritais;
3. Regularização da faixa de domínio à época;
4. Contratação das Equipes de Apoio e Celebração de Convênios;
5. Revisões;
6. Complementações e Atualizações dos Laudos de Avaliação;
7. Negociação e Efetivação da Desapropriação e;
8. Pagamento das Indenizações.

Desapropriações ao longo de obras rodoviárias, como é o caso da duplicação da BR-101, costumam interferir e até mesmo envolver famílias que vivem as suas margens e ao longo do trajeto, o

após a implantação do Programa”, as atividades de monitoramento seriam executadas por equipe técnica qualificada, da Empresa de Gestão Ambiental.

que dificulta reunir as pessoas atingidas para tratar de seus interesses.

Para lidar com essas dificuldades, o Programa usou as seguintes táticas:

- a) Elaboração de matérias especialmente preparadas para jornais, programas de rádio e televisão de alcance local e regional;
- b) Realização de reuniões e/ou palestras em escolas, centros comunitários, associações de bairros e clubes de serviço, para autoridades municipais, membros de associações, moradores interessados, ONGs;
- c) Realização de reuniões específicas com grupos de moradores que sejam diretamente afetados e que estejam enquadrados no Programa de Desapropriação. Essas reuniões devem ser realizadas com participação de terceiros, p. ex. assistente social da Prefeitura do município em que moram as famílias atingidas;
- d) Realização de reuniões unifamiliares, nos casos em que os domicílios estejam distantes um dos outros e que seja difícil reunir os interessados. Essas reuniões devem ser realizadas com participação de terceiros, p. ex. assistente social da Prefeitura do município em que mora a família afetada.

A partir das táticas adotadas, o Programa de Desapropriação visou proporcionar algumas informações gerais e outras específicas veiculadas sobre o empreendimento, seus eventuais transtornos e benefícios, que pudessem ser de interesse da comunidade em geral e em especial das famílias afetadas pelo Programa em questão.

Para fins de meu objeto de estudo, considereirei as ações “c” e “d” estabelecidas, porque essas diziam respeito às famílias afetadas pelo Programa de Desapropriação, além de estarem explicitadas sobre a participação da comunidade à luz do Programa, pois a participação deveria levar em consideração a realização de consultas junto às comunidades (famílias) afetadas, de modo que todas as soluções adotadas e recomendadas fossem também legitimadas pelos principais interessados.

Neste caso específico, considereirei a situação que envolve a comunidade do bairro Pontal, no município de Palhoça/SC, onde a Audiência Pública foi convocada pelo IBAMA para o dia 08/02/2001,

nos termos do Comunicado publicado na imprensa local que pode ser visto no Anexo I; da mesma forma a Ata da referida Audiência Pública consta no Anexo II. Ressalta-se ainda que, além desses procedimentos, o Órgão responsável pelas obras da duplicação da BR-101 – Trecho Sul, o então DNER (atualmente DNIT) disponibilizou para todas as Prefeituras envolvidas uma cópia do Programa Básico Ambiental, para fins de consulta por parte do público.⁷

Cabe ressaltar que foi proposto dentro do PBA (2001) que as famílias de baixa renda que não possuíssem área remanescente para a construção de suas novas moradias, seriam incluídas no Programa de Reassentamento. Apesar disso, a partir das entrevistas realizadas junto à comunidade do bairro Pontal, em Palhoça/SC, pudemos constatar que tal situação não se concretizou. Segundo relatos dos técnicos (Anexos, p. 129 a 139), a efetivação do Programa de Reassentamento envolveria um tempo maior para a execução das obras por conta dos trâmites de ordem burocrática, uma vez que seria necessária a formalização de convênios, o que implicaria em atraso da duplicação na região do bairro em estudo.

Entretanto, chamamos a atenção que esta prática entre parceiros institucionais era prevista pelo PBA (2001), que acreditava na necessidade de se estabelecer, entre outras providências, a assinatura de “Convênios de Assistência Social e Jurídica, envolvendo o DNER, as Associações de Municípios e as Prefeituras Municipais” (PBA, 2001, p. 62), fato que lamentavelmente não foi considerado na execução da obra que envolve a duplicação da BR-101 – Trecho Sul, por motivos já expostos no parágrafo anterior, e que divergem das táticas descritas dentro do PBA (TOMO III, 2001, p. 9) em especial ao item “c”. Este item nos fala que deveriam ser realizadas reuniões específicas com grupos de moradores que fossem diretamente afetados e que estivessem enquadrados no Programa de Desapropriação, e que deveriam contar com a presença de terceiros como, por exemplo, um assistente social oriundo da Prefeitura em que morassem essas famílias atingidas. Segundo depoimentos dos entrevistados (conforme capítulo 6 do presente trabalho) a respeito da realização dessas reuniões, elas foram particularizadas por família. Contudo, as tratativas que envolviam a

⁷ Segundo consta no PBA (TOMO III, 2001, p.10) grande parte da população humana afetada pelo empreendimento teve a chance de conhecer, discutir e analisar os transtornos e vantagens em face da duplicação da BR-101 – Trecho Sul, através das reuniões e mesmo audiências públicas que teriam sido realizadas em diferentes épocas e localidades; sendo ainda ressaltada a importância da retomada dessas participações, estas últimas, dirigidas e orientadas especificamente para as famílias envolvidas, na fase de implementação do Programa.

efetivação das indenizações por consequência das desapropriações, foram feitas somente com os técnicos do DNIT/SC. Esta conduta permite observar a ausência de um acompanhamento de cunho social que, para que fosse mais apropriado, necessitaria da presença de um assistente social, conforme previsto e apontado dentro do PBA(2001). De fato, a presença de um assistente social até foi notada, mas somente na época do estudo de pré-viabilidade da obra de duplicação da BR-101/SC e não no momento da execução da obra.

Percebe-se, a partir deste balanço, a existências de uma realidade que merece atenção por parte das gestões públicas: o fato de que nem sempre as ações previstas por órgãos responsáveis pela implantação de obras dessa magnitude, são levadas a termo, desrespeitando, assim, o que foi estudado e projetado, no momento da concreta realização dessas obras.

5 O BAIRRO - PONTAL/PALHOÇA/SC

Tratar da unidade analítica do bairro implica de fato pensar na categoria de cidade. Segundo Mendonça e Gonçalves (2010), a cidade é caracterizada como o grande agrupamento urbano, com concentração de pessoas num determinado espaço, onde desenvolvem relações socioculturais, de comércio, de moradia, dentre outros. O espaço da cidade, contudo, não é uniforme e homogêneo. É sim, composto de pedaços que a compõe e decompõe, por “mini-cidades” presentes em seu interior e que guardam suas próprias formas de ser e reagir. A esses territórios específicos dá-se o nome de “bairro”. Assim, o bairro pode ser definido como um lugar específico dentro do todo urbano, ou seja, uma das diversas partes pelas quais é composta uma cidade. Sob a ótica do urbanismo, o bairro pode ser considerado como “regiões médias ou grandes de uma cidade concebidos como [locus] dotado de extensão bidimensional” (LYNCH, 1997, p. 52).

Porém, o conceito de bairro não deve ser entendido apenas como um espaço geográfico qualquer inserido no todo urbano, mas sim, como célula vibrante da vida cotidiana da cidade, lugar onde, no decorrer do tempo, acontecem mudanças históricas e sociais que refletem diretamente na modificação da paisagem urbana e na vida cotidiana dos indivíduos que o habitam. Desse modo,

[...] por sua própria natureza, o bairro é concebido como um lugar de grandes potencialidades; um espaço complexo, imbuído de variadas significações conferidas pela própria dialética do cotidiano; é ainda a referência que o usuário tem de pertencimento ao lugar – seu ponto de partida e chegada (SILVA, 1999, p. 12).

O sentimento de pertencimento expresso na convivência, nas relações de parentesco e de vizinhança, nas práticas coletivas de ajuda mútua, na organização de atividades festivas e pela origem comum à localidade constitui o elemento básico para delimitar a configuração de um bairro, tanto no espaço geográfico quanto no espaço social. Este sentimento é acionado por meio de duas possibilidades: o trabalho rural em comum torna-se a primeira maneira de congregar os habitantes do bairro; a segunda forma dá-se através da associação para organização dos festejos lúdico-religiosos, conforme Candido (1975) e Queiroz (1973).

Para Fernandes (1978), o termo “bairro” é utilizado para indicar determinada porção de território, de limites nem sempre muito precisos, geralmente definidos em função de um sentimento de localidade, muitas vezes reforçado pela presença de algum elemento social de união entre indivíduos, qual seja: a escola, a igreja, a venda etc. A autora afirma que os bairros (principalmente os rurais) teriam surgido nas áreas de povoamento mais antigo, à medida que se estabelecia um habitat fixo e suficientemente denso para que se pudessem estabelecer contatos entre os vizinhos. Na época de formação dos primeiros bairros, as relações de vizinhança desempenhavam importante papel na vida dos habitantes, e estas se manifestavam tanto no plano econômico, como no social e espiritual.

Nas afirmações da autora citada podemos notar o entendimento do bairro como uma unidade espacial e social elementar, uma célula, um agrupamento humano ou grupo social, onde são estabelecidos diversos tipos de relações e laços, que garantem certa coesão social, de forma especial, a partir das relações de vizinhança.

Para Maria Izaura Pereira de Queiroz, socióloga responsável por várias pesquisas sobre os bairros rurais paulistas esses espaços:

Se organizam como grupos de vizinhança, cujas relações interpessoais são cimentadas pela grande necessidade de ajuda mútua, solucionada por práticas formais e informais, tradicionais ou não; pela participação coletiva em atividades lúdico-religiosas que constituem a expressão mais visível da solidariedade grupal (QUEIROZ, 1973 p. 195).

Podemos considerar a existência de uma rede social que se cria no interior dos bairros, sejam eles rurais ou não, que se organiza como um agrupamento de atores sociais, os quais habitam um espaço geográfico comum e estabelecem entre si relações sociais. Neste espaço social se inter-relacionam diversos tipos de sujeitos, com papéis e posições sociais diversos, atuando de acordo com hierarquias sociais e diferentes condições sócio-culturais.

O bairro do Pontal, alvo de nossa pesquisa está localizado em Palhoça⁸ município situado a 16 km ao sul de Florianópolis e pertence à microrregião de base cultural açoriana advinda da Ilha de Santa Catarina e seu continente frontal, sua fundação e colonização se deram a partir de

8 Boa parte dos dados do município de Palhoça que serviram de base para este estudo foram retirados do livro *Palhoça: natureza, história e cultura*, de Wilson Francisco de Farias.

31 de julho de 1793, mas apenas em 24 de abril de 1894 foi criado o Município de Palhoça, desmembrado de São José.⁹

Conforme aponta Farias (2004, p. 14), Palhoça é um dos mais extensos municípios do litoral catarinense, com 361 km², e tem como limites: ao norte o Município de São José; ao sul o de Paulo Lopes; a oeste o de Santo Amaro e a leste a baía da Ilha de Santa Catarina.

Desde épocas remotas esta região foi ocupada por povos diversos, por apresentar ótimas condições de sobrevivências ao elemento humano, devido à presença de um conjunto natural paisagístico favorável, tais como solo, clima, vegetação, hidrografia, fauna.

Segundo Farias (2004) os primeiros povoadores da região costumavam residir em casas ou choças de palha, donde advém o nome Palhoça. Outra acepção para a palavra que designa o município é de um lugar de poucos habitantes e casas rústicas¹⁰. Farias (2004, p. 14) menciona que neste território viviam no ano de 2000, uma população permanente de 102.286, sendo 51.207 homens e 51.079 mulheres, sendo que alta temporada constata-se um acréscimo significativo da população em áreas balneárias localizadas no município. A atual população de Palhoça é o resultado da fusão de muitas etnias e culturas, e atualmente conforme levantamento do IBGE (Censo 2010) a população é de 68.332 homens e 68.867 mulheres, sendo que a população urbana engloba 135.229 e a população rural 1.970, totalizando a população no ano de 2010 em 137.199

(http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_santa_catarina.pdf).

Para Farias (2004, p. 87) a rodovia BR-101, coluna vertebral do eixo Norte-Sul do Brasil, associada ao crescimento urbano, às atividades turísticas em várias cidades litorâneas, haja vista ser esta uma rodovia longitudinal cortando todo o litoral brasileiro, incluindo neste caso a capital catarinense, Florianópolis; atraiu para a região milhares de imigrantes vindos de todas as partes do Brasil. Inicialmente, os que moravam no meio rural dos municípios próximos, posteriormente, do

9 Fontes de consulta:
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/santacatarina/palhoca.pdf> /
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Palho%C3%A7a>.

10 Conforme pesquisa feita no site:
<http://www.dicionarioinformal.com.br/definicao.php?palavra=palho%EA&id=198>, Palhoça é um termo que designa um abrigo rústico, típico dos climas tropicais, coberto de palha ou sapé. Também é chamada de choupana, choça, rancho, caluje, tugúrio. A palhoça é um abrigo bem precário.

interior de Santa Catarina e de outros estados da federação.

Ainda segundo o autor, o crescimento da malha urbana, a qualificação dos loteamentos, e a duplicação da BR-101 no trecho da cidade de Palhoça, tornaram a região atrativa para a classe média, que vem adquirindo propriedades com redução de custos de até 50% em relação ao preço médio cobrado em Florianópolis. Este cenário urbano renovado, associado ao impulso econômico que vem ocorrendo, aponta para uma melhoria da qualidade de vida dos moradores de Palhoça, no que tange aos setores de comércio, indústria, tecnologia, transportes, etc. (FARIAS, 2004, p. 197).

O município é dividido em bairros e comunidades, sem que haja, contudo, limites estabelecidos oficialmente. O que normalmente caracteriza uma determinada comunidade é a existência de uma escola, igreja, conselho comunitário, campo de futebol e comércio.

A confusão em termos de ordenamento urbano é grande, a ponto de a relação de comunidades que se autodenominam de bairros, mesmo sem preencherem as mínimas condições de serem assim consideradas, é significativa, como por exemplo, o bairro do Pontal objeto deste estudo (Ibidem, p. 201).

O bairro do Pontal localiza-se à margem esquerda da BR-101/SC, do sentido norte/sul, no município de Palhoça/SC., fazendo limite ao norte com o bairro Furadinho, ao sul com o bairro Praia de Fora, ao leste com o oceano Atlântico e, a oeste com o Morro do Cambirela.

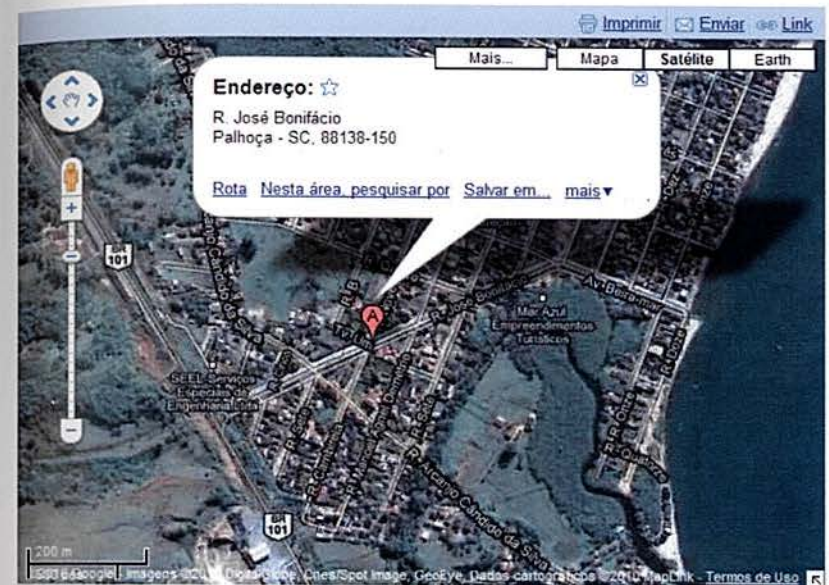


Foto 1 - Mapa do GOOGLE referenciando a Rua José Bonifácio, principal via do bairro Pontal.

A avenida principal do bairro é denominada Avenida José Bonifácio; esta, por sua vez, é asfaltada, com dois sentidos de tráfego, dividida com canteiro central, estendendo-se até a beira da praia, onde tem seu término, local em que apresenta um contorno e que pode ser visualizado na foto 2, apresentada a seguir.



Foto 2 - Avenida José Bonifácio. Foto de Andréa C. 2009.

Por ocasião da minha visita exploratória ao bairro tornou-se perceptível que a avenida central apresentava pouco tráfego de carros e circulação de moradores.

Ao longo da extensão da avenida central, existiam mercados, salões de beleza, restaurante, casas residenciais, igreja católica etc.. Podemos, através das fotos 3, 4 e 5, visualizar alguns destes estabelecimentos.



Foto 3 - Restaurante localizado ao final da Avenida José Bonifácio. Foto de Andréa C. 2009.



Foto 4 - Igreja Católica, localizada no lado direito da Avenida José Bonifácio, sentido praia/bairro. Foto de Andréa C. 2009.



Foto 5 - Mercado localizado no lado direito da Avenida José Bonifácio, sentido praia/bairro. Foto de Andréa C. 2009.

Continuando minha exploração pelo bairro pude observar diversas ruas perpendiculares ao eixo da avenida principal e que vão desembocar na área do mangue, como é o caso da Rua 15 (Pontal n.º 15 – foto 6), que acaba num riozinho que margeia a região.

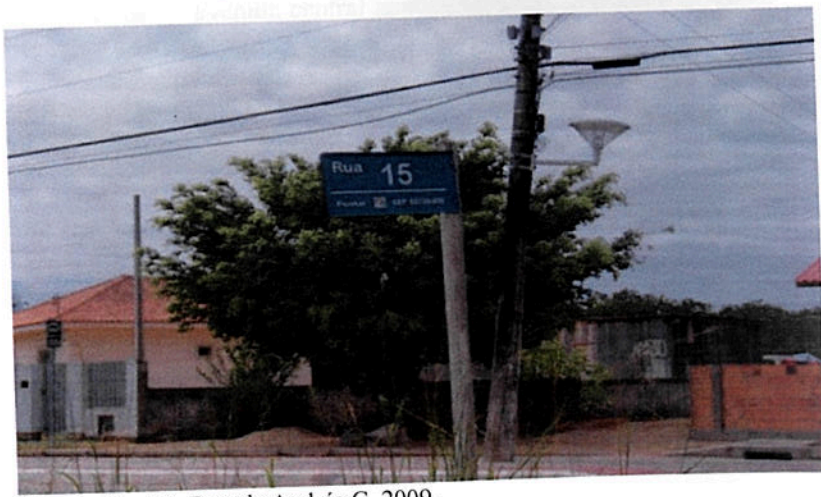


Foto 6 - Rua 15. Foto de Andréa C. 2009.

Observando-se a partir do final desta rua, ponto em que eu me encontrava, era possível perceber uma vegetação tipicamente formada por manguezais (fotos 7 e 8).



Foto 7 - Manguezal. Foto de Andréa C. 2009.



Foto 8 - Manguezal. Foto de Andréa C. 2009

Ainda nessa mesma rua (Pontal n.º 15), era fácil perceber que existiam muitas construções de casas inacabadas ou não. Este logradouro não apresentava calçamento como, aliás, a maioria das ruas perpendiculares à Av. José Bonifácio (foto 9).

A rua Pontal n.º 15, assim como a rua Pontal n.º 17 (fotos 9 e 10), naquele momento de minha visita, em novembro de 2009, apresentavam muito mato em suas laterais que muitas vezes atingiam a altura de uma pessoa de estatura mediana, fato que me levou a pensar sobre as

possíveis inseguranças dos moradores que por lá circulam. Essas mesmas ruas também apresentam terrenos baldios, entulhos deixados às margens, o que passa uma sensação de total abandono. É claro que existem muitas outras ruas perpendiculares à Av. José Bonifácio, mas foram estas ruas as selecionadas para fins de exploração e caracterização, para mais tarde poder confrontar com as informações obtidas através de meus entrevistados.



Foto 9 - Precariedade da Rua 15. Foto de Andréa C. 2009.



Foto 10 - Precariedade da Rua 17. Foto de Andréa C. 2009.

Quanto à área de educação, o bairro deixa muito a desejar, pois nele não existem creches: as poucas que existem, localizam-se nos bairros vizinhos e são de ordem privada, dificultando o acesso a muitas crianças no que se refere ao fator econômico e mesmo a distância. Segundo relato de uma moradora e proprietária de comércio (mercado) no bairro do Pontal, não existe escola no bairro, e a que tem fica no bairro da Praia de Fora (foto 11), e abriga as crianças somente de 1ª a 4ª série, o que acaba sendo um transtorno para muitas famílias, que tem que levar ou mandar seus filhos para outras áreas a fim de estudar.

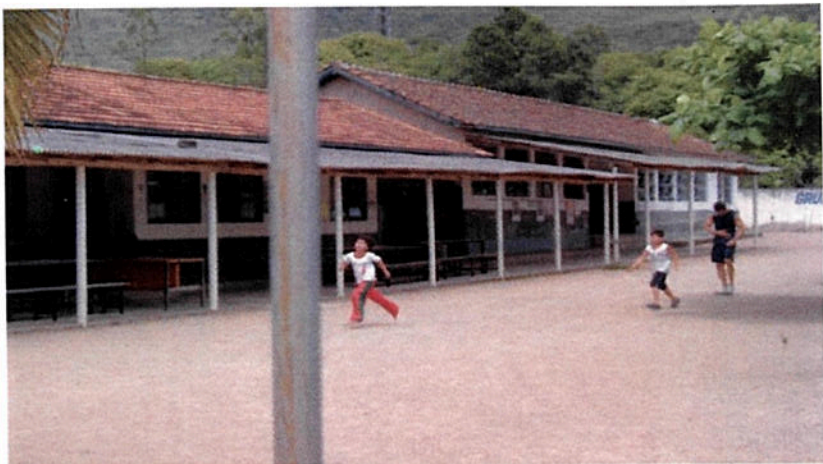


Foto 11 – Grupo Escolar Professora Francisca R. de F. Costa. Foto de Andréa C. 2009

No bairro do Pontal, também temos a rua denominada Domingos de Souza Filho (foto 12), é calçada por lajotas, e é conhecida pelos moradores como estrada geral do Pontal. Nesta, observei a existência de comércios variados (fotos 12 e 13) voltados à prestação de serviços em geral e também de igrejas com diferentes linhas de crenças como são o caso das igrejas católicas e evangélicas, voltadas para reuniões da comunidade (fotos 14 e 15), além de vídeo locadora, padaria, lojinhas populares do tipo R\$1,99. Porém, no que se refere especificamente ao comércio, notei certa insatisfação por parte dos moradores, fato evidente na fala de uma das moradoras: *“tem o básico, mas não tem lotérica”* o que segundo a argumentação da mesma, faz falta na hora de poder pagar suas contas, o que facilitaria bastante sua vida, por não ter que se sair do bairro para dispor de tal serviço.

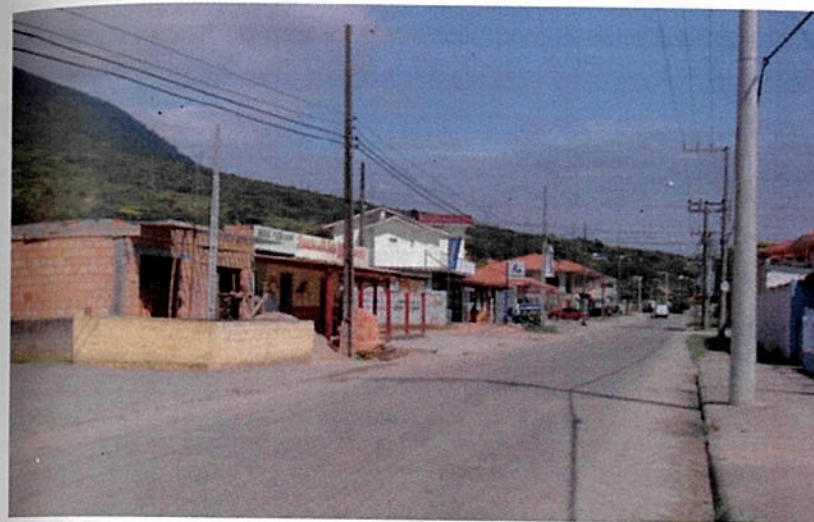


Foto 12 - Rua Domingos de Souza Filho. Foto de Andréa C. 2009



Foto 13 – Farmácia localizada na Rua Domingos de Souza Filho. Foto de Andréa C. 2009.

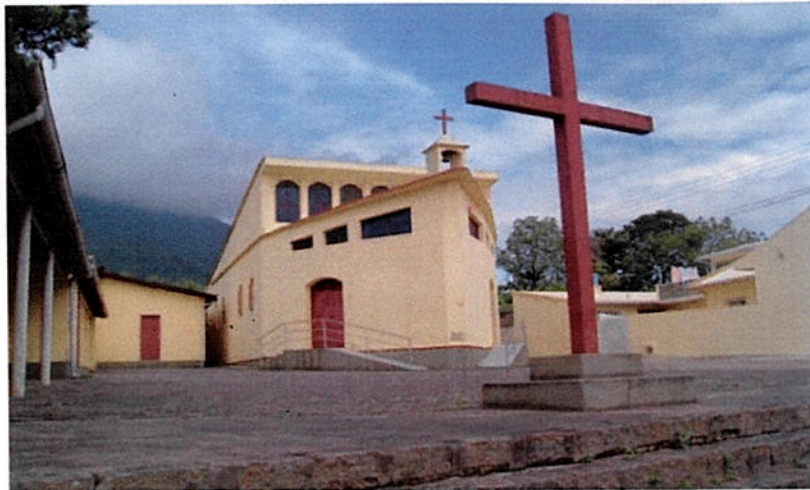


Foto 14 – Igreja católica localizada na Rua Domingos de Souza Filho. Foto de Andréa C. 2009.

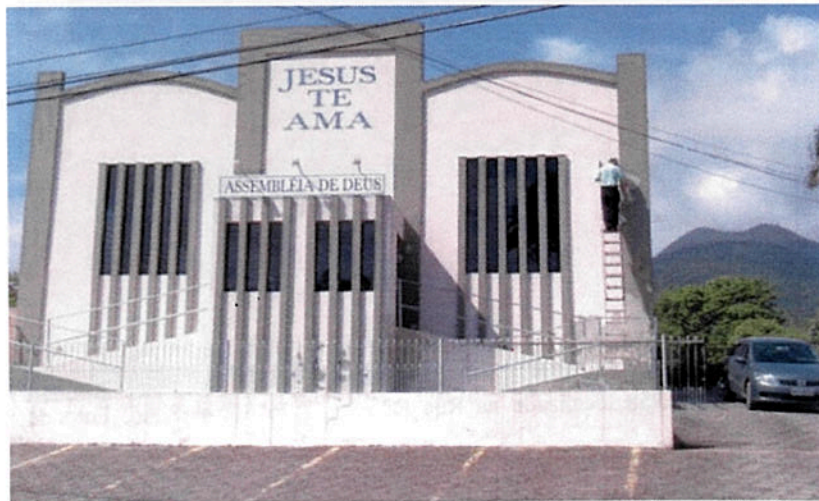


Foto 15 - Igreja Evangélica localizada na Rua Domingos de Souza Filho. Foto de Andréa C. 2009.

Continuando minha trajetória de exploração pelo bairro a fim de

caracterizá-lo, pude observar ainda, que na área da saúde, existe certa deficiência quanto ao quesito assistência, porque nesta área, hospitais são inexistentes e o que se tem é um Posto de Saúde, localizado no bairro vizinho (Praia de Fora – Foto 16).



Foto 16 - Posto de Saúde. Foto de Andréa C. 2009.

Segundo relatos obtidos informalmente junto a moradores do bairro e que foram pessoas que se mostraram sempre muito solícitas, o sentimento geral da população é que a mesma é muito mal assistida no quesito saúde, já que o atendimento médico é precário, o que fica claro através da seguinte afirmação de uma moradora local: *“uma semana tem, três não tem”*.

Outra observação voltada para deficiência de prestação de serviços públicos se deu em função do transporte público, sendo considerado ineficiente, por apresentar poucos horários de ônibus e tendo somente uma única empresa responsável por atender toda a região.

5.1 O bairro a partir da ótica dos entrevistados

O Bairro, na representação de meus entrevistados, foi descrito inicialmente como um lugar sossegado, bom para se morar. Todavia, à medida que a conversa se desenrolava, o discurso tomou outros rumos. Através dos seus relatos foram manifestadas várias críticas em relação aos serviços prestados. Primeiramente, quanto ao fornecimento de água,

rede de energia elétrica, saneamento básico. A Prefeitura, por exemplo, não faz o tratamento de esgoto; o que existe são instalações de fossas internas em seus quintais.

O bairro inteiro não tem né, na verdade [...] não tem saneamento básico, aquele que é feito pela Prefeitura, não, é só fossa. Mas fossa direitinho tudo, basicamente sim né, agora aquele que a Prefeitura teria que colocar aqui no bairro né, que seria o saneamento com tratamento de esgoto e tal, isso não, não existe aqui (Senhor Diamante, morador do Pontal).

Com relação à infraestrutura, ainda são apontadas outras deficiências:

Pelos calçamentos, essas coisas, calçamento pra mim não é bom, eles não dão manutenção quando precisa entendesse?

Tem muita coisa que deixa a desejar. O lixo eles passam aqui, tem semana que eles passam um dia sim, no dia certo eles não vem entendesse? Isso aí, que eu acho que eles deixam a desejar nisso aí. A água, depois que mudou pra Água de Palhoça ficou pior, quando era da CASAN era melhor, bem melhor. É isso aí que eu tenho a reclamar, não é reclamar, é que acho que o serviço não é bem feito entendesse? (Senhor Topázio, ex morador do Pontal e morador do Furadinho).

Dentre os aspectos negativos que tenderam a se repetir nas falas de meus entrevistados, tanto nos que puderam permanecer morando no bairro quanto os que tiveram que se mudar, foram apontados: dificuldades na saúde, porque embora o bairro tenha um Posto de Saúde, nem sempre tem médico, o que somado à extensão do próprio bairro um único Posto não resolve.

O Posto de Saúde temos né, mas tem época que tem médico tem época que não tem, é, é, crítico (Dona Esmeralda, moradora do Pontal)

O nosso bairro é muito grande, na verdade

começa com a localidade do Furadinho e vai até a Praia de Fora, no Marivone, então quer dizer, só tem um Posto de Saúde só, né, fica difícil, porque deveria ter um outro lá no Marivone. É difícil dizer se tem projeto não sei se tem. Eu acho que a Prefeitura devia olhar aqui melhor porque coloca nas placas lá, que é a cidade mais dinâmica do Brasil, na verdade mais dinâmica do Brasil, a cidade que mais cresce; mas acontece que está crescendo, crescendo lá, no miolo, no centro, porque na periferia, não tá havendo retorno, não tem (Senhor Diamante, morador do Pontal).

E a falta de uma creche municipal, porque creche existe atualmente na Enseada de Brito (bairro vizinho), mas particular; a falta de um supermercado grande e bom, porque os que existem no bairro são míni mercados e mercados de médio porte, e costumam ser caríssimos. Serviços como uma lotérica:

Para "pagar uma luz, tinha que sair de lá pra fazer no centro de Palhoça, então não tem uma lotérica, não tem supermercado bom, na área da saúde é bem ruim pra mim, não tem um posto de saúde, é precário lá" (Senhor Ônix, antigo morador, que atualmente reside em Santo Amaro da Imperatriz).

E ainda, em relação ao crescimento do bairro Pontal e ao transporte público, os depoimentos dão conta que é:

Lento, entende? É um crescimento devagar, eu até pensei que com a duplicação fosse acelerar um pouco, mas é, foi, pouco, foi pouco [...] o Pontal ainda é bom pra se morar porque é calmo, é tranquilo, ônibus é também de uma em uma hora, se quebrar não tem outro horário, é uma empresa só, PAULOTUR; quer dizer se colocasse outra Santo Amaro, qualquer uma outra pra fazer concorrência por causa do horário, ficaria melhor né, aumentaria os horários e tudo o mais. (Senhor Diamante, morador do Pontal).

Quando nós viemos morar aqui, eu gostava muito, porque era assim ó, um bairro muito sossegado, muito sossegado, não tinha drogas, não tinha, era

assim, um bar 20h30minh ou 21h00minh, da noite já estava fechado, tu passava era tudo fechadinho. Hoje, já aumentou bastante, porque também veio muita gente de fora, lá embaixo. [...] Hoje, já começou a rolar muita droga, nos homens né, mais ainda é um lugar muito bom de morar. (Dona Esmeralda, moradora do Pontal).

Com o crescimento desordenado, com o crescimento ordenado já costuma acontecer, imagina desordenado né? Daí vem as pessoas, se apropriam do mangue, vão colocando barro em cima, vão fazendo casa, fazendo casa e, então isso, vem pessoal trabalhador, mas as vezes vem os caras também (Senhor Diamante, morador do Pontal, se referindo aos roubos na região).

E não é pessoal daqui, é tudo pessoa de fora, não eram moradores daqui do Pontal (Dona Esmeralda, moradora do Pontal).

Eu percebi que era um lugar muito difícil tinha que ficar com a janela trancada o tempo todo não podia deixar um tênis na rua, não podia deixar nada, eu sei que tá isso meio geral. (Senhor Ônix, ex morador do Pontal, se referindo ao tempo que morou 'cerca de um ano' no bairro).

O bairro do Pontal era visto (e continua sendo) como um lugar sossegado, bom para se morar, mas, quanto ao fator infraestrutura, o mesmo merece uma atenção maior por parte das políticas públicas responsáveis pelo bairro, fato explícito nos depoimentos colhidos de famílias que moram no lugar, confirmando o que Grostein (2001, p. 15 e 16) trabalha quando trata da "cidade informal", onde diz que "a combinação dos processos de construção do espaço com as condições precárias de vida urbana gera problemas socioambientais e situações de risco, que afetam tanto o espaço físico quanto a saúde pública", gerando desastres diversos, fenômenos estes que se "multiplicam nas cidades e revelam a relação estrutural entre os processos e padrões de expansão urbana da cidade informal e o agravamento dos problemas socioambientais".

Ou seja, os investimentos de recursos feitos pelo governo têm que se pautar em prioridades definidas em uma política de desenvolvimento

urbano-ambiental. Noções de "desenvolvimento urbano sustentável" são referências condutoras de políticas e práticas, devendo ser flexíveis e socialmente construídas, ou seja, resultantes da compreensão dos conflitos e embates presentes nos processos de expansão e transformação urbana. Desse modo, poderão influenciar a formulação de políticas públicas para a construção de um ambiente urbano equilibrado e justo. Diante de questões geradas eminentemente na esfera socioeconômica, as políticas públicas formuladas e assumidas têm um papel fundamental na distribuição dos benefícios urbanos gerados por obras públicas e na justiça social definida pela democratização dos acessos a todas as esferas da vida urbana, especialmente a uma moradia digna (GROSTEIN, 2001, p. 17 e 18).

5.2 Relações de vizinhança e parentesco a partir do bairro

Toda mudança implica em aceitação, a começar por quem muda e termina por quem recebe fato que poderá contribuir tanto para a origem de novos laços sociais quanto para futuros conflitos, já que estamos falando de relações sociais que simplesmente se interpenetram a todo instante.

Refletindo sobre o que as mudanças impostas ocasionam na vida das pessoas, o trabalho de Reis (1998), menciona que constatou através da CRAB – Comissão Regional de Atingidos por Barragens, que seus integrantes consideraram à época o que designaram de "perda ou dano essencial" o acesso à terra, em consequência da implantação das hidrelétricas, sendo ainda, constatada também no discurso da mesma Comissão de Barragens, um outro fator relativo a perda e que concerne a "perda da comunidade, da vizinhança, o afastamento de parentes, o trabalho vivenciado na terra, a história vivenciada na região, a cultura" (REIS, 1998, p. 104). Preocupação bem explícita numa afirmação encontrada por Reis no documento "Manifesto de Concórdia" (CB, 1980):

Na dura luta para tornar habitável e humana esta região, da qual nos queremos agora tirar, aprendemos a cultivar alguns valores que são a base da nossa vida. Queremos que sejam respeitadas nossas tradições. Que a brutalidade das máquinas não venha desagregar nossas famílias e nossas comunidades (...). Foi em nossas comunidades que até hoje encontramos o

apoio para nossa vida. É ainda em nossas comunidades que queremos encontrar o apoio neste momento.

No bairro do Pontal pesquisado houve boa aceitação em relação às indenizações, porém esse sentimento apresenta também nuances, um ex-morador comenta sobre as pessoas moradoras de uma comunidade:

(...) não pode ser arrancada daquela comunidade, daquele meio, não era o meu caso que morava sozinho, mas a pessoa que tem família e coisa tal? Tem que saber se essas pessoas podem alterar toda a vida de uma pessoa né? Então assim, eu porque nasci aqui, meus amigos eram daqui, vivi na infância, mas pra quem é de lá tinha que ter conversado naquele momento, vê se tinha possibilidade da pessoa comprar [momento de silêncio] toda sua vida social, cultural, do povo, do convívio social né, suas amizades (Senhor Ônix, ex morador do Pontal e morador de Santo Amaro da Imperatriz).

A partir do relato do Senhor Ônix fazendo menção ao bairro do Pontal e as famílias que lá viviam na época em que ele e essas mesmas famílias foram desapropriadas, podemos perceber esse sentimento gerado por algo imposto, vindo de fora, no caso, a duplicação da BR-101/SC.

Ao perguntar aos meus entrevistados se existiam redes de relações sociais a partir do bairro, todos foram categóricos em afirmar que sim, e mesmo os que de lá mudaram, continuam mantendo contato com seus amigos e ex-vizinhos, embora não com a mesma frequência de antes. Das famílias que continuam morando no bairro, todos me relataram que têm muitos conhecidos no mesmo e até amigos, ex-vizinhos que mantinham uma relação de amizade de muito tempo, como podemos constatar no depoimento a seguir:

A outra vizinha nossa faleceu, ela esperou tanto por essa indenização que uma semana antes ela faleceu, antes de receber a expectativa dela, ela já tava com problema de saúde, daí se agravou, porque teve problema com a filha tudo, aí morreu. Vizinhas assim, de muitos anos, de tempo mesmo. (Dona Esmeralda, moradora do Pontal).

No que diz respeito às relações de parentesco, observei que muitas vezes os filhos já adultos continuam instalados juntamente com os demais membros de suas respectivas famílias, no mesmo pátio da casa dos pais. Existem ainda filhos que moram no mesmo bairro que seus pais por terem a sua fonte de renda (empregos) a partir do bairro onde residem.

Quando direcionei minha pergunta para saber dessas famílias, se suas relações de vizinhança teriam, ou têm continuidade em suas novas realidades/habitats, obtive:

Não; acabou depois que nós voltamos de lá, nós já estamos aqui há dois anos e pouco, dois anos e oito meses, aqui nessa casa já. Mas, raramente a gente se encontra, se encontrar os que moravam lá, é assim por acaso, no ônibus, assim, não tem mais aquele vínculo, de dias assim de estar todo mundo sentado numa mesa e almoçar junto, amizade que a gente tinha de no final de semana um fazer uma coisinha todos participavam, se tinha um aniversário de um, todos colaboravam, agora não tem mais nada, nada disso.

Nós morávamos no final da rua né, os vizinhos todos da rua, eram amigos, passavam, conversavam, diziam ô seu Diamante, oi dona Esmeralda, todos os vizinhos eram assim, e aqui não; eles (se referindo aos novos vizinhos, grifo meu) são umas pessoas bem diferentes, não sei se é porque eles não querem conhecer a pessoa melhor, sei lá, eu não entendo. Na minha cabeça não entra, como é que eles podem ser assim, é uma coisa bem diferente (Dona Esmeralda, moradora do Pontal).

A gente não encontra diretamente, mas ainda tem uma pessoa e outra que ainda mora aqui né, só que assim, era tudo uma rua só, e hoje, um mora lá, um mora um quilometro longe, outro oitocentos metros, e como a gente trabalha a gente se encontra pouco né? (Senhor Diamante, morador do Pontal).

Podemos perceber a partir dos relatos acima, um sentimento

saudosista, certo apego, uma falta, porque se observou que apesar de não haver uma perda, essencialmente, nas relações, houve uma quebra das mesmas já que as pessoas envolvidas não se encontravam mais com a mesma frequência e intimidade de antes. Como bem afirma Magnani (2002, p. 21), todo espaço demarcado pode tornar-se um ponto de referência, onde se distingue ou defini-se certo grupo de frequentadores, no caso os moradores de determinada rua, que por serem pertencentes a uma rede de relações sociais recebe o termo que ele denomina de “pedaço”:

O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade (Magnani, 1998, p. 116).

Essa noção de pedaço envolve dois elementos básicos: um de ordem espacial que é o território devidamente demarcado, e outro de ordem social, que são as relações que se formam dentro deste território. Mas não é suficiente apenas passar por este território para fazer parte do “pedaço”; faz-se necessário ser reconhecido pelos moradores como pertencente a este, numa “peculiar rede de relações que combina laços de parentesco, vizinhança, procedência, vínculos definidos por participação em atividades comunitárias e desportivas, etc” (MAGNANI, 2002, p. 21).

No caso dos moradores do bairro do Pontal que relataram não sentir muito essa “perda” do território ficou evidente por meio de seus relatos que também houve mudanças, não somente de cunho material, mas principalmente de cunho social,

Hoje na verdade o que aconteceu com essa mudança toda foram os péssimos negócios e hoje eu to pagando aluguel, então pra você ter idéia dos péssimos negócios que eu fiz, então eu, mas continuei mantendo os laços de amizade com as pessoas que eu gostava muito, quando a gente se encontra é sempre bom, porque na verdade a minha comunidade era aqui (Santo Amaro) eu fui morar lá, mas eu não era de lá, você entende? Diferente de quem nasceu lá, mas eu não sei acho

que poucas pessoas que moravam na minha rua realmente eram de lá, da comunidade, mas eu sou natural de Santo Amaro, então pra mim lá, os meus laços são de amizade e coisa tal, mas a vizinhança ótima que eu tinha lá, mas não, me agrediu muito, porque eu não sou nascido de lá, entende? (Senhor Ônix, morador de Santo Amaro da Imperatriz).

O Senhor Rubi relatou que apesar de não ter saído do entorno espacial onde ele morava, tendo somente que recuar terreno adentro, não houve, segundo ele, uma perda nos relacionamentos, embora sinta falta de alguns dos vizinhos, o que provocou mudanças ao seu ver.

Outro ponto analisado junto às famílias entrevistadas diz respeito ao grau de satisfação em relação as suas novas moradias, questão levantada para saber se eles desistiriam de seus novos habitats e retornariam ao bairro/local de onde foram deslocados compulsoriamente, por consequência da duplicação da BR-101. Verifiquei que dos meus entrevistados somente um apresentou objeção a respeito; mas, se prestarmos atenção em suas opiniões em torno de uma comunidade que estabelece vínculos fortes de amizade, essas opiniões acabam se tornando similares, o que podemos ver a seguir,

Assim, olha Santo Amaro é uma cidade onde eu nasci à gente acaba voltando, eu não sei se é eu, eu hesitei toda minha vida, mas eu descobri que Santo Amaro é a minha casa, a gente conhece todo mundo, aquela coisa da comunidade [...] (Senhor Ônix, morador de Santo Amaro da Imperatriz).

Não, não gosto daqui, vivo aqui tanto porque a casa estava para vender, desde o primeiro dia que eu vim pra cá, eu pensava eu vou embora daqui, vou dormir lá na casa mesmo sem telhado (se referindo a casa anterior), meu filho saía de madrugada e eu ligava pra ele, e dizia, vem me tirar daqui que eu vou enlouquecer aqui dentro dessa casa, me leva lá pra outra casa, eu não vou conseguir, eu não aceitei, até hoje eu não aceito. (se referindo à casa nova). Eu não gosto daqui, eu não gosto, não gosto mesmo. Então, eu não sei, a casa é uma casa bem maior, bem melhor, mas assim, a convivência com os vizinhos, é diferente

a única vizinha, que eu tenho pra mim, que eu gosto demais é essa moça aqui (se referindo a vizinha dela – lado esquerdo) o resto, assim, ninguém conversa com ninguém, ninguém dá bom dia pra ninguém, é bem estranho, assim, todo mundo tem um mundo diferente entende? Por mais que tu tentes se entrosar com eles, nada feito (Dona Esmeralda, moradora do Pontal).

Desde a época da desapropriação, já se passaram em torno de três anos. Os diálogos com as famílias envolvidas no processo sobre a questão se voltariam a morar nos locais onde viviam antes de se efetivar o processo de desapropriação, apontou que havia um forte vínculo dessas famílias com seu bairro. Dos moradores que saíram recebi uma negativa a respeito “*Eu não moraria lá novamente não, não moraria [...]*” (depoimento do Senhor Ônix). Dos que permaneceram no bairro, torna-se interessante ressaltar que embora tenham pensado em sair em algum momento, sua permanência no mesmo tornou-se mais viável e importante devido a aspectos ligados as suas relações de parentesco e vizinhança, e ao fato de muitos deles terem sua renda a partir de empregos no bairro.

O depoimento de dona Esmeralda e seu Diamante nos leva a refletir sobre as questões que se referem à mudança compulsória do bairro e as relações de parentesco,

Diamante – No início sim, pensei. (Andréa - **E depois resolveram ficar aqui por quê?**)

Esmeralda - Por causa desse filho que morava aqui. **Diamante** - Porque o nosso filho que trabalhava, e agora está em Chapecó né, lá na casa dos parentes dela, da esposa dele, mas ele trabalhava aqui, era cobrador de ônibus e daí se ele fosse pra outro lugar, daí a gente ia junto né, porque ele morava junto lá, então, ficaria difícil pra ele né. (Andréa - **Ele já tinha bastante tempo de serviço?**) **Diamante** – Ele já tinha bastante tempo né, implicou um pouco por causa disso também (Andréa - **Por causa dele?**). **Diamante** – Foi, Foi. (Então o que implicou foi até, esse quesito do trabalho do filho de vocês que para manter o trabalho dele, vocês se mantiveram aqui por perto, para ter como auxiliá-lo?) **Esmeralda** - Eu não queria ficar

aqui, a gente queria comprar um lugarzinho ali em Paulo Lopes; **Diamante** – Na entrada de Paulo Lopes, ali. A gente queria ir pra lá, mas aí ele: Manhê eu não posso ir pra lá né, daí a gente ficou, no início também apertou, porque nós tivemos que procurar daí eles disseram: (se referindo ao pessoal do DNIT, grifo meu) Ah! Vocês tiveram trinta dias, noventa dias, mas só que a gente sem dinheiro não adianta procurar uma coisa né.

Constata-se, assim, que houve quebras no que diz respeito às relações de vizinhança, por terem essas famílias ido morar em locais afastados umas das outras, embora não tenha havido a perda total da relação, haja vista essas pessoas se encontrarem esporadicamente, seja dentro do próprio bairro ou até mesmo no transporte coletivo. As relações de parentesco têm um vínculo mais forte, como se pode perceber nos relatos citados, onde os pais deixam até de ir morar num local melhor, ou mais adequado, para auxiliar o filho.

6. O PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO NA ÓTICA DOS “ATINGIDOS”

6.1 A reação diante de uma mudança imposta

Estudos que envolvem migrações ou deslocamentos compulsórios em função da implantação de grandes empreendimentos, como o desenvolvido por Reis (2005, p. 28) nos traz uma reflexão sobre como os envolvidos nestes processos expressam suas preocupações no que se refere ao fato de que “iriam perder sua história com a implantação das barragens”. Conforme Mauss (1974, p. 22 *apud* Reis, 2005, p. 29), “a memória como construção social é formadora de imagem necessária para os processos de constituição e reforço de identidades”.

A partir dos relatos dos meus entrevistados e dos cenários apresentados pelos mesmos, tive a certeza da magnitude sobre o peso da memória nestes fenômenos de alto impacto social e material. A memória seria a principal ferramenta utilizada por meus entrevistados para significar, constituir e reforçar suas posições quanto ao fato de serem todos “desapropriados”. Independente de serem Rubi, Jade, Diamante, Esmeralda, Topázio, Safira ou Ônix, no momento de suas falas todos se viam atingidos de alguma forma, porque as mudanças em suas vidas ocorreram nos mais diversos aspectos.

Quando questionados sobre quais reações teriam tido diante da notícia de que teriam que mudar, sair de suas residências na época em que foram desapropriados, as respostas sempre foram:

[...] fiquei apavorado porque eu pensei: meu Deus! meu dinheiro tá aqui, agora vou ser desapropriado e meu dinheiro vai ser todo jogado fora. Então, eu vou dizer para ti, não tinha idéia mesmo que eu estava num recuo, fiquei sabendo disso depois. Nossa! Fiquei apavorado durante dias até que veio alguém do DNIT e eu pude conversar com ele (Senhor Ônix, ex morador do Pontal e morador de Santo Amaro da Imperatriz).

Ah! Eu me senti mal porque eu pensava que ia perder entendesse? Pensava que ia perder, eles iam mandar sair, porque onde eu morava, só tinha recibo de compra e venda entendesse? Mas como eu morava muito tempo, aí o pessoal não, são obrigados a indenizar (Senhor Topázio, ex

morador do Pontal e morador do Furadinho).

No caso do Senhor Ônix, todo o pavor demonstrado diante da situação, se deu por conta da compra de seu imóvel no bairro Pontal, e por não saber que a mesma seria alvo de desapropriação por consequência da implantação da duplicação da BR-101/SC naquela região. Pela riqueza dos detalhes contidos em seu depoimento trago-os a luz para melhor explicitar a situação:

Foi porque eu comprei a casa e essa pessoa ia ser desapropriada, então ela tentou me enganar e até quando eu soube que ia ser desapropriado pra mim foi uma coisa chocante, foi como uma porrada, porque eu tinha investido meu dinheiro, era o único dinheiro que eu tinha e foi comprado a casa e eu ia perder tudo, foi essa a impressão que eu tive, depois quando eu fiquei sabendo que ia ser indenizado amenizou um pouco e depois quando veio o resultado da indenização e eu fiquei sabendo o quanto eu ia ser indenizado foi pra mim uma surpresa positiva porque eu tinha investido X e na verdade fui indenizado por dois X.

Mas esse misto de surpresa e pavor sentidos por uns, não é a realidade de todos. Houve quem visse a situação como uma oportunidade de mudança. Exemplo disso é o caso da Dona Safira e do Senhor Topázio, respectivamente:

Eu tava assim, ou eu arrumava a minha casa né, porque era casinha bem feia né, bem ruim de morar, ou então, eu saía de lá, que o meu plano era arrumar um lugarzinho bom, um lugar confortável né, melhor, então eu fiquei contente na época ali né, então nós vamos arrumar aqui, então, mas, vamos arrumar uma coisinha melhor né. Aí, foi onde que eu procurei um terreno, porque tava muito difícil de achar uma casa pronta né, daí foi aonde eu comprei esse terreno (se referindo a aquisição de outro terreno no Pontal, por conta do dinheiro que recebeu na sua indenização, grifo meu) um terreno bom né, era um terreno bem grande, [...] lá no Pontal mesmo. E a gente montou uma casa, eu fiz uma casa né? (Dona

Safira, ex moradora do Pontal e moradora da Ponte do Imaruí).

Eu só mudei pro bairro vizinho né, que é o Furadinho né. Mas é, pra mim foi melhor sair dali entendesse? Porque eu morava muito perto da BR entendesse? Era até perigoso é. Eu morei 15 anos ali, é 15 anos (Senhor Topázio ex morador do Pontal e morador do Furadinho).

Quanto à surpresa em relação ao processo de desapropriação, segundo me relataram Dona Jade e seu Rubi, eles já haviam tomado conhecimento que a área onde moravam seria desapropriada por conta da duplicação da BR-101/SC. Conforme suas falas, um pessoal esteve na região fazendo um cadastramento das famílias, um levantamento de campo. Depois de muito tempo, quando essas pessoas vieram fazer as negociações para a finalização do processo de desapropriação, os moradores não foram surpreendidos, mesmo porque, segundo a colocação do Senhor Rubi: *“o que eles poderiam fazer? Manda mais quem tem mais, não é?”*

Segundo seu Diamante:

Tivemos, tivemos, teve uma moça lá, que ela é como uma assistente social. Primeiro conversou conosco, explicou que ali seria duplicado e que realmente ali poderia pegar **(se referindo a duplicação da rodovia, grifo meu)** depois veio uma pessoa do DNIT, que nos procurou e **(pausa neste momento, grifo meu)**, Esmeralda – É, conversou juntamente com a Prefeitura de Palhoça e conversar e que haveria desapropriações, que iria passar uma marginal ali, e se não passasse, mesmo assim correria risco por causa da BR acima né, então que eventualmente nós teríamos que ser desalojados. **(Andréa - Mas além dos técnicos do DNIT, vocês tiveram acesso a algum técnico da Prefeitura de Palhoça também?)** Diamante – Veio junto com eles, veio uma pessoa de lá, uma assistente social, ou coisa parecida. Esmeralda – quê, quê é, a gente não sabe, sei que... Diamante – somos da Prefeitura, estamos aqui pra conversar com vocês junto com esse pessoal aqui do DNIT. Diamante – Na verdade aquele terreno ali, era terreno federal né.

e depois a gente foi se entender se era mesmo, era mesmo, a Prefeitura não era dona daquele terreno (Casal, dona Esmeralda e seu Diamante, moradores do Pontal).

No depoimento do Senhor Topázio que morou no bairro do Pontal durante 15 anos,

Passava no jornal a área que mostrava na BR onde ia passar direitinho, nós via que pegava onde a gente morava, isso aí, eu vi bastante vezes. No Jornal, eu vi bastante, só que eu nunca participei de Audiência, nunca. De repente, eu podia não tá em casa, enquanto o pessoal foi lá (Senhor Topázio ex morador do Pontal e morador do Furadinho).

O que podemos evidenciar através dos relatos acima descritos é que na sua maioria, as famílias já sabiam do processo que teriam que passar, antes mesmo de sua concretização.

6.2 Resistência e estratégias de negociação

Em minhas entrevistas procurei saber, por parte dos envolvidos no processo de desapropriação, se eles tiveram alguma espécie de resistência e quais as estratégias de negociação adotadas pelos mesmos. A esse respeito me relataram que não houve resistência nenhuma: *“Olha! Eu aceitei numa boa, assim, pra mim foi tudo bom”* (Dona Safira); *“Não; quando veio o Engenheiro e trouxe a papelada pra nós assinar e tudo direitinho, eu disse para eles se pagasse o que desse pra eu comprar outro terreno noutra canto, com uma casa em cima, não tinha problema nenhum”* (Senhor Topázio).

Entretanto, o que fizeram questão de exigir, e que fica bem claro na fala do Senhor Topázio, é que fossem indenizados justamente, sem que sofressem perdas materiais. Situação que se torna mais clara nos depoimentos abaixo:

Não houve resistência nenhuma, na minha rua ninguém resistiu, todo mundo adorou e tudo melhorou. Antigamente eu não vou dizer pra ti **(pausa, grifo meu)** eu não tive exigências; só a única coisa que eu deveria ser indenizado mesmo

e deveria mesmo todo mundo ser indenizado à altura para poder comprar outra casa. (Senhor Ônix, ex morador do Pontal e morador de Santo Amaro da Imperatriz).

Esmeralda - Não, não. **Diamante** - Até então, não né; depois é que eu fui entender, depois fui procurar, eu falei com um amigo que conhece bem essa área e ele me explicou direitinho como é que é e tal, que o valor que seria R\$28.000,00 estaria muito abaixo do mercado, muito abaixo mesmo, mesmo pro tamanho do terreno, a casa, que na verdade não tava indenizando casa, a casa a gente arrancou e jogou fora, então era mais o terreno em si. Daí ele disse (**o amigo referido, grifo meu**) se vocês chegar a R\$40.000,00, aí já fica mais ou menos, daí já dá pra (**no caso negociar, grifo meu**), só que o DNIT não queria pagar os R\$ 40.000,00 a gente teve que protelar, dizer que a gente não saía. **Esmeralda** - Disseram que teve pessoas que eles foram lá, daí disseram que queriam R\$ 35.000,00 e eles não aceitaram né, a Dona Ametista foi a última moradora e ela pediu R\$35.000,00 porque ela disse que não tinha aonde comprar uma casa com R\$30.000,00 aqui aonde ela queria, porque ela não queria ir pra um lugar longe né, porque ela já era uma Sra (Casal, Dona Esmeralda e seu Diamante, moradores do Pontal).

Apesar de obter uma negativa por partes dos meus entrevistados quanto ao quesito resistência, percebi que quase todos em suas negociações lançaram uma contra oferta quanto ao valor oferecido por suas casas num primeiro momento, o que nos faz refletir, se essa atitude não seria uma forma de resistência, embora esta, não tenha ocorrido na visão de meus entrevistados.

6.3 Participação e reivindicação

Conforme consta no PBA (TOMO III, 2001, p.10), grande parte da população humana afetada pelo empreendimento, teve a chance de conhecer, discutir e analisar os transtornos e vantagens em face da duplicação da BR-101 – Trecho Sul, através das reuniões e mesmo audiências públicas que teriam sido realizadas em diferentes épocas e

localidades.

Reis (1998, p. 115), afirma em seu trabalho, no item “Da chegada dos estranhos ao tempo do medo e da melancolia”, que trata da instalação de hidrelétricas, que os colonos tiveram a percepção de que algo novo estaria para acontecer, a partir dos ruídos causados por um helicóptero que sobrevoou e aterrisou no rio Uruguai e seus afluentes à época. Muitos colonos lhe relataram que essa presença de estranhos na região foi identificada muitos anos depois do ocorrido, vindo-se a saber que tratava-se da visita de “técnicos enviados pelo setor elétrico para percorrer a região, iniciando-se os levantamentos relativos aos estudos de inventário de seu potencial hidroenergético”. Reis relata ainda que “sem dizer a que vieram as inusitadas ‘visitas’ apresentavam-se à imaginação dos colonos, acompanhadas pela curiosidade por parte de alguns e pelo temor por parte de outros” (REIS, 1998, p. 116).

Refletindo e considerando a afirmativa de Reis, quando fui a campo, uma das minhas intenções foi averiguar se meus entrevistados tinham tomado conhecimento dos levantamentos voltados para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e participado de reuniões e audiências, a fim de compreender de que forma ocorreu a inserção da população atingida pelas desapropriações da BR-101/SC em todo o processo, para que suas possíveis reivindicações tivessem como ser atendidas. A realidade apresentada através de seus depoimentos, contudo, foi que a maioria não participou e nem mesmo tomaram conhecimento de possíveis reuniões e audiências;

Eu não posso, digamos dizer assim, né, dizer que não houve reunião porque quando eu comprei a casa já estava naquele estágio assim, já tinha, sido fotografado, os engenheiros já tinham estado lá, conversado um pouco com as pessoas, não tinha sido feito preço; só falaram que ia ser indenizadas coisa e tal, mas até então, quando eu comprei eu nem sabia, só sabia que ia ser desapropriado. Enfim, eu meio já peguei a coisa andando, mas assim eu não fiquei sabendo de reunião nenhuma depois que fizeram os preços coisa e tal das casas, também não houve reunião nenhuma, o engenheiro teve na minha casa daí a gente conversou, foram muito atencioso [...]. Eu não tive nenhum tipo de informação nesse sentido. [...] (Senhor Ônix, ex morador do Pontal e morador de Santo Amaro da Imperatriz).

Diamante e Esmeralda - Não, não, isso não houve não. **Diamante** - A reunião foi feita nas nossas casas mesmo, sabe? O cara ia de casa em casa, conversava meia hora com cada um, explicava tudo por detalhe e outro dia vinha de novo, na outra casa que faltou e tal (Casal, dona Esmeralda e seu Diamante, moradores do Pontal).

Situação semelhante ao casal Esmeralda e Diamante se deu com o Senhor Topázio, que ao ser questionado sobre sua participação em relação à audiência pública ou reunião, respondeu-me:

Não; naquele momento porque toda vida que ele disse que o DNIT passava lá, se eu não tivesse em casa eles vinham me procurar aqui no Posto né; pra dizer como é que era como é que não, e tudo que eles falavam eu aceitava, porque eu confiei muito naquilo tudo ali entendesse?

Foi individual. Eles iam de casa em casa. Hoje eles falavam comigo, outro dia falavam com outro.

No jornal, eu vi bastante, só que eu nunca participei de Audiência, nunca. De repente, eu podia não tá em casa, enquanto o pessoal foi lá (Senhor Topázio ex morador do Pontal e morador do Furadinho).

Nossa vida cotidiana envolve muitas tarefas diárias, e nosso trabalho, consome grande parte do nosso dia. As pessoas estão cada vez mais delegando tarefas e eximindo-se do seu direito e, porque não dizer, do seu dever de exercer a cidadania, de executar a “democracia”. Desta forma, compromete-se a doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa do poder. Exemplo disso podemos constatar na situação da Dona Safira que relatou não ter tido nenhuma informação anterior relativo a alguma espécie de estudo de pré viabilidade da região, porque na época em que foi indenizada, morava apenas há dois anos no bairro. Sendo assim, as notícias que tinha a respeito da duplicação da BR-101 e possíveis indenizações haviam sido trazidas por vizinhos, segundo seu relato:

É eu ouvi falar que teve reunião mesmo, mas eu não fui. Eu acho que eu não fui porque eu tava trabalhando, porque parece que eles não me encontraram em casa, foi bem difícil eles me encontrar em casa. Daí foi mais o que os vizinhos me diziam do caso assim, mas só que assim ó, um vizinho dizia uma coisa, outro dizia outra, né, não sabia como era tal, como eu não sou muito de estar pesquisando assim, até porque eu tinha pouco tempo também, então eu deixava né?

[...] Diz que teve reunião assim com os outros moradores, mas eu não tava nessa, mas também não participei de nada disso né; pra mim foi tudo assim, o pessoal do DNIT que foi lá na minha casa, foi lá, conversaram comigo, levaram papéis pra eu assinar, tudo isso porque eu não tinha como sair né? (Dona Safira, ex moradora do Pontal e moradora da Ponte do Imaruí).

Baseando-se nas respostas obtidas, percebe-se que não houve uma participação ativa, nem reivindicação coletiva em torno do processo de desapropriação, já que os entrevistados até tinham uma noção de que ocorreriam reuniões e audiências, mas não se manifestaram de participar das mesmas, seja por motivo de trabalho ou mesmo falta de interesse.

6.4 Indenizações justas ou injustas

Ao longo das entrevistas tentei perceber se meus entrevistados haviam ficado satisfeitos com os valores recebidos, ou seja, se acharam que haviam sido indenizados justamente. A esse respeito, disse-me Dona Safira:

Sim; fiquei, fiquei [...] Mesmo assim, eu tive que repartir com meu ex, porque na época eu tava casada com meu ex marido né, aí eu tive que, pra ele poder assinar né, a gente teve que entrar num acordo né, mas, eu fiquei contente sim.

E convergindo com a opinião da Dona Safira, ainda temos os depoimentos Senhor Topázio, que afirmou sucintamente: “*Justamente.*”

Eu acho que sim", além do depoimento de outro informante:

[...] eu achei que foi bem justo assim acho que eles foram justos comigo inclusive eu tinha dado um preço e depois como as outras casas exigiram um preço maior que a minha, aumentaram um pouco o preço da minha que eles acharam justo era a melhor casa, era uma casa simples, mas era a melhor casa da rua (Senhor Ônix, ex morador do Pontal e morador de Santo Amaro da Imperatriz).

Nesse contexto relativo à satisfação em relação aos valores recebidos mediante indenização de seus imóveis, ao contrário dos depoimentos anteriores, observei certa insatisfação nos relatos do Senhor Rubi e do Senhor Diamante respectivamente, *"a gente sempre acha que podia ter recebido mais né. Mas o que a gente recebeu deu para reformar esta casa aqui, melhorou um pouco, não podemos reclamar"*.

[...] na verdade poderia ser um pouco mais, porque se eu vendo um imóvel meu, é pra eu ter sempre um pouco mais, pra comprar um imóvel de menor valor pra gente ter um dinheiro assim, pra comprar um carro, pra colocar na poupança porque a gente precisa. E nesse caso, não deu né, a gente acabou de pagar as contas e acabou-se. Então, eu acho que na verdade o DNIT teria que ter olhado um pouco mais pra todos nós lá, e pago um pouco mais, entendeu? Botava uma média de R\$50.000,00 pra cada casa, já tava ótimo, porque as casa que, que poderia comprar por esse preço aqui, seriam casas boas pra morar, seriam casas dignas, que suportasse uma família de 3 ou 4 pessoas. (Senhor Diamante, morador do Pontal).

Considerando a perspectiva ligada ao fator econômico e a qual foi basicamente enfatizada pelos meus entrevistados, temos uma margem positiva quanto aos valores aplicados nas indenizações dessas famílias, embora a margem seja pequena, ou seja, de três contra dois.

O que os meus entrevistados não consideraram ao responder sobre os valores em questão, foi o fato referente à legalização de suas propriedades. Segundo levantamento efetuado através das entrevistas, foi fácil constatar que muitas delas não tinham escritura pública,

dispondo apenas de contrato de compra e venda feito em cartório, fato que veio a ser corrigido e modificado no momento em que foram indenizados. Segundo os depoimentos do Senhor Diamante: "aqueles lotes ali, eles são, já estavam com o pessoal em cima ali, há muito tempo, então não tinha um registro legal daquilo dali, escritura pública, era contrato de compra e venda". O Senhor Rubi também afirmou que na época da desapropriação: "só tinha o contrato de compra e venda da propriedade, feita no cartório. Agora, a casa atual tem escritura pública, tudo certinho". Tais depoimentos estão em consonância com todos os demais entrevistados, confirmando assim, tal realidade.

6.5 A comunidade na visão dos técnicos

Os moradores que foram desapropriados no bairro do Pontal foram percebidos pelos técnicos como uma comunidade carente, que foi se estabelecendo no bairro de forma precária, sem a devida comprovação da legalidade da terra por eles ocupada. Mesmo morando no local há mais de uma década, segundo relato dos técnicos, essa situação de irregularidade vem se caracterizando pela falta de moradia digna em algum outro município, pelas dificuldades cada vez maiores em adquirir uma propriedade em áreas próximas ao meio urbano, pela falta de documentos que comprovem a titulação das terras, como: escritura pública, IPTU, taxas públicas de iluminação¹¹ ou água, ou mesmo pelas dificuldades de fiscalização pelos órgãos responsáveis, no caso o DNIT.

6.6 Procedimentos utilizados para desapropriações no bairro Pontal

Segundo os técnicos, a dificuldade maior para efetuar as desapropriações no caso de pessoas de baixa renda, foi justamente a falta de documentos básicos das pessoas, tais como: CPF irregular, matrícula do RGI, certidões civis – casamento, nascimento, oriundas de outros Estados, comprovante de residência, ou seja, documentos básicos para identificação do desapropriado.

Para a advogada essas pessoas de baixa renda não tem uma documentação e não se informam dos seus direitos, mesmo existindo vários eventos voltados para orientação legal da população, tais como:

¹¹ No caso dos moradores que sofreram desapropriação no bairro do Pontal, os técnicos relataram que a luz era legalizada.

OAB cidadã¹², Câmara cidadã¹³ etc.

Situação que requer uma participação maior por parte do Estado porque, segundo os técnicos, se: *“a pessoa tem documentação, ela começa a ficar mais inserida na sociedade e começa a perceber que tem condições de fazer muitas coisas”*.

Na falta da titulação das terras e uma vez divulgadas as dificuldades para pagamentos (dificuldades encontradas pelos técnicos em situações similares), os técnicos adotaram, na época das negociações, os seguintes procedimentos: fazer estimativas voltadas para as benfeitorias — casas, cercas, muros, árvores frutíferas, garagem, contra piso, poste de energia, etc. Os valores foram calculados tendo como base, tabelas públicas de valores, onde era adotada uma metodologia¹⁴, uma sistemática desde o princípio de todas as desapropriações (entre 2004 e 2005), fazendo-se um relatório da metodologia tanto para avaliar as terras quanto as benfeitorias. Estas últimas, estimadas em cima de tabelas governamentais, baseadas em preços da Caixa Econômica, tabela do SINAPI e tabela do SICRO.

Os técnicos reconhecem que, em desapropriações, muitas vezes o valor calculado pelas benfeitorias é insuficiente para que alguns se estabeleçam dignamente em outro imóvel.

6.7 Acompanhamentos junto às famílias desapropriadas

O DNIT, segundo depoimento dos técnicos, não efetivou um

¹² Projeto da OAB que tem a função de unir-se com a população objetivando auxiliá-la no acesso aos direitos garantidos pela Constituição Brasileira.

¹³ Projeto colocado a termo por diversas câmaras legislativas municipais, incluindo a do município de Palhoça, que visa desmistificar o Poder Legislativo, aproximando-o da comunidade através de iniciativas de cunho prático-assistencial. As ações deste programa têm o único objetivo de organizar a casa do povo que é a Câmara de Vereadores, para bem receber e bem atender cada cidadão.

¹⁴ Segundo informação do técnico a metodologia é aplicada da seguinte forma: “Se pega uma casa padrão de 60m², de alvenaria, faz um orçamento de toda essa casa, de todos os materiais que vão numa construção, se faz uma coleta de preços em lojas de materiais de construção, e chega num valor, no orçamento dessa casa. Se faz uma estimativa de preço por m² conforme padrão, um padrão classe A, tipo A, B, C, D e E. Essas casas, então elas dariam o preço pra categorias de casas conforme o padrão da construção e também se usa nesse cálculo o tempo de vida útil da casa (...) o quanto a vida, após a construção, o tempo de construção dela. Vamos supor uma casa de alvenaria, se estima que ela vá durar 50 anos né? Se ela possui 25 anos ela tem 50% da vida útil dela, então tem uma tabela de depreciação que se faz essa, se entra com esse 25% da vida útil e em outra coluna se tem, tem esse percentual da vida útil e de outra forma tem-se o padrão da construção, então são percentuais de depreciação que a gente aplica no valor daquela casa padrão”.

acompanhamento junto às famílias desapropriadas depois que essas se instalaram em suas novas habitações. No caso de um programa de desapropriação, conforme as praxes (assinatura de uma escritura de desapropriação no cartório e depósito nas suas contas bancárias), o processo cessa-se logo após as negociações estabelecidas, pagas e indenizadas. O máximo que o órgão costuma acompanhar são problemas localizados e decorrentes da obra de duplicação, dispondo para tal dos serviços prestados pelas empresas contratadas para a obra em questão.

Os técnicos sabem e reconhecem que em casos que envolvem famílias de baixa renda, um programa de reassentamento seria socialmente mais correto e prudente, se fosse aplicado. Procedimento que possibilitaria as famílias manterem seus vínculos sociais construídos ao longo de tempo, porque segundo depoimento de um deles “as pessoas criam raízes onde moram, tem apego aquilo que conseguiu construir as duras penas, um monte de sentimentos que envolvem a família, a casa, o vizinho, o bairro, etc”.

Porém, esse tipo de programa implicaria num tempo maior para que se conseguisse executar as obras dentro dos prazos previstos. Deparando-se com dificuldades burocráticas, de problemas advindos da necessidade de fazerem-se convênios (com Prefeituras e Órgão Estadual de Habitação), e questões específicas para o bairro do Pontal, como seria adquirir um terreno com áreas proporcionais para serem feitas tais habitações. Ficando evidente neste caso, que não se trata de um problema de ordem econômica para a aplicação do programa de reassentamento, mas de ordem burocrática.

De forma geral os técnicos concluíram que o DNIT trabalhou junto às famílias desapropriadas de forma passiva e amigável, alcançando sucesso em relação às desapropriações e contribuindo para que a obra que envolve a duplicação da BR-101/SC fosse executada. Ressaltando ainda, acreditarem que muitas dessas pessoas desapropriadas, puderam tomar outro rumo melhor em suas vidas, vivendo dignamente em melhores moradias, como proprietários e não como posseiros ou invasores.

6.8 Agentes envolvidos no processo de desapropriação

Conforme Reis (1998, p. 4), a implantação de grandes obras de infraestrutura resulta de “iniciativas complexas e multidimensionais, que compreendem aspectos econômicos, técnicos, políticos, sócio-culturais e ecológicos, relacionados em um intrincado jogo de mútuas interações e condicionamentos”. Para Ribeiro (1991 *apud* REIS, 1998, p. 5) pelas

dimensões que abrangem essas obras, elas dependem de grandes movimentos de capital e mão-de-obra envolvendo a presença de um número significativo de atores sociais, ideia que nos remete a Bartolomé (1983, *apud* REIS, 1998, p. 4) que diz que entre esses atores, destacavam-se as “instituições financeiras nacionais e internacionais, a corporação consorciada responsável pela execução do empreendimento, as empresas de consultoria e as populações regionais e locais, que ocupam as áreas destinadas a alojar as obras em questão”.

Sobre a questão que envolve os “atores sociais”, e considerando as afirmativas por parte dos autores acima citados, procurei saber por parte dos meus entrevistados se além do DNIT tiveram algum contato com assistentes sociais ou técnicos da Prefeitura de Palhoça/SC, para tentar entender até que ponto haviam sido eles próprios, também atores sociais em ação. A esse respeito, seguem dois depoimentos:

Foi direto com os técnicos do DNIT, nada com o social, nada, nada, nada! Assistente social, não houve nenhum tipo de trabalho sobre isso [...] (Senhor Ônix, ex morador do Pontal e morador de Santo Amaro da Imperatriz).

Não, não, foi o pessoal do DNIT só, assistente social não teve nenhuma. [...] pra mim foi tudo assim, o pessoal do DNIT que foi lá na minha casa, foi lá conversaram comigo, levaram papéis pra eu assinar, tudo isso porque eu não tinha como sair né? (Dona Safira, ex moradora do Pontal e moradora da Ponte do Imarú).

Na maioria dos casos, a resposta que obtive foi que trataram a questão da desapropriação de seus imóveis diretamente com os técnicos do DNIT, sem intervenções por parte da Prefeitura. Situação que se constata ainda, na fala do Senhor Topázio ao afirmar que “só com o pessoal do DNIT só”. Entretanto, através dos depoimentos dos casais Diamante e Esmeralda e Rubi e Jade vê-se que eles tiveram um contato, mesmo que breve e superficial com pelo menos um agente denominado “assistente social” oriundo da Prefeitura de Palhoça/SC. O casal, Rubi e Jade, relataram-me que não se lembrava de nomes específicos, mas afirmou que uma vez uma assistente social esteve junto com o pessoal do DNIT em sua casa, além destes ninguém mais, afirmando ainda que foi bem atendido e assistido pelos técnicos do DNIT. Ambos os casais disseram-me que as suas desapropriações haviam sido resolvidas

especificamente pelos técnicos do DNIT, enfatizando mais de uma vez, que estes tinham sido muito atenciosos e prestativos. Segundo seus relatos,

A gente organizou toda a papelada, documentos solicitados, entregamos para eles e eles que fizeram tudo, mas a gente foi no cartório lá em Biguaçu e assinamos a transferência da propriedade indenizada para o DNIT.

(Casal, Senhor Rubi e dona Jade, moradores do Pontal)

[...] teve uma moça lá, que ela é... É como uma assistente social. **Senhor Diamante** – primeiro conversou conosco, explicou que ali seria duplicado e que realmente ali poderia pegar (se referindo a duplicação da rodovia, grifo meu) depois veio uma pessoa do DNIT, que nos procurou e... **Dona Esmeralda** – é, conversou juntamente com a Prefeitura de Palhoça e conversar e que haveria desapropriações, que iria passar uma marginal ali, e se não passasse, mesmo assim correria risco por causa da BR acima né; então, que eventualmente nós teríamos que ser desalojados. [...] **Senhor Diamante** – Veio junto com eles, veio uma pessoa de lá, uma assistente social, ou coisa parecida.

Conforme o que foi colocado pelas famílias entrevistadas, num caso ou noutro, o que fica claro é que seus contatos foram individualizados e tratados pelos técnicos do DNIT, que se mostraram muito mais presentes e atuantes que qualquer outro técnico da Prefeitura. Quanto aos moradores, estes demonstraram um comportamento pouco engajado no processo que estavam envolvidos, levando-nos a crer que sua atitude foi notadamente passiva.

Quando questionados a respeito de suas próprias participações no que se refere aos trâmites do processo de desapropriação, os moradores me relataram que se limitaram a discutir as bases da desapropriação de que eram alvo, mormente aceitando as condições e propostas que os técnicos do DNIT lhes estendiam.

Seus depoimentos mostraram que não conseguiram estabelecer um senso e uma atitude de coletividade, porque não participaram das audiências públicas, nem sequer se uniram em torno das questões em

comum, deixando de reunir forças para defender seus interesses.

6.9 Visões sobre o empreendimento

No item 4.1 “Justificativas do projeto de duplicação da BR-101/SC – trecho sul”, desenvolvido no presente trabalho, verificou-se que as condições de trafegabilidade da BR-101/SC à época do levantamento dos estudos para implantação de sua duplicação, em seu trecho sul, apresentavam-se com volumes de tráfego que excediam, em muito, a capacidade por ela suportada, além de apresentar um alto índice de acidentes. Além disso, o estado de conservação do pavimento, e as condições dos acostamentos deixavam a desejar, por mostrar descontinuidade em sua extensão, com larguras reduzidas e segmentos até mesmo não pavimentados.

Com 30 anos de existência, a rodovia havia passado por processos de desgaste dos pavimentos, tendo vários de seus segmentos recapeados de forma descontínua. Ao longo deste período, melhorias de caráter paliativo foram implementadas, segundo consta no PBA, tais como: terceiras faixas de tráfego, vias marginais e outros melhoramentos operacionais a fim de atender principalmente algumas travessias de núcleos urbanos que foram se instalando ao longo do traçado.

Do ponto de vista técnico, os benefícios trazidos pela duplicação seriam muitos, pois os usuários passariam a ter condições de se deslocar ao longo do trecho dentro de condições operacionais ideais em termos de custos e de segurança, com a minimização (ou eliminação) de congestionamentos de tráfego e de acidentes.

A partir dos elementos citados tornou-se relevante, a meu ver, captar, através das falas dos entrevistados, como estes viam e entendiam a duplicação, se perceberam mudanças quanto ao empreendimento, e de que forma essas mudanças se mostraram. No discurso dos entrevistados,

Com certeza, né? Com certeza essa duplicação era necessária, meu Deus! Vai salvar tantas vidas. E outra coisa: além de fazer a desapropriação tem que se levar em consideração se novamente vai ser feito novas tentativas de alguém querer passar ou voltar a morar naquele trecho, aquele recuo necessário para a BR não vai novamente pessoas morarem ali? Porque é um perigo de um caminhão cair ali, como aconteceu de cair uma barreira depois que eu saí. Então são coisas a considerar

[...] (Senhor Ônix, ex morador do Pontal e morador de Santo Amaro da Imperatriz).

Eu vejo como positiva, e melhorou bastante né? As filas que davam né? Tá dando, mas não tanto como antes, né? Melhorou! A gente ficava horas e horas no ônibus, até pra pegar ônibus no ponto de ônibus era difícil. Era tudo bem... Eu creio que ainda vai melhorar mais né (?), quando ela ficar totalmente pronta né?
(Dona Safira, ex moradora do Pontal e moradora da Ponte do Imaruí).

O Senhor Rubi relatou ter achado que melhorou e que havia diminuído o número de acidentes, o fluxo de veículos também ficou bem melhor, fluindo com mais rapidez. Para ele, o próprio bairro acabou passando por uma valorização, porém, fez ressalva de que haveria muita coisa para ser terminada ainda. Em sua visão a obra acabou contribuindo para geração de empregos para o pessoal da região, argumentando que ele próprio estava trabalhando de vigia em pátio da obra. Trouxe à tona ainda, outros aspectos como: a geral do bairro que havia sido asfaltada; preocupação pelo total abandono que as margens da rodovia naquela região do Pontal sofreram, porque a terra acabava deslizando em dias de chuvas, causando assim obstruções nos bueiros, impedindo o fluxo da água no mesmo, o que conseqüentemente, levou-o a presenciar enchente na sua propriedade, porque esta fica em um desnível considerável em relação à rodovia. Mas, de um modo geral, tendeu a ver a duplicação como necessária e positiva. Já em outros relatos:

Acho que depois que ficar pronta vai ser muito bom, né? Só que tá demorando né? Pode ficar bom, mas vai demorar, mas acho que vai ficar bom, vai ser melhor pro município, pra todo mundo né? Só eu acho que tá demorando né?
(Senhor Topázio ex morador do Pontal e morador do Furadinho).

Teve um progresso, mesmo porque fizeram asfalto na avenida principal, né? Se se pega um ônibus que passa pela via expressa ele não vai mais pela BR, a gente tinha que pegar muita fila, era um sufoco mesmo, a gente vem até um pedaço pela via expressa, vem rápido, então quando ela tiver

terminada né, eu acho que vai ser uma coisa boa pra gente (Dona Esmeralda, moradora do Pontal).

O que podemos apurar é que além dos pontos ressaltados no item 4.1 “Justificativas do projeto de duplicação da BR-101/SC – trecho sul”, este sob o prisma técnico, temos, através da visão dos entrevistados, uma aceitação quanto à implantação da rodovia, que foi vista positivamente como necessária. Elementos novos surgiram através dos depoimentos, entre eles: a necessidade de atenção em relação aos moradores, de forma que estes não voltem a morar em áreas dadas como perigosas e que se situem as margens da BR-101/SC; a diminuição de filas e acidentes no trânsito; valorização e asfaltamento do bairro Pontal (Palhoça/SC) e; geração de empregos para a população regional.

Segundo consta no PBA (2001) somado a visão dos técnicos, a implantação da duplicação da rodovia BR-101/SC traria muitos benefícios à população em geral como a facilidade de deslocamento dentro de condições operacionais ideais tanto no que tange a segurança do usuário da rodovia BR-101 quanto a minimização e até mesmo eliminação de congestionamentos de tráfego e de acidentes. Esses por si só, já seriam motivos suficientes para se apontarem os ganhos que a população passaria a ter e que de certa forma ganhou, se levarmos em conta que a obra ainda não acabou.

Para meus entrevistados os ganhos também se mostraram relevantes já que saíram de uma área de risco (faixa de domínio) as margens da BR-101/SC, caso que não se pode generalizar, mas que se trata da situação de moradia a qual meus informantes estavam submetidos.

Cabe chamar a atenção dos órgãos envolvidos que a população está atenta quanto ao quesito tempo, em relação ao pretendido inicialmente quanto ao término da obra em questão, e dos transtornos que esse “tempo” acaba causando em alguns pontos específicos.

E ainda, ressaltar a esses órgãos que a população tem consciência dos ganhos que uma obra como é o caso da duplicação da BR-101/SC traz a longo prazo, porém, os ganhos seriam multiplicados se atentassem para o fato que os bairros onde moram necessitam de melhorias (conforme discutido no capítulo 5) que uma vez sanadas e atendidas, contribuiriam para a existência do que chamamos de qualidade de vida, ou seja, os ganhos seriam potencializados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa pautou-se por buscar apresentar a visão de famílias que habitavam na comunidade do Pontal, em Palhoça/SC, e que dela de forma compulsória sofreram deslocamentos por conta das obras de duplicação da BR-101 – Trecho Sul, o que caracterizou um processo de desapropriação.

No desenrolar deste trabalho foi perceptível o estabelecimento de um jogo de poder, marcado, sobremaneira, pelo conflito de interesses entre o poder público constituído, representado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, e cidadãos comuns que, por força das circunstâncias, moravam em uma área que seria atingida pelas referidas obras.

Em primeiro lugar, cabe salientar que não era dada escolha aos moradores: a obra, por sua relevância e magnitude, deveria acontecer e para que isso se tornasse realidade, o processo de desapropriação era o caminho indicado pelo governo.

Tal fato contrasta, em muito, com a ótica da técnica da autarquia governamental. Para ela, o DNIT agiu, por assim dizer, amigavelmente, sem impor aos moradores do local uma saída forçosa de suas residências, mesmo que tenham recebido o valor que lhes era devido e que o prazo estabelecido a priori fosse atingido. Tal atitude, segundo um dos técnicos fez com que o DNIT pudesse estabelecer excelentes tratativas de negociação com os envolvidos.

Ainda assim, mesmo que atitudes unilaterais e impositivas não tenham sido aplicadas pelo órgão federal, certamente tal postura estava mais relacionada com uma estratégia arguta de negociação, cuja tentativa era a de evitar querelas judiciais e desgastes junto à opinião pública, do que propriamente o embate de forças paritárias. Por certo, não havia concessões a serem feitas nem alternativas outras a serem consideradas, além da retirada dos moradores.

Os técnicos do DNIT acreditam que no caso do Pontal a desapropriação foi algo que trouxe mais qualidade de vida para várias famílias. Tal ponto de vista baseia-se, quase que exclusivamente, na constatação que as novas moradias das pessoas desapropriadas eram de melhor qualidade em relação às precárias condições em que viviam antes do processo tomar forma.

Além disso, os técnicos ainda afirmam que num estágio posterior à indenização e, por conseguinte, à desapropriação propriamente dita, os moradores envolvidos relataram que o processo por que passaram foi algo de grande importância e valia em suas histórias, e que a partir de

então passaram a viver com mais dignidade e em moradias mais adequadas, das quais eram proprietários e não posseiros ou invasores.

É possível que haja moradores satisfeitos com tudo o que vivenciaram. Contudo, não foi isso o que os relatos apresentados junto a essa pesquisa demonstraram o que nos remete a Turatti (2001) quando sinaliza sobre um confronto de “valores” que podem tomar discursos diferentes, quando o que esta em questão, são os interesses individuais (nestes casos representados ora pelos técnicos, ora pelos desapropriados).

No discurso dos entrevistados foi posto em relevo um sentimento de perda e insegurança oriundo da instalação deste grande empreendimento. Vê-se neste caso o que Weber concebe na sua teoria da sociologia compreensiva, de que os indivíduos, vivenciam tais valores, motivações e expectativas de modos particulares.

Fica evidente pelos relatos, que se originou uma ruptura nas relações de vizinhança, a partir da distância territorial que passou a fazer parte de suas realidades. Os antigos vizinhos já não se vêem com tanta frequência e já não partilham da mesma intimidade. Fato que confirma minha hipótese, de que essas pessoas sofreram perdas nas relações sociais por conta das mudanças de vida por que passaram.

Neste aspecto, a despeito do que dizem os técnicos governamentais, há muito mais em questão do que a simples comparação física entre moradias. Faz-se mister levar-se em consideração, além dos elementos de ordem espacial que, conforme nos propõe Magnani, é o território devidamente marcado, os elementos de ordem social, que se forjam nas relações no interior deste território.

Cada vez que alguém deixa de ocupar um espaço de moradia, a história que então vivenciava naquela região já não mais é continuada, a cultura que partilhava com outrem naquele lugar já não terá o mesmo “palco” para se desenvolver. O reconhecimento que tinha dos outros moradores como pertencente àquele “pedaço” sofre um grande golpe. As relações interpessoais são alteradas em definitivo. E é inegável que aquilo que somos, em boa dose, deve-se justamente a estes relacionamentos que desenvolvemos ao longo da vida. Se estes se rompem, algo de nós também perde sentido e espera por ressignificação.

Podemos verificar pelos relatos dos técnicos, que a instalação de grandes obras, envolvendo o deslocamento de comunidades, precisa ter seus processos revistos, visto que, além de construções materiais, derrubam também, construções sociais e referências de vida. Creio que um processo mais humano possa ser descortinado sempre que os interesses públicos entram em choque com os particulares, como no

caso de desapropriações.

O ser humano, seu bem-estar e a garantia de seus direitos inalienáveis, devem estar em primeiro plano nas ações de qualquer governo. Se isso se tornar realidade, toda a coletividade será contemplada por consequência.

Assim, é imperativo que os questionamentos, as dúvidas, os receios e as opiniões dos membros das comunidades envolvidas em deslocamentos compulsórios devam ser levadas em consideração, fazendo deles personagens ativos da problemática, e não meros espectadores a mercê dos projetos muitas vezes insensíveis das organizações, sejam elas públicas ou de caráter privado.

A questão levantada nesta pesquisa seria o porquê as famílias desapropriadas no bairro Pontal/Palhoça/SC, não foram incluídas no Programa de Reassentamento, já que foram caracterizadas como carentes, de baixa renda, segundo relato dos técnicos (p. 129) no presente trabalho. Se considerarmos o que estava previsto dentro do PBA (2001, p. 62) e PBA (TOMO III, 2001, p. 16) onde ambos os programas enfatizam “As famílias de baixa renda, atingidas pelo processo de desapropriação que não possuísem terreno para as novas moradias, serão incluídas no Programa de Reassentamento”. Fato que, no caso dos meus entrevistados o encaminhamento do processo na realidade foi outro, ou seja, conduzidos a uma desapropriação. Os argumentos levantados pelos técnicos foram de que: as famílias não possuíam a titulação das terras o que vem a convergir com os próprios relatos das famílias escutadas nesta pesquisa, porém, dentro do PBA (2001) encontramos em seu “item ‘a’ objetivos, justificativas, abrangência” o conhecimento do DNIT/SC de que nos municípios de Palhoça/SC e Paulo Lopes/SC, viviam famílias de baixa renda que deveriam ser reassentadas “sendo proprietárias ou não dos imóveis atingidos” (PBA, 2001, p. 63).

Outro argumento segundo relato do engenheiro (p. 134) no presente trabalho, é que no caso de um reassentamento, as tratativas seriam bem mais burocráticas e complicadas, impossibilitando assim, a execução das obras dentro dos prazos previstos, E como consequência dessa burocratização, viria a necessidade de formalização de convênio junto as Prefeituras e Órgão Estadual de Habitação, o que na prática acabou não ocorrendo. Cabe ressaltar, porém, que segundo nossa pesquisa, a formalização de convênios destinados a “assistência social”, jurídica e técnica as famílias reassentadas era prevista e preconizada dentro do PBA (2001, p. 64). Por fim, o último argumento encontrado por parte do técnico e que na região do Pontal/Palhoça/SC, a compra de

terrenos que viabilizassem a instalação adequada das famílias atingidas pela desapropriação, seria de difícil aquisição. Podemos constatar que todos os argumentos relatados pelos técnicos seriam de ordem burocrática, que cabe neste momento, chamar a atenção das instituições envolvidas para que priorizem o que foi oficialmente prescrito e previsto, já que essas ações foram amplamente estudadas e projetadas conforme consta no PBA (2001).

Enfatizamos tanto a questão da concretização do Programa de Reassentamento, porque embora esse não tenha sido o foco de nossa pesquisa, a nosso ver, seria de extrema relevância já que este prima e considera especificamente as famílias de baixa renda a serem reassentadas, aquelas que realmente precisam ser deslocadas de um determinado espaço em que elas se encontram para outra área individual ou coletiva, como por exemplo, um novo núcleo habitacional (PBA TOMO III). Atendendo assim uma importante proposição por parte dos financiadores internacionais, entre eles, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que enfatizam a “necessidade de serem atendidas as aspirações individuais (pessoais e familiares) dos domicílios afetados” para que as pessoas não tenham prejuízos no que tange à qualidade de vida. Qualidade esta, que a nosso ver, resultaria na aplicabilidade real do que foi proposto ou programado e que na realidade acabou não se concretizando e que acabaria por beneficiar as famílias atingidas, já que essas novas instalações habitacionais, se fossem o caso, contariam com projetos arquitetônicos, assistência técnica, jurídica e social. Minimizariam em muito alguns transtornos causados por remanejamentos habitacionais involuntários, como por exemplo: custos para as famílias, modificações dos padrões de vida e da organização social, envolvendo especialmente no caso, objeto deste estudo, os laços de parentesco e vizinhança. Assim como também os próprios padrões de subsistência, em que envolvem os casos em que o trabalho é exercido no mesmo bairro, como pode ser percebido nas falas dos meus entrevistados (ver entrevistas, Anexo B, pág. 97 e Anexo E, pág. 123).

Além do que era previsto dentro do Programa de Reassentamento quanto a seleção das áreas, que deveriam considerar a acessibilidade aos serviços e equipamentos urbanos, levando em conta ainda, as dificuldades de traslado entre os usuários e os serviços ofertados como por exemplo: presença de escolas e população em idade escolar; presença de postos de saúde, forma e tempo de deslocamento dos usuários a esses equipamentos (PBA, TOMO, III).

Embora os técnicos tenham argumentado que muitas dessas

famílias desapropriadas tenham ficado satisfeitas com os valores que foram indenizados e que vem a convergir com os relatos dos meus entrevistados, podemos observar ambigüidades em seus discursos, certa tensão. A advogada entrevistada relata (p.137) que muitas vezes teve que dar uma de psicóloga na tentativa de amenizar no máximo a insegurança que as pessoas tem em relação a desapropriação, justamente por essas pessoas não conseguirem assimilar as mudanças a que serão obrigadas a passar, e que ao ver da advogada seria uma possibilidade de melhorar de vida. Ressalta-se aí, que a advogada leva em questão a situação material das famílias ou que diverge em outro momento de sua própria fala, quando menciona que a desapropriação é uma imposição do governo, para a implantação da rodovia BR-101/SC (p. 138), demonstrando preocupação quanto ao vínculo social dessas pessoas deslocadas compulsoriamente.

A Prefeitura de Palhoça/SC embora não tenha em nenhum momento firmado convênio com o DNIT, para acompanhar tal processo, mostrou-se a nosso ver, omissa quanto as questões que envolvem a comunidade do Pontal, principalmente no que concerne a manutenção e instalação de infraestrutura no bairro, segundo podemos constatar no item “5.1 – o bairro a partir da ótica dos entrevistados” (p. 51). A ausência da gestão pública é lamentável, porque atrás dessas instalações de obras de grande envergadura, temos pessoas que anseiam ser escutadas, atendidas e acompanhadas, o que refletiria para um bem coletivo e qualidade de vida.

REFERENCIAS

- “AS – BUILT” DE DESAPROPRIAÇÃO** – Programa de Ampliação da Capacidade rodoviária do corredor São Paulo – Curitiba – Florianópolis – Osório – rodovia BR-101, trecho Div. PR/SC – Div. SC/RS, subtrecho Rio Inferninho ao Rio Mampituba, segmento km 216,5 ao km 245,0 (Lote 22), DNIT/SC, junho/2007.
- AZIBEIRO, Nadir Esperança. **Movimentos Sociais, Paradigma da Complexidade e Intercultura**. Disponível em: <http://www.naya.org.ar/congresso2000/ponencias/Nadir_Esperanca_Azibeiro.htm> Acesso em 16 jul.2009.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. CONAMA. **Resolução 001**, de 23 out. 1986. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=23>>. Acesso em: 15 out. 2009.
- CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 3ª ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.
- DURHAM, Eunice R. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1984. “Urbanização e migração” (19- 45). “O migrante rural na cidade”, pp. 145-213.
- ELIAS, N. & SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, 19-51; 190-194.
- FARIAS, Vilson Francisco de. **Palhoça: natureza, história e cultura**. Florianópolis : Editora do autor, 2004, 291 p.
- FERNANDES, L.L. **Introdução a um estudo geográfico de bairros rurais em São Paulo**. In: Boletim Paulista de Geografia, n.º 55 (31-46). São Paulo, 1978.
- GOLDMAN, Marcio. **Alguma antropologia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- GROSTEIN, Marta Dora. **Metrópole e Expansão Urbana: A**

- persistência de processos "insustentáveis"**. *São Paulo Perspec.*, Jan 2001, vol.15, no.1, p.13-19.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP& A, 2004, 102 p.
- HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. s.l: Sistema Positivo, 2009. [versão eletrônica].
- LORENSETTI, E. *et al.* **Sociologia**. Livro didático público. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação (PR), 2006.
- LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1997. p.52-74.
- MAGNANI, José Guilherme. **Festa no pedaço**. Cultura popular e Lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense, 1984. A rede de lazer, PP. 120-160.
- _____. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. RBCS Vol. 17 n.49 junho/2002.
- MENDONÇA, Juliana Barros; GONÇALVES, Regina Célia. **Em busca de uma compreensão do espaço urbano: origens e ocupação da cidade de João Pessoa e do bairro de Jaguaribe (século XVI ao século XIX)**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais - Volume 2 - Número 3 - Julho de 2010. Disponível em: < www.rbhcs.com > Acesso em: 11 out.2010.
- PROJETO BÁSICO AMBIENTAL – PBA – TOMO III**. Programa de Desapropriação e Programa de Reassentamento da População de Baixa Renda. CONVÊNIO DNER/IME. Ano 2001.
- PROJETO BÁSICO AMBIENTAL – PBA**. CONVÊNIO DNER/IME. Ano 2001.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. de. **Bairros rurais paulistas: dinâmicas das relações bairro rural – cidade**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.
- _____. **O campesinato brasileiro**. Petrópolis, Vozes, 1973.

REIS, Maria José; Memória, territorialidade e migração compulsória: a reação dos agricultores à instalação da hidrelétrica Itá (SC/RS). In: REIS, Maria José; RADOVICH, Juan Carlos; BALAZOTE, Alejandro (Editores). **Disputas territoriales y conflictos interétnicos em Brasil y Argentina**. Córdoba: Ferreyra Editor, 2005. p. 15-34.

_____. **Espaços vividos, migração compulsória, identidade: os camponeses do Alto Uruguai e a hidrelétrica de Itá**. 1998. 252 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998

REIS, Maria José; CATULHO, María Rosa; CASTELLS, Alicia N. Gonzáles de; Ruptura e continuidade com o passado: bens patrimoniais e turismo em duas cidades realocizadas. In: REIS, Maria José; RADOVICH, Juan Carlos; BALAZOTE, Alejandro (Editores). **Disputas territoriales y conflictos interétnicos em Brasil y Argentina**. Córdoba: Ferreyra Editor, 2005. p. 35-50.

SILVA, Regina Celly Nogueira da Silva. **As Singularidades do Bairro na Realização da Cidade: um estudo sobre as transformações na paisagem urbana do bairro da Torre na cidade de João Pessoa**. 1999. 142 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

SOUSA, Marcelo José Lopes de. O Bairro Contemporâneo: ensaio de abordagem política. In: **RGB– Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, abr./jun. 1989.

TURATTI, Maria Cecília Manzoli. **O planejado e o vivido: o reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema**. *Rev. Antropol.* [online]. 2001, vol.44, n.1, pp. 313-316. ISSN 0034-7701.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose**. Antropologia das Sociedades Complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999, “Trajetória individual e campo de possibilidades”, pp. 31-49.

_____. **Subjetividade e Sociedade: uma experiência de geração**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 13-36.

SITES ACESSADOS

<http://www.agais.com/impacto.htm> . Acesso em: 23 out.2009.

http://www.101sul.com.br/site/programas_ler.php?pba=24. Acesso em: 19 abr.2010.

<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=660186&page=3>. Acesso em: 12 ago.2010.

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/santacatarina/palhoca.pdf> / <http://pt.wikipedia.org/wiki/Palho%C3%A7a>. Acesso em: 01 set.2010.

<http://www.dicionarioinformal.com.br/definicao.php?palavra=palho%E7a&id=198>. Acesso em: 01 set.2010.

<http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&biw=1020&bih=567&q=avenida%20jos%C3%A9%20bonif%C3%A7a%201%20palho%C3%A7a%20Fsc&um=1&ie=UTF-8&sa=N&tab=wl>. Acesso em: 01 set.2010.

http://www.oab-sc.org.br/setores/oab_cidada/sobre.jsp . Acesso em: 14 fev.2011.

<http://www.abrasil.gov.br/anexos/download/conhecendo.pdf>

http://www.sintermar.com.br/downloads/Logistica_diagnostico.pdf

<http://www.cmp.sc.gov.br/noticias-ver.html?id=6>

ANEXOS

ANEXO A - Entrevista n.º 01 (26/09/2009 - sábado)

Senhor ÔNIX

ÔNIX - Eu não posso, digamos dizer assim, né, dizer que não houve reunião porque quando eu comprei a casa já estava naquele estágio assim, já tinha sido fotografado os engenheiros já tinham estado lá conversado um pouco com as pessoas. Não tinha sido feito preço só falaram que ia ser indenizado coisa e tal, mas até então, quando eu comprei eu nem sabia. Só sabia que ia ser desapropriado, enfim, eu meio já peguei a coisa andando, mas assim, eu não fiquei sabendo de reunião nenhuma. Depois que fizeram os preços coisa e tal das casas, também não houve reunião nenhuma, o engenheiro teve na minha casa daí a gente conversou, foram muito atenciosos. O engenheiro do DNIT, até não era o (nome), era outro, gente boa, maravilhosa! Todos os dois foram muito atenciosos.

Eu tava assim, não fiquei sabendo de reunião nenhuma, ele teve aqui conversou com meu vizinho, coisa e tal, comigo, mas também não houve reunião nenhuma. Foi porque eu comprei a casa e essa pessoa ia ser desapropriada, então ela tentou me enganar e até quando eu soube que ia ser desapropriado pra mim foi uma coisa chocante, foi como uma porrada; porque eu tinha investido meu dinheiro, era o único dinheiro que eu tinha e foi comprado a casa e eu ia perder tudo, foi essa a impressão que eu tive. Depois, quando eu fiquei sabendo que ia ser indenizado amenizou um pouco e depois quando veio o resultado da indenização e eu fiquei sabendo o quanto eu ia ser indenizado foi pra mim foi uma surpresa positiva porque eu tinha investido X e na verdade fui indenizado por dois XX. Então eu achei que foi bem justo. Assim, acho que eles foram justos comigo, inclusive eu tinha dado um preço e depois com as outras casas exigiram um preço maior que a minha, aumentaram um pouco o preço da minha que eles acharam justo era a melhor casa, era uma casa simples, mas era a melhor casa da rua. Ser pago igual ao outro que era uma casinha de madeira toda arrombada e a minha de material, de alvenaria, com telha nova, bem feita assim. Então eles acharam justo, foram lá, e ainda melhoram o meu preço um pouco, eu acho que não respondi a tua pergunta né, a pergunta foi se depois quando eu soube que a indenização seria, digamos assim, foi o que foi, de R\$40.060,00, eu fiquei bem feliz, porque primeiro porque eu estava dentro de uma área realmente de risco, como eu comentei. Depois que nós saímos de lá, que a gente foi desapropriado, que a gente saiu, dois, três meses que eu tinha saído de lá, tinha caído uma barreira justamente

em cima do meu banheiro. Realmente é uma área que não pode existir casa, pode cair caminhão, aquilo ali não dá.

PESQUISADORA - *E a sua casa tinha escritura pública seu Ônix?*

ÔNIX - Eu tinha contrato de compra e venda. Mas eu tinha registrado no cartório tinha a documentação toda feita em cartório.

PESQUISADORA - *Mas esses procedimentos pra legalizar, porque assim, as casas, até onde eu sei, elas podem ser indenizadas a partir do momento que elas têm escritura pública?*

ÔNIX - Mas eu tinha escritura pública, tudo certinho, mas eu tinha contrato compra e venda só no cartório, pagamento no cartório, escritura tudo certinho, a escritura está tudo lá. Não houve resistência nenhuma, na minha rua ninguém resistiu na minha rua ninguém resistiu, todo mundo adorou e tudo melhorou. Antigamente eu não vou dizer pra ti.

PESQUISADORA - *Qual que era assim a sua identificação maior, nesse quesito da mudança, o que o Senhor exigiu pra mudança, assim, estava mais relacionado ao preço do seu imóvel, ou o Senhor teve alguma outra tratativa? O Senhor fez alguma exigência para o Órgão no momento da mudança, ou não?*

ÔNIX - Eu não tive exigências só a única coisa que eu deveria ser indenizado mesmo e deveria mesmo todo mundo ser indenizado a altura para poder comprar outra casa, pelo que eu soube todos puderam melhorar a sua casa, só assim ó, a maioria dos meus vizinhos ficaram na mesma localidade, só mudaram, mas continuaram no mesmo ambiente, social deles. Então, não houve uma mudança digamos assim uma mudança do dia a dia deles, eu saí de lá da comunidade.

PESQUISADORA - *O Senhor tinha algum laço de parentesco, o Senhor sofreu assim alguma perda por ter saído da região do Pontal?*

ÔNIX - Bom, no início eu gostei muito de lá, depois era uma área muito perigosa, sabe? Lá tinha assim ó, era muito roubo, quando eu fui morar lá eu percebi isso, então assim ó, pra mim a mudança foi ótima, coincidiu de eu descobrir que a comunidade era difícil, então como tudo aconteceu foi bom pra mim, porque eu percebi que era um lugar muito difícil tinha que ficar com a janela trancada o tempo todo não podia deixar um tênis na rua, não podia deixar nada, eu sei que tá isso meio geral, mas a gente. Faz quanto tempo mesmo, faz uns dois ou três anos.

PESQUISADORA - *Mas ou menos a data que o Senhor foi*

desapropriado, foi por volta de 2005, 2006, 2007?

ÔNIX - Eu não tenho certeza, tu terias que ver, porque data pra mim é um problema.

PESQUISADORA - *O Senhor manteve vínculos de amizade lá?*

ÔNIX - manteve, manteve. Hoje na verdade o que aconteceu com essa mudança toda foi os péssimos negócios e hoje eu tô pagando aluguel. Então, pra você ter idéia dos péssimos negócios que eu fiz, então eu, mas continuei mantendo os laços de amizade com as pessoas que eu gostava muito, quando a gente se encontra é sempre bom, porque na verdade a minha comunidade era aqui (Santo Amaro) e, eu fui morar lá, mas eu não era natural de lá, você entende? Diferente de quem nasceu lá, mas eu não sei, acho que poucas pessoas que moravam na minha rua realmente eram de lá, da comunidade. Mas eu, sou natural de Santo Amaro. Então pra mim lá, os meus laços são de amizade e coisa tal, mas a vizinhança ótima que eu tinha lá, mas não, me agrediu muito, porque eu não sou nascido de lá, entende?

PESQUISADORA - *E o Senhor sendo assim de Santo Amaro, como o Senhor foi parar lá, com é que foi o histórico mesmo do Senhor assim?*

ÔNIX - Como é que eu fui parar lá? Eu tive um amor, que ele era índio, e daí eu conhecia a aldeia indígena lá no Pontal, e eu conheci o pessoal de lá, me dei muito bem, coisa e tal, daí eu ia visitar muito lá, daí eu fui visitar muito lá, e gostei. Depois eu acabei tendo vontade de morar lá. Eu não moraria lá novamente, não. Não moraria, porque ta muito, muito, ha, há.

PESQUISADORA - *E o bairro lá, em questão de infraestrutura, saneamento básico?*

ÔNIX - Era horrível onde eu morava o esgoto era a céu aberto a gente saía da casa ia pro esgoto a céu aberto, assim, bem, bem horrível mesmo.

PESQUISADORA - *Mas água, luz, tinha certinho?*

ÔNIX - Água, luz tinha.

PESQUISADORA - *Mas em termos de atendimento lá, comércio, na área da saúde vocês tinham?*

ÔNIX - Saúde era fraco, comércio dava pro gasto, mas não tinha supermercado, tinha um mercadinho, não tinha lotérica para pagar uma

luz, tinha que sair de lá pra fazer no centro de Palhoça. Então não tem uma lotérica, não tem um supermercado bom, na área de saúde é bem ruim pra mim, não tem um posto de saúde, é bem precário lá.

PESQUISADORA - O tempo que o Senhor residiu lá no Pontal assim, oi muito tempo?

ÔNIX - Foi quase um ano, quase um ano!

PESQUISADORA - E a sua família, o Senhor foi com família pra lá?

ÔNIX - Fui morar sozinho.

PESQUISADORA - O Senhor tinha alguma expectativa? Qual a sua expectativa morando naquela localidade?

ÔNIX - A gente sempre sonha né, tem expectativas de melhorar, eu, eu, muito ampla essa pergunta né? Eu sempre fui uma pessoa que fui em busca de novas histórias, sonhos pra ver se a gente consegue melhorar, a expectativa era a de melhorar de vida! Melhorar emocionalmente, financeiramente, tudo isso aí. Eu cheguei lá e vi que o negócio era bem difícil do que eu imaginava.

Eu acho, que tem que ser visto é se essa indenização por mais que seja uma casinha simples, mas ele tá ali, dentro dessa comunidade, vê se essa comunidade, com esse dinheiro ele ainda pode comprar pra não perder aquele contato social de vida que ele tem com essas pessoas. Então, ver se existe ainda dentro daquela comunidade como ele comprar outro lugar para se manter dentro daquela comunidade, então isso é uma coisa que tem que ser consultada, tem que ser vista, porque ele vai ganhar, não vai deixar de conviver naquela comunidade, então ele tem como comprar próximo dali.

PESQUISADORA - Então no seu ponto de vista seria interessante que as pessoas se mantivessem na mesma localidade, porque teria como manter os seus vínculos sociais né?

ÔNIX - Isso aí, com certeza ...eu acho legal, que de repente eu achei a indenização justa, bem feita na verdade, agora a pergunta é. Eu me lembro que na época, não estava fácil conseguir espaço lá, assim, alguma pessoas ralaram pra conseguir uma casa pra comprar, entende? Porque tava meio assim, ou era muito ruim lá no mangue. Porque enche coisa e tal, e não tava muito barato as casas pra vender. Então o que acontece pra que não haja um choque cultural da pessoa, desse desapropriando, da pessoa que mora nessa comunidade é uma coisa que pode, é uma coisa bastante ampla, digamos assim, é uma análise de

primeiro mundo, seria uma coisa assim, um tipo de observação chegar nesse ponto de apurar o interesse por a ponto de chegar a esse ponto, da pessoa se manter dentro da comunidade, mas é o ideal, né? Então vamos trabalhar em cima do ideal né. Tinha uma vizinha muito difícil, queria aumentar o preço da casa dela, então foi ela que de certa forma sendo terrível me ajudou, porque o preço, ela é bem difícil falar DNIT, Ré, Ré!,

Então assim ó, talvez não esteja, é um outro amparo que pode acontecer é que essa pessoa evidentemente não é um negociante, mora numa casa, ele não é uma pessoa que sabe negociar, pra vender casa talvez? Tu entendesses? Talvez até um auxílio nessa área seria interessante. Porque de repente até pagaram um dinheiro pra ele, mais aí ele faz um negócio mal feito, então assim ó, é outro caso a ser pensado, tu entendesse? Eu tenho a minha idéia a pessoa tem que estar preparada para saber comprar uma casa, se tivesse um auxílio certo, até então era uma pessoa que nunca tinha que sair dali, não tinha que negociar, aquilo ali era o universo dele, a vida dele. E de repente não tá preparado para negociar um. Ele, de repente um cara que tem a possibilidade de cair num golpe, alguma coisa assim, porque ele não um negociante. Tu entendesses? Ele só sabe que mora naquele lugar e vai ter que sair dali, então, ele vai ter que ir para outro lugar.

PESQUISADORA - O Senhor em algum momento na tratativa do seu processo, o Senhor teve algum contato com o pessoal da Prefeitura? Assistente social? Ou as tratativas foram feitas direto com os técnicos do DNIT?

ÔNIX - Foi direto com os técnicos do DNIT, nada com o social, nada, nada, nada! Assistente social, não houve nenhum tipo de trabalho sobre isso, que eu acho que deveria ter.

PESQUISADORA - O Senhor teve acesso a alguma divulgação, explicação de como ela (desapropriação) estaria acontecendo, como foi planejada, o Senhor não teve acesso a isso?

ÔNIX - Não, não tive. Vai que era uma pessoa idosa, que mora a vida toda ali, de repente chega alguém e diz: tens que sair, então nunca viu aquele dinheiro, então de repente nem sabe comprar ou sabe, mas tem que ver até que ponto de repente àquela pessoa vai sair dali e de repente perder tudo, tu entendesses? Tirar ela da onde viveu a vida toda e perder tudo num negócio mal feito, porque ela não sabe fazer um negócio.

PESQUISADORA - Então o senhor está ressaltando a importância

que, apesar de ter havido uma indenização teria que haver um amparo pós para que essa pessoa 'expropriado'?

ÔNIX - Ou até durante, e perguntar se o Senhor tem como fazer um negócio? O Senhor quer algum auxílio? O Senhor acha que tem condição de fazer um negócio, precisa de um auxílio? Já tem alguma coisa em vista? Está dentro do que o Senhor gostaria? Coisas assim, que eu acho que uma pessoa preparada pode dar um amparo, mas como uma assistente social, que desse um amparo necessário pra se de repente a pessoa precisar, de uma ajuda assim, assim e assado. Eu acho que tem que perguntar: existe um lugar que o Senhor gostaria de comprar, está dentro do que o Senhor gostaria? Mas eu sou obrigado, eu só tenho aqui é ruim, mas obrigado a comprar lá, tu entendesse? Eu acho que esse processo pode ser melhorado sim.

PESQUISADORA - O Senhor atualmente mora, está morando aqui neste bairro de Santo Amaro, porque o Senhor optou por morar aqui?

ÔNIX - Assim, olha Santo Amaro é uma cidade onde eu nasci, a gente acaba voltando, eu não se é eu, eu hesitei toda minha vida, mas eu descobri que Santo Amaro é a minha casa, a gente conhece todo mundo, aquela coisa da comunidade.

Estava comentando sobre a questão das pessoas que moram naquela comunidade, então não pode ser arrancada daquela comunidade, daquele meio, não era o meu caso que morava sozinho, mas a pessoa que tem família e coisa e tal. Tem que saber se essas pessoas podem alterar toda a vida de uma pessoa né? Então assim, eu porque nasci aqui, meus amigos eram daqui, vivi na infância, mas pra quem é de lá tinha que ter conversado naquele momento, vê se tinha possibilidade da pessoa comprar, toda sua vida social, cultural, do povo, do convívio social né, suas amizades e blá, blá.

PESQUISADORA - E o Senhor está me dizendo que tem que pagar aluguel atualmente. O Senhor teve dificuldades de comprar uma outra casa? Ou o Senhor acha que faltou esse auxílio também no seu caso de direcionamento ou...?

ÔNIX - Acho que eu não soube negociar mesmo, comprei até um lugar legal, assim tudo, mas eu não sei negociar, não nasci para negociar, então eu sou um daqueles, que precisaria de um auxílio, eu não nasci pra negócio. Então, de repente até tinha um dinheiro razoável na mão, mas eu não soube negociar, então é onde eu acho talvez que essas coisas merecem um acompanhamento, de repente, sabe um, acompanhamento se a pessoa necessitar. E eu sou uma dessas pessoas que não soube

negociar, então, eu sou um daqueles casos que pode ter a casa e perder a casa. O que aconteceu comigo, hoje estou pagando aluguel que ta sendo uma dívida incrível pra mim, muito grande, pagando aluguel, mas, não tem outra alternativa.

PESQUISADORA - Mas o Senhor trabalha fora?

ÔNIX - Eu trabalho com jardim, eu sou paisagista, mas tá muito difícil né, sabe como está situação né? Eu até tenho todo o material aqui, sou autônomo.

PESQUISADORA - O Senhor participou das tratativas do processo (desapropriação), o Senhor fez o levantamento do preço junto ao mercado?

ÔNIX - Eu não tive nenhum tipo de informação nesse sentido. Fizeram o levantamento e coisa lá, lá. Claro que o preço foi avaliado no que valia a casa, no valor em que a casa e o espaço valiam, mas esse valor tem que ser considerado outra coisa, se esse valor, me dá a possibilidade de eu comprar uma casa, porque talvez não exista um espaço com esse valor pra eu continuar naquele meio, é simplesinha é tudo, mas estou de repente num lugar privilegiado como eu morava. Era perto do centrinho, entende, então teve que ser jogado pra muito longe ou pra um lugar bem ruim, a rua era horrível, mas eu tava no centro, tu entende? Então, esse valor era muito questionável, porque tem que ver se essa área que estou querendo pra mim, se esse dinheiro vai me dar a possibilidade de eu comprar ali próximo? Porque de repente eu não tenho mais como comprar ali próximo, e daí tenho que comprar muito longe, longe do meu trabalho provavelmente, do convívio ou até do pai ou de uma mãe que me auxiliam coisa e tal, então esse valor sabe é questionável, sabe?

PESQUISADORA - O Senhor chegou a interagir no que diz respeito ao quesito, vou a cartório, vou providenciar a papelada junto, o Senhor participou desses trâmites?

ÔNIX - Não! Vieram, disseram eu preciso, desse, desses documentos, daí eu tinha que separar tudo e colocar nas mãos deles, foi isso que eu fiz, porque não teve nenhum outro tipo de relação, foi essa, pra que tu receba a tua indenização, tens que trazer isso, isso, uma lista de documentos. Eu preparei todos os documentos e entreguei.

PESQUISADORA - Mas no que se refere a preparação da documentação, do atendimento, o Senhor acha que foi bem atendido? Foram atenciosos com o Senhor?

ÔNIX - Foram; foi maravilhoso pra mim, foram ótimos, foram bastante justos por mais que talvez pudesse ser diferente, eu não sei, se podia ser diferente, mas pra mim foi bastante justo e seria até injusto da minha parte dizer que não foi, porque além, eles tiveram a sensibilidade de fotografar a minha casa, depois da reformada que eu precisei fazer. Porque me avisaram, não vai ser feito avaliação depois da reforma, mas eu precisava fazer pra poder morar, mas, depois eles foram lá e fotografaram, então pra mim, foram altamente justos, eu até agradei a eles.

PESQUISADORA - Quanto à duplicação, assim, no seu modo de ver e entender naquela região ali, o Senhor viu alguma mudança, viu essa duplicação como algo positivo?

ÔNIX - Com certeza né, com certeza essa duplicação era necessária, meu Deus! Vai salvar tantas vidas, e outra coisa, além de fazer a desapropriação tem que se levar em consideração se novamente vai ser feito novas tentativas de alguém querer passar ou voltar a morar naquele trecho, aquele recuo necessário para a BR não vai novamente pessoas morarem ali? Porque é um perigo de um caminhão cair ali, como aconteceu de cair uma barreira depois que eu saí. Então, são coisas a considerar. Porque foi sorte eu ter saído dali, porque no mínimo eu ia ter um prejuízo grande, porque derrubou parte da parede do meu banheiro, porque eu não tinha idéia, tinha aquela barreira próxima assim, mas eu nunca imaginei o que aconteceu.

PESQUISADORA - Quando o Senhor foi morar lá, sabia que ali era uma área que pertencia a faixa de domínio, ou que teria a implantação de algum projeto ali?

ÔNIX - Não. Por causa disso que eu fiquei apavorado, fiquei apavorado, porque eu pensei. Meu Deus! Meu dinheiro tá aqui; agora vou ser desapropriado e meu dinheiro vai ser todo jogado fora. Então, eu vou dizer pra tí, não tinha idéia mesmo que eu estava num recuo, fiquei sabendo disso depois, nossa! Fiquei apavorado durante dias até que veio alguém do DNIT e eu pude conversar com ele.

ANEXO B - Entrevista n.º 02 (03/10/2009 - sábado) - Entrevista registrada em diário de campo

Senhor RUBI e Dona JADE

Sr. RUBI tem 54 anos, casado, trabalha de vigia no pátio da obra da BR-101/SC, contratado pela empresa Sulcatarinense, natural de: São Tomaz – Município de Imaruí, pertence a uma família de cinco filhos. Sempre trabalhou na lavoura e desde cedo ajudava os pais com todo tipo de tarefa que uma vida difícil e sofrida no interior, possa exigir. Saiu de sua terra natal em busca de trabalho melhor remunerado e com a intenção de progredir na vida.

Casado com Dona JADE, 41 anos. Dona JADE trabalha como doméstica é natural de São Tomaz de Imaruí /SC, nascida e criada na mesma localidade e pertence a uma família de 06 irmãos. O casal tem dois filhos, sendo que um é casado e mora no mesmo pátio da casa de seus pais, tem duas filhas, trabalha atualmente na empresa Massita; o filho solteiro mora com os pais. O casal relatou que ambos passaram por momentos difíceis na vida, principalmente após o Senhor RUBI ter sofrido um acidente (envolvendo veículos) e ter tido traumatismo craniano, ficando à época dias na UTI. Por conta desse acidente, o senhor RUBI contou que teve uma recuperação bem complicada e difícil, mas que nunca pensou em desistir. Acha até que pelo fato de sempre ter batalhado na vida, ajudando o pai na lavoura; fato que o fazia mais forte perante a situação. Ficou desempregado durante onze anos e quem manteve a família no que tange ao fator econômico foi Dona JADE trabalhando como doméstica. O senhor RUBI relatou esse episódio mostrando-se orgulhoso em relação a companheira. Dona JADE e seu RUBI são moradores do bairro do Pontal/Palhoça/SC há pelo menos dezoito anos.

PESQUISADORA - Como via seu bairro na época da desapropriação em relação à infraestrutura?

Resposta a partir do relato do senhor RUBI - Não vê muita mudança desde a época da desapropriação. A única coisa é que a rua geral era de chão batido e depois com a implantação da duplicação, foi asfaltada. O bairro tem posto de saúde, mercado (não supermercado grande) tem farmácia, igrejas tanto católicas quanto evangélicas (crentes conforme fala do entrevistado); tinha até boate (risos...espécie de bordel) mais que estas últimas foram fechadas.

PESQUISADORA - O Senhor é nativo do bairro? Como o Senhor veio morar no bairro? Quanto tempo residi no mesmo?

Resposta a partir do relato do senhor RUBI - Não nasceu no bairro, mas mora há 18 anos no mesmo. Contou que trabalhou junto com sua esposa (Dna Jade) como caseiros pelas mediações do Pontal durante um tempo e depois conseguiu comprar um lote na mesma localidade e acabou se instalando de vez.

PESQUISADORA - Existiam redes de relação (vizinhos/parentesco) sociais a partir do bairro?

Resposta a partir do relato do senhor RUBI - Sim; tem muitos conhecidos no bairro e até mesmo amigos. Tem seu filho mais velho também instalado com a família no mesmo pátio onde moram atualmente.

PESQUISADORA - Em relação ao novo habitat, as redes de relacionamentos teriam continuidade em seus novos habitats?

Resposta a partir do relato do senhor RUBI - Relatou que no seu caso como não tiveram que sair do espaço geográfico onde moravam (tendo que retroceder terreno adentro) não houve no seu ponto de vista, uma quebra nos relacionamentos, mais que sente falta de alguns vizinhos, de certa forma, algumas coisas a seu ver, acaba mudando.

PESQUISADORA - Como se sente em suas nova habitação?

Resposta a partir do relato do senhor RUBI - Não sentimos muito o processo do deslocamento porque nos mantivemos aqui, mas teve gente que até ficou doente (caso da Dona Esmeralda) como também teve gente que até achou melhor. Sinto falta das coisas como eram antes; todo mundo procurava cuidar da rua e se reunia para conversar.

PESQUISADORA - Quais as expectativas que tinha ou tem morando aqui no Pontal?

Resposta a partir do relato do senhor RUBI - As expectativas é de tocar a vida, melhorar.

PESQUISADORA - Passados alguns anos, desde que houve a desapropriação, o senhor voltaria a morar no mesmo bairro?

Resposta a partir do relato do senhor RUBI - Não penso em sair do bairro. Aqui tem bastante coisa.

PESQUISADORA - Quais reações tiveram com a notícia de que teriam que sair/mudar de suas residências na época?

Resposta a partir do relato do senhor RUBI - Na verdade eles já sabiam de alguma forma que a área onde moravam seria desapropriada por conta da duplicação da BR-101, porque um pessoal tinha ido lá fazer um cadastramento das famílias (levantamento de campo) então, depois de muito tempo, quando vieram fazer as negociações não foi muita surpresa, mesmo porque segundo a fala do Sr. Rubi "o que eles poderiam fazer? Manda mais quem tem mais não é?"

PESQUISADORA - Houve alguma espécie de resistência da sua parte durante o processo de desapropriação? Quais foram suas estratégias de negociação?

Resposta a partir do relato do senhor RUBI - Não resistiram em nenhum momento, só exigiram um valor justo, no caso, mais do que a primeira oferta que havia sido feita, os mesmos não se informaram muito a respeito.

PESQUISADORA - O Senhor tomou conhecimento ou participou de alguma reunião/audiência na época dos estudos (Elaboração do Projeto) que visava à duplicação? Fez alguma reivindicação? Quais?

Resposta a partir do relato do senhor RUBI - Não participaram de nenhuma reunião e nem Audiência Pública. Não tendo tomado conhecimento da realização das mesmas. Quanto à duplicação ficaram sabendo há muito tempo atrás na época do cadastramento das famílias. Reivindicação? O que a gente podia fazer? Manda quem tem mais dinheiro.

PESQUISADORA - O Senhor achou que foi indenizado justamente?

Resposta a partir do relato do senhor RUBI - "A gente sempre acha que podia ter recebido mais né. Mas o que a gente recebeu deu para reformar esta casa aqui, melhorou um pouco; não podemos reclamar".

PESQUISADORA - O Senhor tinha a sua propriedade devidamente registrada/escritura pública?

Resposta a partir do relato do senhor RUBI - Na época da desapropriação só tinha o contrato de compra e venda da propriedade, feita no cartório. Agora, a casa atual tem escritura pública, tudo certinho.

PESQUISADORA - Além do DNIT, o Senhor teve contato com assistentes sociais? Ou alguém da Prefeitura de Palhoça?

RUBI e JADE - Além dos técnicos do DNIT, relataram que uma vez uma assistente social (não lembram nomes) teve junto com o pessoal do DNIT, mas além desses ninguém mais. Segundo o casal, foram bem atendidos e assistidos pelos técnicos.

Resposta a partir do relato do senhor RUBI - "A gente organizou toda a papelada, documentos solicitados, entregamos para eles e eles que fizeram tudo, mas a gente foi no cartório lá em Biguaçu e assinamos a transferência da propriedade indenizada para o DNIT".

PESQUISADORA - Quanto a duplicação, no seu modo de ver e entender, percebeu alguma mudança? Viu a duplicação como algo positivo?

Resposta a partir do relato do senhor RUBI - Quanto a duplicação no modo de ver do seu Rubi "eu acho que melhorou né. Diminui o número de acidentes, e o trânsito de veículos também ganha. O próprio bairro acho que acaba passando por uma valorização, se bem que tem muita coisa pra terminar ainda" (este comentário se deu por conta do acesso à entrada do bairro que ainda não tem suas vias de acesso finalizadas – está no barro e com desníveis devido as chuvas);

RUBI e JADE - A obra de certa forma, também acaba gerando emprego para o pessoal da região, ex.: RUBI - "eu mesmo trabalho como vigia em pátio da obra". Pensativo! Preocupado, porque não sabe por quanto tempo.

RUBI - "A nossa geral também foi asfaltada". Ressaltou a preocupação pelo total abandono que as margens da rodovia naquela região sofre (conta que a terra acaba deslizando em dias de chuvas, causando assim barreiras nos bueiros, impedindo o curso natural da água no mesmo, o que consequentemente o levou a presenciar enchente na sua propriedade – esta última fica a um desnível considerável em relação a rodovia no que se refere "altura". Mas de um modo geral, vê a duplicação como necessária e positiva

Dicas sugeridas pelo entrevistado no decorrer da conversa (relacionado a um amparo)

Resposta a partir do relato do senhor RUBI - Enfatizou a importância de se considerar na hora das avaliações (tratativas do processo de desapropriação) se as famílias, conforme suas necessidades, iriam poder se manter no bairro; comprar uma propriedade com o valor que elas receberam sem ter que se sujeitar a morar em mangues ou áreas de risco. Na sua visão seria necessário um auxílio para aquelas pessoas que tem dificuldades em negociar (até mesmo porque o prazo que é estabelecido,

a partir do pagamento de suas antigas moradias, a seu ver, foi um tempo curto e que acabou gerando problemas para as famílias, tais como: especulação imobiliária por parte dos outros moradores. Refletindo num aumento de preços das propriedades a venda. O pedágio também foi apontado como algo injusto à população local. O pedágio é visto como inadequado quanto à prestação de serviço aos usuários (motoristas) e suas instalações indevidas, onde se localiza atualmente. No seu ver, tinha que haver ou fazer, um acompanhamento das pessoas que sofreram deslocamentos de território. Porque teve gente que sofreu bastante, entrando inclusive num quadro de depressão. Falou que teve gente que para poder se manter no bairro (devido ao emprego já garantido) teve que recorrer a empréstimos como forma de complementação na aquisição da nova casa. (Comentando que ele mesmo chegou a emprestar dinheiro a um amigo para que esse pudesse comprar sua nova casa também).

ANEXO C - Entrevista n.º 03 (03/10/2009 - sábado)

Senhor DIAMANTE e Dona ESMERALDA

PESQUISADORA - O Sr. é daqui do Pontal, é originário da onde, e quanto tempo o Sr. reside aqui?

DIAMANTE – É, eu não, eu na verdade, eu nasci ali em Campinas, né. Morei muito tempo no Estreito, Bairro São João, e faz em torno de 17 anos que eu tô aqui, mais ou menos isso sim. A gente morou 9 anos e pouco voltou lá pro Estreito ficamos mais uns, mais ou menos uns 3 anos lá e voltamos pra cá. Agora já tem mais uns 8, então né dá uns 17 anos, um ano a mais que a idade do meu filho.

PESQUISADORA - E como é que, como é que vocês foram desapropriados, como é que era a infraestrutura do bairro assim, tinha saneamento básico, luz, água, tinha comércio adequado?

ESMERALDA – Já! Já tinha á, só não tem saneamento básico que ainda num tem né. DIAMANTE – O bairro inteiro não tem né, na verdade. ESMERALDA – o bairro inteiro não tem. DIAMANTE - o bairro inteiro não tem saneamento básico, aquele que é feito pela Prefeitura não, é só fossa. ESMERALDA – fossa continua sendo. DIAMANTE – mas, fossa direitinho tudo, basicamente sim né, agora não aquele que a Prefeitura teria que colocar aqui no bairro né, que seria o saneamento com tratamento de esgoto e tal, isso não, não existe aqui.

PESQUISADORA - Como é que são suas redes de relações sociais, assim, suas redes de relações eram mais no local onde vocês moravam antes, elas se mantiveram?

ESMERALDA – Não.

PESQUISADORA - Houve uma quebra?

ESMERALDA – Não, acabou, acabou depois que nós voltamos de lá, nós já estamos aqui há 2 anos e pouco, 2 anos e 8 meses, aqui nessa casa já. Mas raramente agente se encontra, se encontrar os que moravam lá, é assim por acaso, no ônibus, assim, não tem mais aquele vínculo, de dias assim de estar todo mundo sentado numa mesa e almoçar junto, amizade que a gente tinha de no final de semana um fazer uma coisinha todos participavam, se tinha um aniversário de um, todos colaboravam, agora não tem mais, nada, nada disso. DIAMANTE – A gente não encontra diretamente, mas ainda tem uma pessoa e outra que ainda mora

aqui né? Só que assim como era tudo uma rua só, e hoje um mora lá, um mora um quilometro longe, outro oitocentos metros, e como a gente trabalha a gente se encontra pouco né. ESMERALDA – E as pessoas que moravam também lá, ó, porque a Dona Madalena foi morar em Tubarão e agora voltou pra casa dela de novo. DIAMANTE - mas é lá embaixo, lá na praia, bem lá embaixo, num lugar que é mangue, então é longe. ESMERALDA – a outra vizinha nossa faleceu, ela esperou tanto por essa indenização que uma semana antes ela faleceu, antes de receber a expectativa dela, ela já tava com problema de saúde, daí se agravou mais, porque teve problema com a filha tudo, ai morreu, vizinhas assim, de muitos anos, de tempo mesmo.

PESQUISADORA - E a sua nova residência; assim, a Sra. está satisfeita, gosta de onde está morando, veio morar aqui porquê?

ESMERALDA – Não, não gosto daqui vivo aqui tanto porque a casa estava para vender, desde o primeiro dia que eu vim pra cá, eu pensava eu vou embora daqui, vou dormir lá na casa mesmo sem telhado (se referindo a casa anterior), meu filho saia de madrugada e eu ligava pra ele, e dizia, vem me tirar daqui que eu vou enlouquecer aqui dentro dessa casa, me leva lá pra outra casa, eu não vou conseguir, eu não aceitei, até hoje eu não aceito. (se referindo a casa nova,). Eu não gosto daqui, eu não gosto, não gosto mesmo. Então, eu não sei, a casa é uma casa bem maior, bem melhor, mas assim, as convivências com os vizinhos são diferente. A única vizinha, que eu tenho pra mim, que eu gosto demais é essa moça aqui (se referindo a vizinha dela – lado esquerdo) o resto, assim, ninguém conversa com ninguém, ninguém dá bom dia pra ninguém, é bem estranho, assim, todo mundo tem um mundo diferente entende? Por mais que tu tente se entrosar com eles, nada feito. (se referindo a nova vizinhança).

PESQUISADORA - Então lá, no fator social vocês tinham um vínculo maior de amizade?

ESMERALDA – Bem maior, tanto que a rua inteira, que a gente, nós morávamos no final da rua né, os vizinhos todos da rua, eram amigos, passavam, conversava, diziam oi Diamante, oi Esmeralda, todos os vizinhos eram assim, e aqui não; eles (se referindo aos vizinhos anteriores) são umas pessoas bem diferentes, não sei se é porque eles não querem conhecer a pessoa melhor, sei lá, eu não entendo. Na minha cabeça não entra, como é que eles podem ser assim, é uma coisa bem diferente.

PESQUISADORA - *Então a Sra. estava acostumada com um contato mais pessoal mesmo...*

ESMERALDA - Sim, nós todos. DIAMANTE - Inclusive uma rua inteira, não só aquele pedaço lá, mas até que ia ao verdureiro, tinha bastante amizade com as pessoas dali né, e hoje a gente vai pouco, porque a gente vai perdendo né? Sabe como é que é né? Muda de local, sempre perde um pouco, a gente tá sempre passando um na frente da casa do outro e tal, dando bom dia, entra um na casa do outro, e tal, então tá sempre convidando pra tomar um café, vamos conversar, mas agora sair daqui pra gente conversar eu vou dizer, uma vez por mês ou duas né. Assim, uma coisa assim, muda bastante. Nesse fator sim.

PESQUISADORA - *Vocês moraram bastante tempo lá no local onde vocês foram desapropriados?*

DIAMANTE - Quinze anos.

PESQUISADORA - *E vocês antes moraram no bairro?*

DIAMANTE e ESMERALDA - Morava no Estreito. DIAMANTE - No bairro São João.

PESQUISADORA - *Mas vocês são naturais de?*

ESMERALDA - De lá mesmo, Estreito.

PESQUISADORA - *E como é que vocês vieram parar aqui no Pontal?*

ESMERALDA - Meu irmão morava aqui, ele já morou ali do lado da BR, na parte de cima ali, morou muitos anos, depois ele comprou uma casa na rua que nós morávamos, ai, eu, é, tive um problema de saúde com meu menino mais moço né?

PESQUISADORA - *E a Sra. tem quantos filhos?*

ESMERALDA - Tenho dois, um tem 25 anos e o outro tem 16 anos, então ele teve um problema de saúde, ai o meu irmão disse: mana vai mora lá, lá é mais sossegadinho, tem mar pra ele, que tem problema, então eu, ai viemos, gostei, toda vida gostei, lá era um lugar muito sossegado, muito gostoso. DIAMANTE - aquele lugar tipo, como se tivesse num sítio né. ESMERALDA - Era um lugarzinho muito sossegado, e as pessoas muito queridas, muito boas, pessoas assim, carinhosas, a gente se sentiu bem, desde o começo a gente se sentiu bem.

PESQUISADORA - *Então, dado esse tempo que a Sra. mudou foi*

mais ou menos uns dois ou três anos?

DIAMANTE - Dois anos e pouco né. ESMERALDA - Agora, nesse ano de 2010 vai fazer 3 anos. DIAMANTE - Falta pouco.

PESQUISADORA - *A Sra, então na sua concepção teria vontade de mudar né?*

ESMERALDA - Se eu pudesse voltar pra casa lá, pro meu lugar eu voltava. Eu sempre, porque o Rubi, mora lá ainda né (se referindo a um vizinho seu, que continuou morando na mesma rua). DIAMANTE - Só que é como ele disse como é mesmo o teu nome? (Andréa) Andréa, é como ele disse, quando a gente morava lá, aquilo era bem cuidado, aquela vala era bem cuidada, era tirado as folhas, o lixo, a gente sempre tinha o cuidado de não jogar lixo ali dentro, a gente conversava com os morador novo que vinha, então a gente era uma comunidade, entendeu, como assim, era uma comunidade. As pessoas davam valor, a água que vinha do morro, água natural, muito boa. Então, não precisava, até nem, nem o pagamento da água já não saía do nosso bolso, todo mundo comprava mangueira quando era preciso, era uma coisa bem interessante, era bem diferente. ESMERALDA - Eu digo pro pessoal, esses dias eu ainda conversei com o Rubi, e disse ô Rubi lá a BR já fez alguma coisa? (Rubi'ex vizinho' respondeu: não, não Esmeralda) ESMERALDA - Daí eu disse: - Vou comprar madeira e vou fazer uma casa lá, daí ele começou a rir. Daí ele disse, ai não pode guria, deixa de ser tola. DIAMANTE - tipo assim, agora eu vou invadir o que era meu. ESMERALDA - Eu quero aquela casa lá de volta, e ele ri de mim, e diz tu és uma doida.

PESQUISADORA - *Quais reações tiveram com a notícia de que teriam que sair mudar das suas residências? Como foi a reação de vocês naquele momento, quando alguém apareceu? Foi feito um estudo antes, vocês tiveram um contato anterior a desapropriação?*

ESMERALDA - Tivemos, tivemos, teve uma moça lá, que ela é, é como uma assistente social. DIAMANTE - primeiro conversou conosco, explicou que ali seria duplicado e que realmente ali poderia pegar (se referindo à duplicação da rodovia) depois veio uma pessoa do DNIT, que nos procurou e... ESMERALDA - É, conversou juntamente com a Prefeitura de Palhoça e conversar e que haveria desapropriações, que iria passar uma marginal ali, e se não passasse, mesmo assim correria risco por causa da BR acima né? Então, que eventualmente nós teríamos que ser desalojados.

PESQUISADORA - Mas além dos técnicos do DNIT, vocês tiveram acesso à algum técnico da Prefeitura de Palhoça também?

DIAMANTE – Veio junto com eles, veio uma pessoa de lá, uma assistente social, ou coisa parecida. ESMERALDA – Quê, quê é, a gente não sabe, sei que... DIAMANTE – somos da Prefeitura, estamos aqui pra conversar com vocês junto com esse pessoal aqui do DNIT. DIAMANTE – Na verdade aquele terreno ali, era terreno federal né, e depois a gente foi se entender se era mesmo, era mesmo, a Prefeitura não era dona daquele terreno

PESQUISADORA - Ali era considerado faixa de domínio?

DIAMANTE – acho que sim, aqueles lotes ali, eles são, já estavam com o pessoal em cima ali, há muito tempo, então não tinha um registro legal daquilo dali, escritura pública, era contrato de compra e venda.

PESQUISADORA - E houve resistência de vocês para sair de lá? Como é que funcionou esse processo, como é que vocês...? Tinham algum conhecimento dos direitos de vocês?

ESMERALDA - Não, não. DIAMANTE – Até então, não né, depois é que eu fui entender, depois fomos procurar, eu falei com uma amigo que conhece bem essa área e ele me explicou direitinho como é que é e tal, que o valor que seria R\$28.000,00 estaria muito abaixo do mercado, muito abaixo mesmo, mesmo pro tamanho do terreno, a casa , que na verdade não tava indenizando casa, a casa a gente arrancou e jogou fora, então era mais o terreno em si. Daí ele disse (o amigo referido) se vocês chegar a R\$40.000,00, aí já fica mais ou menos, daí já dá pra, só que o DNIT não queria pagar os R\$40.000,00 a gente teve que protelar, dizer que a gente não saia. ESMERALDA – disserem que teve pessoas que eles foram lá, daí disseram que queriam R\$ 35.000,00 e eles não aceitaram né, a Dona Madalena foi a última moradora e ela pediu R\$35.000,00 porque ela disse que não tinha aonde comprar uma casa com R\$30.000,00 aqui aonde ela queria, porque ela não queria ir pra um lugar longe né, porque ela já era uma sra. (ela queria se manter aqui na localidade?) ESMERALDA – É, no local é.

PESQUISADORA - Vocês chegaram a pensar em sair aqui do Pontal? Ir para outro lugar ou...?

DIAMANTE – No início sim, pensei.

PESQUISADORA - E depois resolveram ficar aqui porquê, assim?

ESMERALDA - Por causa desse filho que morava aqui. DIAMANTE -

Porque o nosso filho que trabalhava, e agora está em Chapecó né, lá na casa dos parentes dela, da esposa dele. Mas ele trabalhava aqui, era cobrador de ônibus e daí se ele fosse pra outro lugar, daí a gente ia junto né, porque ele morava junto lá, então, ficaria difícil pra ele né.

PESQUISADORA - Ele já tinha bastante tempo de serviço?

DIAMANTE – Ele já tinha bastante tempo né, implicou um pouco por causa disso também (Por causa dele?) DIAMANTE – Foi.

PESQUISADORA - Então o que implicou foi até, esse quesito do trabalho do filho de vocês que para manter o trabalho que para manter o trabalho dele, vocês se mantiveram aqui por perto, para ter como auxiliá-lo né?

ESMERALDA - Eu não queria ficar aqui, a gente queria comprar um lugarzinho ali em Paulo Lopes; DIAMANTE – Na entrada de Paulo Lopes, ali. A gente queria ir pra lá, mas aí ele: Manhê eu não posso ir pra lá né, daí a gente ficou, no início também apertou, porque nós tivemos que procurar daí eles disseram: (o pessoal do DNIT) Ah! Vocês tiveram trinta dias, noventa dias. Mas só que a gente sem dinheiro não adianta procurar uma coisa né.

DIAMANTE – Agora, na verdade o que eu penso é assim, eu com esse meu amigo, assim que informalmente passou algumas coisas pra mim sobre a desapropriação né, que é uma coisa federal, então não tinha como a gente não sair, vai sair, de qualquer jeito vai; mas é que, na realidade, se for pensar bem, pensar bem, eu hoje moro aqui, mas eu gastei meu dinheiro todo pra aplicar aqui, porque eu tive que aumentar ela, essa casa aqui, eu comprei por R\$ 20.000,00 mais saiu por 30 e pouco, aí eu gastei quase R\$10.000,00 nisso aí. Era porta, janela, caibro, tudo isso aí, torneira...

PESQUISADORA - ficou outra casa?

DIAMANTE - Na verdade, na verdade poderia ser um pouco mais porque, seu eu vendo um imóvel meu, e pra eu ter sempre um pouco mais, pra comprar um imóvel de menor valor pra gente ter um dinheiro assim, pra comprar um carro, pra colocar na poupança porque a gente precisa. E nesse caso, não deu né, a gente acabou de pagar as contas e acabou-se. Então, eu acho que na verdade o DNIT teria que ter olhado um pouco mais pra todos nós lá, e pago um pouco mais, entendeu? Botava uma média de R\$50.000,00 pra cada casa, já tava ótimo, porque as casa que, que poderia comprar por esse preço aqui, seria casas boas pra morar, seriam casas dignas, que suportasse uma família de 3 ou 4

pessoas. Na verdade.

ESMERALDA - Na época todo mundo aumentou muito o preço. DIAMANTE - quando ficaram sabendo que haveria desapropriação aqui, as casas que valiam R\$15.000,00 passou pra R\$30.000,00 (Dêa pensando: "se referindo à especulação imobiliária") subiu muito aqui. E eles ó! (se referindo aos técnicos do DNIT) o tempo acabou, acabou. DIAMANTE - O tempo acabou depois começara a pressionar né, na hora que a gente não conseguiu arrumar uma casa, a gente até procurou, procurou, não achou casa nesse valor, aí achamos essa aqui mais quase no final da jornada já, e eles pressionando a gente né. Porque as casas já foram pagas e tal.

ESMERALDA - Tem uma sra., a Dona Madalena que ficou por último, ela assim ó, deu derrame, daí logo em seguida ela deu derrame, e casa aonde ela comprou tem problema de fossa, ela já fez 3 fossa e porque ela não teve mais tempo. DIAMANTE - Tem muita água naquele lugar, muita água. ESMERALDA - Porque com R\$ 30.000,00 tu não comprava uma casa aqui, com aquele valor né, pelo menos descente. Porque no mangue a gente encontrava casa de 15 e 20 mil, mas, um lugar descente que gente quisesse morar, não encontrava. DIAMANTE - a partir do momento que eles te pagam, tu tem que sair; daí a partir do momento que tu recebeu é 30 dias, a gente até ficou 45, mas, aí eles tavam em cima todo dia, todo dia, uma vez por semana ia um cara lá, ô, vocês tem que sair meu, já ta pago, o pessoal já ta saindo daí, ESMERALDA - Eu até discuti, eu já to é quase desistindo dessa casa aqui, mas aí eles (o pessoal do DNIT) não, vocês já assinaram o contrato, a máquina vem e derruba. ESMERALDA - Eu dizia é quero é ver, a gente não encontra uma casa com esse preço; DIAMANTE - essa casa aqui é porque o rapaz tinha uma dívida grande lá onde ele morava, lá pra cima, e ele teve que realmente se desfazer do imóvel né, podia deixar a casa aí, mas ele teve que vender mesmo, porque ele tem outra lá em cima, mas ele disse, eu sou obrigada a pagar senão a coisa tá mais difícil é uma bola de neve. Então, então eu vou vender a casa pra vocês por esse preço aqui ó. Na verdade a gente pagou 20 mil, mas gente acertou água, luz, coisa que tava atrasado aí que a gente, a gente gastou... ESMERALDA - Não tinha relógio, não tinha nada. DIAMANTE - a gente gastou, gastou quase 10 mil reais só pra ficar bem né!

PESQUISADORA - E vocês tomaram conhecimento da desapropriação no sentido de participar de alguma reunião, participaram de alguma audiência pública?

DIAMANTE e ESMERALDA - Não, não, isso não houve não. A reunião foi feita nas nossas casas mesmo, sabe? O cara ia de casa em casa conversava meia hora com cada um, explicava tudo por detalhe e outro dia vinha de novo, na outra casa que faltou e tal.

PESQUISADORA - As tratativas desse processo de desapropriação, essa ida a cartório, assim, os recolhimentos de papéis e tal, se deu através dos técnicos do DNIT ou a Prefeitura interagiu também? Assistente social interagiu também?

ESMERALDA - Não, não, nada! DIAMANTE - Ela só teve uma vez e só deu, depois foi o DNIT que organizou tudo, né, entendeu? Papel que precisava, a documentação nossa, documentação da, da...

PESQUISADORA - Mas vocês participaram dessa organização ou foi eles que organizaram pra vocês?

DIAMANTE - Nós é que fomos atrás e buscamos os documentos e tiramos xerox de tudo, e fizemos até certidão de casamento nova, certidão dos filhos novas até porque precisou de uma porção de coisa. ESMERALDA - Entregamos tudo pra eles, as cópias. DIAMANTE - Entregamos todas as cópias e depois a gente foi lá em Biguaçu, que é lá o cartório lá e, lá no cartório a gente assinou a documentação lá né, aí o rapaz do cartório explicou tudo como é que era direitinho, e aí automaticamente a hora que a gente assinou o papel a gente já foi junto no banco pra, pra ... ESMERALDA - A gente teve que abrir uma conta, uma poupança né.

PESQUISADORA - Quanto à duplicação, como é que vocês vêem essa duplicação? É uma coisa positiva, vocês viam como uma coisa necessária, qual o significado da duplicação da rodovia aqui pra vocês?

ESMERALDA - Teve um progresso, mesmo porque fizeram asfalto na avenida principal, né, se, se pega um ônibus que passa pela via expressa ela não vai mais pela BR, a gente tinha que pegar muita fila, era um sufoco mesmo, a gente vem até um pedaço pela via expressa, vem rápido, então quando ela tiver terminada né, eu acho que vai ser uma coisa boa pra gente. DIAMANTE - o que eu vejo de positivo na BR-101 é que a duplicação já deveria estar pronta faz muito tempo, demorou já e ta demorando ainda; existe outro lote lá, que eu não me lembro bem o lugar, que foi embargado, que agora houve problema, quer dizer mais uma vez né, meteram a mão aonde não deviam. Agora foi o tribunal de Contas lá, no negócio da 101, mas um atraso, agora uma coisa

totalmente negativa, totalmente negativa, fora de cogitação, que a Prefeitura não se importou, foi fazer média depois, foi aquele pedágio. O Pedágio não poderia estar ali, o pedágio poderia estar lá na Divisa de Paulo Lopes e Palhoça, ou aqui, Palhoça – São José, agora botar uma coisa no meio da cidade, entendeu? Pra deixar toda a população daquele município agregada a um pedágio é ruim, porque a gente tá pagando 10 centavos por cada passagem de ônibus e eu acho isso uma coisa ilegal, acho que esse DETER não serve pra nada, e te digo uma coisa, até não me importa de gravar, é um caminho de emprego que os cara não agem, não fazem interação nenhuma, entendeu como é que é?

PESQUISADORA - *Em relação a isso, o senhor DIAMANTE estava me informando que do pedágio pra cá não existe uma assistência, existe uma assistência do pedágio pra lá!* DIAMANTE – Exatamente, exatamente porque tem uma placa que quando tu passar lá tu vai ver, que diz fim da jurisdição da OLH, aí quer dizer, o cara fica a mercê de uma BR sem, e aí vou dizer o único pessoal que não paga é o pessoal da Formiga, entendesse, só. Mas assim, então tu paga o pedágio, por uma rodovia que não tá pronta e cheia de desvio, perigosa, pra caramba; vai formar filas imensas no verão que eu tenho certeza porque já moro aqui há muitos anos, já vi muita fila aí com ela não duplicada, então quer dizer, isso aí é um absurdo. Aí vem o Prefeito aí faz uma média, a juíza lá, diz que ele não pode se manifestar porque ele é o Prefeito, tem o Pitanta que é outro vereador que também faz uma média danada ali, e depois não aparece mais, então quer dizer, na verdade nós estamos a mercê. Porque é assim, não deixa implantar, não deixa nem colocar a primeira pedra ali, entendesse, embargo, cabou. Nós também não queremos, não queremos tudo bem. Mas depois de fazer, depois de tá pronto? (neste momento seu DIAMANTE fez uma cara de indignado pelo que eu me lembro).

PESQUISADORA - *Relacionado à infraestrutura do bairro vocês acham que vocês estão bem assistidos? Assim, vocês tem Posto de saúde?*

ESMERALDA - O Posto de saúde temos né, mas tem época que tem médico tem época que não tem, é, é, crítico. DIAMANTE – O nosso bairro é muito grande, na verdade começa com a localidade do Furadinho e vai até a Praia do Fora, no Marivone, então quer dizer, só tem um Posto de saúde só, né, fica difícil, porque deveria ter um outro aqui e outro lá no Marivone é difícil dizer se tem projeto não sei se tem. Eu acho que a Prefeitura devia olhar aqui melhor porque coloca nas

placa lá, que é a cidade mais dinâmica do Brasil, na verdade mais dinâmica do Brasil, a cidade que mais cresce; mas acontece que está crescendo, é crescendo lá, no miolo, no centro, porque na periferia não tá havendo retorno, não tem. Nossa rua aqui a água e esgoto, tá parado ali, tá cheia de buraco, tu não viu ali? Não colocaram nem uma carreira de saibro, quer dizer, aqui, ainda vou te dizer outra coisa, O Vereador que é nosso, como que é o nome? (perguntou a esposa dele) ESMERALDA – Biriba. DIAMANTE – O Biriba, não tá fazendo nada, nada, nem um acordo, pra pelo menos dizer assim, não eu vou pelo menos enviar um projeto pra Prefeitura, uma emenda lá, um projeto qualquer pra que vá algum subsídio lá pro Pontal. E ele ganhou aqui, aqui (vozes da dona Emeraldalda e do senhor Diamante se misturam neste momento) lá de Canasvieiras. DIAMANTE - Então quer dizer, tá ausente, tá fazendo falta aqui no bairro, porque ele é o vereador do bairro, deveria estar aqui com a gente e não tá. ESMERALDA – Não tem um esgoto; falta uma creche. DIAMANTE – Não tem uma creche municipal e precisa. ESMERALDA - Na Enseada de Brito tem creche particular, é uma creche particular,

PESQUISADORA - *Pública não tem?*

Pública não tem.

PESQUISADORA - *E supermercado?*

DIAMANTE - Mercado também não temos, temos mini mercado, mercado. ESMERALDA - E caríssimos. DIAMANTE – Supermercado não. ESMERALDA - O preço assim, ô, que meu Deus! DIAMANTE – O crescimento aqui no Pontal é lento, entende? É um crescimento devagar, eu até pensei que com a duplicação fosse acelerar um pouco, mas é, foi pouco, foi pouco. (parte confusa pra decifrar) lajota que tem aí, na rua toda feia, toda arrebentada. Por causa das chuvas aí, isso aí já tá há muito anos atrás, há trinta anos, colocaram agora a pouco tempo aí. O Pontal ainda é bom pra morar porque é calmo, é tranquilo, ônibus é também de uma em uma hora, se quebrar não tem outro horário, é uma empresa só

PESQUISADORA - *Qual é a empresa?*

DIAMANTE e ESMERALDA - Paulotur. DIAMANTE – Quer dizer, se colocasse outra Santo Amaro, qualquer uma outra pra fazer concorrência por causa do horário, ficaria melhor né, aumentaria os horários e tudo o mais. ESMERALDA - Quando nós viemos morar aqui, eu gostava muito, porque era assim ô, um bairro muito sossegado, muito sossegado,

não tinha drogas, não tinha, era assim, um bar 20:30h ou 21:00 da noite já estava fechado, tu passava era tudo fechadinho. Hoje, já, aumentou bastante, porque também veio muita gente de fora, lá embaixo; DIAMANTE – ali naquela área por cima do morro, teve um crescimento danado. ESMERALDA - Hoje, já começou a rolar muita droga, nos homens né; mais ainda é um lugar muito bom de morar.

PESQUISADORA - Teve um outro, depoimento que a pessoa me apontou que aqui haveria problemas com roubos também...

DIAMANTE – houve sim, mas é coisa pouca. ESMERALDA - Nós moramos aqui há 2 anos e pouco nunca nos roubaram nada. Nesses dezessete anos que a gente mora aqui, mais ou menos. ESMERALDA - Fomos roubados uma vez. DIAMANTE – Foi uma coisa também, foi atípico sabe? Foi atípico, foi nosso vizinho que nos roubou. Mas aqui embaixo aqui, roubaram um armazém, ali no mercado ali e mataram o dono do mercado e depois roubaram a padaria. Com o crescimento desordenado, com o crescimento ordenado já costuma acontecer, imagina desordenado né? (se referindo aos roubos) daí vem as pessoas, se apropriam do mangue, vão colocando barro em cima, vão fazendo casa, fazendo casa e, então isso, vem pessoal trabalhador, mas, vezes vem os cara também. ESMERALDA - E não é o pessoal daqui, é tudo pessoa de fora, não eram moradores daqui do Pontal.

PESQUISADORA - E quando vocês vieram morar aqui no Pontal, que vocês adquiriram aquela propriedade lá (que foi desapropriada) vocês tinham conhecimento que aquela área era uma área pública?

DIAMANTE – nada, a gente até então achava que era uma área da Prefeitura, e foi declarado que era uma Rua da Prefeitura, que foi feita, e começaram a colocar casa em cima, casa em cima. ESMERALDA - A moça que nós compramos dela, já morava há muito anos. DIAMANTE – muitos anos. ESMERALDA - Então, nossa! Ela já morava há muitos anos. Ela até dizia nossa Esmeralda, já moro aqui há muitos anos, então, não tem o porquê se preocupar. DIAMANTE - Na verdade, se A BR não passa, não duplicasse, não saia dali, se não fosse duplicado, se fosse pro lado de cima só, até mesmo porque a Prefeitura não ia usar, ia fazer uma rua e não fez, de certo já não fez, sabendo que era do DNIT, mas não avisou pra ninguém também. Eu acho que a Prefeitura é assim, tu vai colocar uma casa, para morar, eles deviam dizer não pode por aqui e tal, se amanhã a gente vier aqui e casa estiver aqui a gente desmancha né. Daí as pessoas colocaram casa ali e pronto, daí tava tudo cheio de pedra, barranco, de pedra, passaram um trator ali, um pagou e outro pagou, há

muito anos atrás.

PESQUISADORA - O sr. acha que existe uma falha então, na assistência da própria Prefeitura em relação a isso, né? Porque as pessoas vão se instalando e não tem uma orientação?

DIAMANTE – Não tem orientação de nada. ESMERALDA - E é uma coisa assim ô, eles não se envolve, não se envolve, daí depois que a pessoa levanta uma coisa em cima, aí aparece e inventa um monte de coisas. Com até essa casa aqui mesmo que nós compramos nós temos uma escritura é 325m², é uma fração, que aqui era condomínio de 8 lotes, então quando a gente veio com um acerto né, daí o dono dessa casa aqui, disse: - olha dona Esmeralda eu cedi pra ele, porque ele tem que entrar com o carro, então a casa dele ficou maior, dá para aceitar assim? ESMERALDA – Aceitamos. Não, tudo bem, eu disse para ele. Acabo de um ano e meio que agente estava morando aqui, ele disse que ia fazer muro, e disse que ia fazer o muro mais pra dentro porque também o relógio estava pra dentro do nosso quintal, e eu disse que não. Eu te respeito porque a gente sabia quando comprou, mas, mais pra dentro tu não vai colocar. Fui na Prefeitura, fui correr atrás, levei escritura tudo lá, simplesmente me responderam: Sra. chama a polícia, mas eu disse: - porque vocês não vão lá medem o terreno meu, mede o terreno dele, a resposta foi, a não, a não. ESMERALDA - são absurdos assim.

ANEXO D - Entrevista n.º 04 (07/11/2009 - sábado)

Sra. SAFIRA

PESQUISADORA - Como a Senhora via o bairro na época da desapropriação em relação à infraestrutura, como percebia o bairro naquele momento em que a Senhora morava lá?

SAFIRA – Durante o início eu gostei assim, morava lá gostava tudo né, gostava dos vizinhos tudo né? Mas depois eu comecei a me incomodar lá, também era muito ruim de ônibus, aquela coisa né, pra gente se locomover de lá era muito difícil. Como toda vida eu trabalhei pra cá né (se referindo a Ponte do Imaruí) e no centro pra lá, então pra mim era difícil, e o meu filho não tinha escola pra lá; era bem difícil pra fica lá né, ele é especial né, só tem a APAE na Palhoça. Então a APAE ia buscar duas vezes na semana, então, na educação assim era bem difícil. Então, era esperar a duplicação, essa indenização né, foi muito boa pra mim me ajudou bastante, porque daí eu tive como sair de lá né.

PESQUISADORA - A Senhora era natural lá do bairro? Como foi morar lá no bairro e quanto tempo residiu lá no mesmo?

SAFIRA – Não; eu não era natural de lá não. Morei toda a minha vida perto da Ponte. (Andréa - aqui na Ponte do Imaruí?) SAFIRA: Do Imaruí. Eu fui pra lá (se referindo ao Pontal) porque a minha mãe mora lá, minha irmã, meus irmãos moravam lá, e moram ainda né. Ai, como eu trabalho e aqui eu sou sozinha, porque eu sou separada, e como eu tinha meus dois filhos né? Um tinha doze anos, aí então eu fui morar pra lá, pra ficar perto deles. (Andréa: A Senhora residiu muito tempo lá no Pontal?) SAFIRA – Tinha uns dois anos, que eu fiquei morando lá.

PESQUISADORA - Como eram as suas redes de relacionamentos sociais lá? Assim, era mais com parentes, com vizinhos?

SAFIRA – Era mais com parente. Vizinhos assim, a gente conversava. Bom Dia! Boa tarde! Mas só que era bem raro, porque eu não tinha tempo, e era toda vida corrido né. Então, era mais com os parentes, eu sempre fui assim, mais no meu canto, assim né. Mas os vizinhos era muito bom, né. A gente conversa assim, rápido, mas era pessoa boa.

PESQUISADORA - E a Senhora trabalhava fora?

SAFIRA – Sim.

PESQUISADORA - A Senhora trabalhava na época com o que, assim?

SAFIRA – Toda vida eu trabalhei como doméstica, faxina né. Naquela época, eu trabalhava com faxina, fazia faxina direto, e hoje, é que eu trabalho como doméstica.

PESQUISADORA - A Senhora trabalhava o dia inteiro fora?

SAFIRA – O dia inteiro saía de manhã e só voltava à tarde.

PESQUISADORA - Então, no caso, os seus filhos ficavam com sua mãe?

SAFIRA – Com a minha mãe.

PESQUISADORA - Isso facilitava pra Senhora poder ir trabalhar né?

SAFIRA – Porque o ônibus só tinha uma vez ou duas vezes na semana pra Pontal (se referindo ao ônibus que buscava o seu filho deficiente) e o outro estudava lá mesmo.

PESQUISADORA - Os seus dois filhos têm que idade?

SAFIRA – Agora o outro, o mais velho tá com 18 e o menor tá com 10 anos. (No caso, todos os dois estudam?) SAFIRA – Todos os dois estudam, e o outro, de 18 anos, neste ano tá parado né, só trabalha. E o outro também estuda na APAE né.

PESQUISADORA - E a Senhora? Qual seu grau de escolaridade?

SAFIRA – Quarta série. Saí e nunca mais estudei; uma porque eu não tenho como estudar né? Tenho aquele outro menino.

PESQUISADORA - A sua rede de relacionamento lá, seus vizinhos, suas amizades? A senhora manteve-os depois de ter saído de lá? Tem acesso à eles ainda?

SAFIRA – Sim. Tenho a Dona Jade, o seu Rubi, a gente de vez em quando conversa, se encontra né; eu também tenho a Pérola, que morava mais perto, mais pra frente, de vez em quando eu vou lá, converso com ela. A gente nunca foi uma na casa da outra, mas era aquela coisa assim, portão. Bom dia, boa tarde, né? Gostava muito dela.

PESQUISADORA - A Senhora sentiu assim, uma perda em relação a isso? No caso o que a Senhora viu?

SAFIRA – A gente sempre sente né; como é que é, aquela saudade, aquela pessoa assim, que era uma companheira, uma pessoa bem

querida ela. Mais aí quando eu sinto assim, eu vou lá, faço uma visitinha rápida né; é o que eu faço.

PESQUISADORA - Atualmente, a Senhora mora aqui na Ponte do Imaruí. Como que a Senhora vê esse processo novo, e se pudesse voltaria para o bairro do Pontal?

SAFIRA – Não. (A Senhora pensa atualmente em voltar?) Nunca pensei em voltar, morar lá. Pra mim como eu falei pra ti, não é o meu sonho, não combina comigo aquele lugar, só pra passear mesmo, mas pra morar não. Eu até pensei em um dia né, comprar uma outra casinha assim pra passar o final de semana, pra ir passear com a mãe, lá perto da mãe né. Porque a gente quer dormir lá e a casa da mãe é muito pequena né, só pra isso, mas pra ficar, morar direto lá, não. Essa é minha intenção.

PESQUISADORA - Quais as eram suas expectativas quando morava no Pontal?

SAFIRA – quando eu fui pra lá, que a gente morava de aluguel aqui né (se referindo a Ponte do Imaruí) aí quando eu fui pra lá, apareceu essa casa, casinha na BR pra vender, aí no começo os menino gostou, aí eu fui lá com o meu marido, aí ele foi lá olhar comigo. Ele não gostou, porque era uma casinha, era um barraco. Não era uma casa, era uma barraquinha. Daí a gente comprou; e o terreno era um terreninho bom, era pequeno também, mas dava de fazer uma casinha, porque ele era pedreiro e dava pra fazer uma casinha boa. Mas, como a gente ficou em dúvida e ficou morando um ano e pouco ali, e não sabia se a BR ia passar. Uma hora passava outra hora não passava.

PESQUISADORA - A Senhora não tomou conhecimento sobre? (Interrupções por parte da entrevistada)

SAFIRA – um vizinho dizia que ia passar, um vizinho dizia que não ia mais passar, mas nenhum no caso (No caso os moradores?) os moradores falavam, que quando eles procuram nós, pra indenizar mesmo, foi logo assim, rápido, em seguida né.

PESQUISADORA - A Senhora não teve então nenhuma informação anterior? Não participou no caso do estudo de pré-viabilidade? Quando é feito um estudo antes da área da implantação da rodovia?

SAFIRA – Não, não.

PESQUISADORA - Não participou de nenhuma reunião? Tomou

conhecimento de alguma Audiência Pública a respeito, ali na região? Porque tiveram reuniões e Audiências Públicas na Palhoça.

SAFIRA – É. Eu ouvi falar que teve reunião mesmo. Mas, eu não fui. Eu acho que eu não fui porque eu tava trabalhando. Porque parece que eles não me encontraram em casa; foi bem difícil eles me encontrar em casa. Daí foi mais o que os vizinhos me diziam do caso assim. Mas só que assim ó, um vizinho dizia uma coisa, outro dizia outra, né. Não sabia como era tal, como eu não sou muito de estar pesquisando assim, até porque eu tinha pouco tempo também, então eu deixava né.

PESQUISADORA - E o seu contato com os técnicos? Foi mais direto, então, no caso?

SAFIRA – Foi mais direto; eles me procuraram, porque eles me achavam mais em casa era nos sábado.

PESQUISADORA - E quem a procurou? Foi o pessoal do DNIT? Foi o pessoal da Prefeitura? Teve alguma assistente social?

SAFIRA – Não, não. Foi o pessoal do DNIT só. Assistente social não teve nenhuma.

PESQUISADORA - A Senhora não teve contato com nenhum membro da Prefeitura?

SAFIRA – Não, não.

PESQUISADORA - Quando a Senhora soube que teria que sair de lá por consequência da duplicação da BR-101, que a Senhora seria uma desapropriada, qual foi a reação que a Senhora teve com a notícia num primeiro momento? O que a Senhora pensou, achou?

SAFIRA - Eu tava assim, ou eu arrumava a minha casa né, porque era uma casinha bem feia né, bem ruim de morar; ou, então eu saía de lá, que o meu plano era arrumar um lugarzinho bom, um lugar confortável né? Melhor. Então eu fiquei contente na época ali né, então nós não vamos arrumar aqui então, mas, vamos arrumar uma coisinha melhor né. Aí, foi aonde que eu procurei um terreno, porque tava muito difícil de achar uma casa pronta né, daí foi aonde eu comprei esse terreno (se referindo a aquisição de outro terreno no Pontal) um terreno bom né, era um terreno bem grande, (Era lá no Pontal mesmo?) SAFIRA - Lá no Pontal mesmo. E a gente montou uma casa, eu fiz uma casa.

PESQUISADORA - Então, depois disso a Senhora chegou a morar lá no Pontal? Mais quanto tempo?

SAFIRA – Morei mais um ano. Mais um ano eu morei nessa casa.

PESQUISADORA - *A Senhora ficou satisfeita com o valor que a Senhora foi indenizada?*

SAFIRA – Sim; fiquei, fiquei.

PESQUISADORA - *Achou que o valor foi justo?*

SAFIRA – Mesmo assim, eu tive que repartir com esse meu ex, porque na época eu tava casada com meu ex marido né, aí eu tive que, pra ele poder assinar né, a gente teve que entrar num acordo né, mas, eu fiquei contente sim.

PESQUISADORA - *Atualmente a Senhora tem residência própria, ou é alugada?*

SAFIRA – Não. Hoje eu tô numa alugada. Mas eu tenho, eu vendi. Tô procurando pra comprar né, que eu quero comprar uma coisa melhor né. Então, eu nem tô com pressa, porque eu quero comprar aqui (se referindo ao bairro da Ponte do Imaruí/Palhoça) eu quero por aqui. Porque aqui pra mim, é tudo mais prático né, tenho esse meu menino (filho com necessidades especiais) tudo pra mim é mais fácil. E a filha também mora aqui.

PESQUISADORA - *E lá no Pontal. A Senhora participou em algum momento de alguma Associação? Teve algum apoio? Teve alguma assistência? No sentido assim de vocês se reuniram pra estar tratando desse processo de desapropriação? Ou foi tudo mais individualizado mesmo?*

SAFIRA – Não. Diz que teve reunião assim com os outros moradores, mas eu não tava nesse, mas também não participei de nada disso né; pra mim foi tudo assim, o pessoal do DNIT que foi lá na minha casa, foi lá, conversaram comigo, levaram papéis pra eu assinar, tudo isso porque eu não tinha como sair né.

PESQUISADORA - *Então assim, esse processo, as tratativas do processo. A Senhora não chegou a participar? Como que foi esse processo? A senhora participou junto com eles? Foi a cartório junto com eles? Ou eles pediam a papelada para a senhora e a senhora ia fornecendo conforme o solicitado?*

SAFIRA – Isso é; eles pediam os papéis pra mim, os documentos tudo. Daí eu ia fazendo os xerox, essas coisas assim, daí eu ia passando pra eles. Foi isso que foi feito. A única coisa é que foi no dia pra poder

receber né, a gente foi no cartório pra assinar.

PESQUISADORA - *Teve alguma resistência da sua parte em sair de lá? Ou, a Senhora como que a Senhora encarou essa?*

SAFIRA – Olha! Eu aceitei numa boa assim, pra mim foi tudo bom.

PESQUISADORA - *Na época, a sua residência tinha escritura pública? Como que era a sua situação lá, assim, quando a Senhora foi comprar lá?*

SAFIRA – Não. A escritura lá, era da Prefeitura né. O terreninho lá era da Prefeitura né. E a gente só tinha escritura assim de compra e venda, era só esse o documento que a gente tinha.

PESQUISADORA - *Como a Senhora percebeu a implantação da duplicação da BR-101? A Senhora achou que teve alguma mudança? A Senhora vê essa duplicação como negativa, como positiva?*

SAFIRA – Eu vejo como positiva, e, melhorou bastante né. As filas que davam né, tá dando, mas não tanto como antes né. Melhorou! A gente ficava horas e horas, no ônibus, até pra pegar ônibus no ponto de ônibus era difícil. Era tudo bem. Eu creio que ainda vai melhorar né? Quando ela ficar totalmente pronta né.

PESQUISADORA - *Quanto ao bairro, a Senhora acha que o mesmo tinha uma infraestrutura legal? Tinha um suporte pra atender a comunidade? Tinha posto de saúde, tinha um mercado?*

SAFIRA – Posto de saúde tem, mas nunca tem médico, até hoje a mãe reclama, nunca tem médico. Nunca tem dentista, é sempre assim, as vezes o médico vai, fica uma semana, um mês, dois meses, é um absurdo lá. Eu fui consultar lá. Eu consultei uma vez só. Depois eu consultei sempre pra cá.

PESQUISADORA - *E lá no bairro. Existe alguma Associação de Moradores? A Senhora tomou conhecimento se tem Associação de Moradores? Tinha assim, farmácia, lotérica?*

SAFIRA – Farmácia sim, lotérica não tem. Farmácia que tem lá, também a maioria é fechada, tem horário pra abrir, mas abre assim bem pouco, é meio rara a gente pegar a farmácia aberta. Tem padaria. Tem até três, se eu não me engano. Tem mercado né! Mas só mercadinho pequenininho né.

PESQUISADORA - *E na questão no saneamento, como é que a*

Senhora vê? Os outros entrevistados me falaram que nessa questão do saneamento básico, não tem aquele que é implantado pela Prefeitura. É mais aquela que é fossa interna mesmo.

SAFIRA – É, é. Justamente isso aí. É tudo assim. Lá é um bairro digamos, assim bem abandonado; eles aparecem lá em época de política, essas coisas assim, daí eles aparecem. Daí vai um atrás do outro, promete um monte de coisa, mas, não fazem nada. Então, lá assim, é um bairro bem ruim de morar mesmo. Lá assim, os meus filhos têm o mais velho né, que hoje está com 18 anos, ele sempre gostou de lá, ele até fala que se tiver que voltar ele vai voltar né. Mas, só que pra mim era muito difícil. Porque eu sempre tive uma vida bem, bem carregada né; Eu criei todos os três, quando eu separei, eu tinha os três, eu tinha a minha menina que já era casada né, e os outros dois né. E o meu pequeno, ele era muito doente, ele foi uma criança muito doente, ele era uma criança que como eraele viveu né. Então, eu sempre dependia de uma pessoa pra me ajudar. Como até hoje eu dependo ainda de uma pessoa pra ajudar, eu pago pra poder cuidar dele né, pra eu poder trabalhar. Mas, minha mãe, quando eu fui pra lá (se referindo ao bairro Pontal) minha mãe ficou doente e não pode mais cuidar dele. Mais por isso, que eu vim pra cá. Porque pra cá, é um lugar que tem mais creche pra ele. Porque agora ele vai pra APAE de segunda a sexta, e lá não. Ia só duas vezes. Daí eu não tinha mais quem ficasse com ele, e eu não podia mais pegar serviço né, trabalhava como diarista e não tinha como pegar. E daí eu fui perdendo serviço, fui perdendo, porque elas tratam o dia, e te esperam. Daí tu não vai, elas pegam outra né. Então, eu fui perdendo serviço, o que ficou mais dificultoso pra mim. Tava com minha casa própria, numa casa boa, tudo, mas eu não tava contente, como tu falou mesmo né. Não adiante tu ter isso e tu não tá contente. Então, é aonde que eu acho que eu continuaria até voltar pra lá, aí foi onde que eu peguei voltei pra cá. Na época, todo mundo foi contra né, porque eu to aqui, agora eu não to sozinha, que tem meus dois irmão e a minha filha que mora aqui. (se referindo ao bairro Ponte do Imaruí) Mas, eu vim pra cá eu tava só com meus dois filhos. Ai então, foi, eles me criticaram por isso né. A família foi contra porque me disseram: - Ai tu vai pra lá, vai ficar sozinha, vai dar tudo a mesma coisa. Tu vais embora pra lá, vai vender a tua casa aqui. Na época, eu até aluguei minha casa. Mas, só que aluguel, tu sabe né? Nunca é bem cuidado como a gente né? Então, só me incomodaram. Deixaram água, luz, tudo assim, acumulou e eu tive que pagar. Então, foi aonde que eu peguei e assim: - vou vender, vou guardar o dinheiro, depois eu compro em outro lugar uma coisinha melhor. Então, é isso que eu fiz. Vim pra cá e aí melhorou porque agora o meu filho tem de

segunda a sexta ele vai pra aula. Eu trabalho aqui mesmo na Ponte. Meu outro filho também não conseguia serviço e já tava com dezessete anos pra dezoito, não conseguia, porque o local era muito longe.

PESQUISADORA - Mas o seu filho completou os estudos? Terminou o ensino médio já?

SAFIRA – Não. Não.

PESQUISADORA - Ele parou em que ano?

SAFIRA – Ele parou na oitava.

PESQUISADORA - E o seu filho mais novo, ele tem quantos anos?

SAFIRA – Dez anos; e ele só tá na APAE né. Só que a APAE não pega ele o tempo todo, só pega meio período. Ele só fica na parte da manhã. Daí a tarde eu, como agora, agora não, agora eu já me mudei de novo pra outro serviço, e como eu trabalho aqui pertinho, eu trabalho a tarde e de manhã ele vai pra APAE que eu tenho que pegar ele né. Então, de manhã eu fico em casa. Daí eu faço as coisas que tem que fazer, levo ele pra APAE, pego ele e depois dou comida, trato ele, daí volto pra trabalhar. Aí a guria fica com ele, até eu voltar; aí é onde que é assim, uma vida bem corrida, bem.

PESQUISADORA - E os seus pais? Eles são naturais de onde?

SAFIRA – A gente é tudo natural de Urubici, se criemos tudo lá. Daí depois, é que viemos pra cá.

PESQUISADORA - Foram criados no interior?

SAFIRA – No interior.

PESQUISADORA - E os seus pais? Trabalhavam com o que?

SAFIRA – Meu pai sempre trabalhou em obra. Em serraria. Fazia casa, essas coisas assim, era pedreiro, carpinteiro.

PESQUISADORA - E a sua mãe?

SAFIRA – A minha mãe sempre foi do lar, trabalhou fora assim, como diarista. Mas, bem poucas vezes. Eu também tenho uma irmã que é deficiente né? Ela é surda e muda. Então, sempre ficou, dependeu da mãe toda a vida.

PESQUISADORA - E vocês? É uma família de quantos irmãos?

SAFIRA – Somos oito irmãos, são três homens e quatro mulheres. (E os

seus irmãos? Continuam morando em Urubici?) SAFIRA – Não, a família toda mora aqui. Tenho uma irmã casada que mora lá onde a mãe mora, lá no Pontal né. Os outros são solteiro né, três solteiro. Uma mora em São José, sozinha, e os outros dois moram aqui perto de mim. São tudo solteiro, tudo solteirão.

ANEXO E - Entrevista n.º 05 (11/11/2009 – quarta-feira)

Senhor TOPÁZIO

PESQUISADORA - *Como Senhor via o bairro na época da desapropriação em relação a infraestrutura, como percebia o bairro naquele momento em que o senhor morava lá?*

TOPÁZIO – Bom, pra tava bom. O bairro é bom, porque eu sempre trabalhei aqui né.

PESQUISADORA - *Quanto à infraestrutura?*

TOPÁZIO - Nisso aí deixa a desejar alguma coisa entendesse?

PESQUISADORA - *Mas assim, em que sentido?*

TOPÁZIO - Pelos calçamentos, essas coisas, calçamento pra mim não é bom, eles não dão manutenção quando precisa entendesse?

PESQUISADORA - *O senhor acha que vocês são bem assistidos na questão do saneamento? Infraestrutura, comércio, serviço público?*

TOPÁZIO - Não; não é muito bom não. Tem muita coisa que deixa a desejar. O lixo eles passam aqui, tem semana que eles passam um dia sim, no dia certo eles não vem entendesse? Isso aí, que eu acho que eles deixam a desejar nisso aí. A água depois que mudou pra água de Palhoça ficou pior, quando era da CASAN era melhor, bem melhor. É isso aí que eu tenho a reclamar, não é reclamar. É, que acho que o serviço não é bem feito entendesse?

PESQUISADORA - *O senhor era natural lá do bairro? Como que o senhor foi morar lá no bairro e quanto tempo residiu no mesmo?*

TOPÁZIO - Eu não sou daqui de Santa Catarina, eu sou do Ceará. Mas eu moro aqui desde 92. Eu vim pra trabalhar aqui, vim do Ceará pra trabalhar aqui mesmo entendesse? Aí eu trabalho no Posto de Gasolina desde 93, sempre trabalhei neste Posto aqui, daí quando mudou de dono eu troquei, mas morando sempre ali onde eu morava. Desde 92.

PESQUISADORA - *Existiam redes de relacionamentos sociais, ali naquele local onde o senhor foi desapropriado? O senhor tinha relações de, com vizinhos, com amigos?*

TOPÁZIO - Sempre tem com relação boa assim, sempre, sempre. Os meus vizinhos ali era tudo gente boa, entendesse? Todo mundo.

PESQUISADORA - *Então, em relação a isso, o senhor acha que ganhou? Perdeu? Ou o senhor manteve contato com eles?*

TOPÁZIO - Mantenho; porque eu só mudei pra outro bairro vizinho né, que é o Furadinho né. Mas é, pra mim foi melhor sair dali entendesse? Porque eu morava muito perto da BR entendesse?

PESQUISADORA - *E onde o senhor morava era bem as margens da BR?*

TOPÁZIO - Era até perigoso é. Eu morei, morei 15 anos ali, é quinze anos.

PESQUISADORA - *O senhor costumava participar de almoços com os vizinhos? O senhor interagia socialmente com eles?*

TOPÁZIO - Eu ia né na Igreja do Pontal né, participava sempre dessas coisas. De almoço, reunião, essas coisas assim sempre participava.

PESQUISADORA - *O senhor manteve as suas amizades mesmo mudando de endereço?*

TOPÁZIO - Mesmo mudando de endereço, mantenho as mesmas amizades.

PESQUISADORA - *O senhor acha que relativo à integração entre vocês, houve um distanciamento? Não Houve?*

TOPÁZIO - Ah! Houve pouco. Um pouco houve é. Mas houve pouco porque eu só mudei de bairro, é um bairro pegado no outro, não é coisa de distância é, é coisa de km.

PESQUISADORA - *Como o senhor se sente na sua nova residência? Está feliz? Ou retornaria para a casa que o senhor morava antes?*

TOPÁZIO - Não, eu tô feliz lá. (Está satisfeito com a mudança?) Satisfeito.

PESQUISADORA - *Quais as suas expectativas morando aqui no Pontal? Expectativas de vida assim?*

TOPÁZIO - Espero assim, esperança de melhorar. Porque a Palhoça está crescendo bastante né? - Tem bastante emprego; e uma porque eu trabalho aqui pertinho entendesse? Pra mim a Palhoça tá bom, de emprego tá bom. Eu trabalho aqui desde 92, e nunca fiquei desempregado entendesse?

PESQUISADORA - *Como que o senhor veio trabalhar aqui neste Posto? Como foi esse processo? Assim, o senhor vindo do Ceará?*

TOPÁZIO - Eu vim do Ceará comecei a vender, vender roupa na rua entendesse? Aí depois vim pra cá, morar aqui. Uns conhecido meu me chamou pra morar aqui que tinha serviço Dáí deixei de vender roupa e comecei a trabalhar na cooperativa de leite aí. Aí eu ganhava muito pouco, entregava leite no mercado como ajudante entendesse? Aí o dono do Posto ficou conhecido e me convidou pra trabalhar no Posto. Aí era, me dava um salário melhor daí eu mudei. Aí fiquei com o outro dono do Posto que era outro, trabalhei quatro, cinco anos. Aí o negócio dele não tava muito bom, ele vendeu o Posto, aí nós tivemos que sair. Aí me mudei lá para a Palhoça pra trabalhar em outro Posto no Posto Macedo, daí em seguida o dono aí me mandou chamar de volta.

PESQUISADORA - *O senhor é frentista né?*

TOPÁZIO - Frentista é.

PESQUISADORA - *Qual a reação que o senhor teve quando recebeu a notícia que teria que mudar de residência? Sair daquele lugar onde o senhor morava, por consequência da duplicação da BR-101?*

TOPÁZIO - Ah! Eu me senti mal porque eu pensava que ia perder entendesse? Pensava que ia perder. Que eles iam mandar sair, porque onde eu morava, só tinha recibo de compra e venda entendesse? Mas como eu morava muito tempo, aí o pessoal não, são obrigado a indenizar.

PESQUISADORA - *Mas, a propriedade era no seu nome?*

TOPÁZIO - No meu nome é.

PESQUISADORA - *Então, no caso o processo quem tratou diretamente com o processo foi o senhor?*

TOPÁZIO - Foi eu e a minha mulher né.

PESQUISADORA - *Houve alguma espécie de resistência da sua parte? Quais foram suas estratégias de negociação?*

TOPÁZIO - Não; quando veio o Eng^o e trouxe a papelada pra nós assinar e tudo direitinho, eu disse para eles se pagasse o que desse pra eu comprar outro terreno noutra canto, com uma casa em cima, não tinha problema nenhum. Só se o dinheiro que eles oferecesse não desse, aí eu ia procurar os direito, não ia querer sair entendesse? Não só eu. Foi todos os vizinhos né. Mas não. Aí fizeram as coisas certa, nós fomos

umas duas vezes lá, pra audiência, pra vê como é que tava né. Acho que é lá em Biguaçu? É Biguaçu. Mas correu tudo direitinho, no caso o dia que eles disseram que o dinheiro tava depositado e tava.

PESQUISADORA - *Mas o senhor foi à audiência, ou senhor foi ao cartório?*

TOPÁZIO - Assim, tipo, foi no cartório pra ver como é que tava lá.

PESQUISADORA - *O senhor participou de alguma Audiência Pública na época dos estudos? Da elaboração do projeto? Porque foi feito um levantamento de campo aqui na região. Cadastramento das famílias; o senhor tomou conhecimento disso? Fez alguma reivindicação, naquele momento ou não?*

TOPÁZIO - Não; naquele momento porque toda vida que ele disse que o DNIT passava lá, se eu não tivesse em casa eles vinham me procurar aqui no Posto né; pra dizer como é que era, com é que não. E tudo que eles falavam eu aceitava, porque eu confiei muito naquilo tudo ali entendesse? Trouxeram uns papel pra eu assinar antes, e eu assinei, uns dois, três papel, isso.

PESQUISADORA - *O senhor acha que foi indenizado justamente?*

TOPÁZIO - Justamente. Eu acho que sim.

PESQUISADORA - *Além do DNIT, o senhor teve acesso a alguma assistente social? Com o pessoal da Prefeitura de Palhoça?*

TOPÁZIO - Não. Sobre isso aí, não. Só com o pessoal do DNIT só.

PESQUISADORA - *Mas o senhor participou de alguma reunião fora da comunidade? Ou as reuniões que se deram foram na sua propriedade, foi individual, pessoal?*

TOPÁZIO - Foi individual. Eles iam de casa em casa. Hoje eles falavam comigo, outro dia falavam com outro, individual.

PESQUISADORA - *O senhor não participou de nenhuma Audiência Pública, reunião, porque o senhor não tomou conhecimento, não ficou sabendo? Ou...?*

TOPÁZIO - Ficou sabendo do quê? Você fala?

PESQUISADORA - *O senhor não tomou conhecimento dessas Audiências por meio da mídia? Dos jornais? Ninguém veio na comunidade comunicar vocês dessas Audiências Públicas?*

TOPÁZIO - Passava no jornal a área que mostrava na BR onde ia passar direitinho, nós via que pegava onde a gente morava, isso aí, eu vi bastante vezes. No jornal, eu vi bastante, só que eu nunca participei de Audiência, nunca. De repente, eu podia não tá em casa, enquanto o pessoal foi lá.

PESQUISADORA - *Quanto à duplicação, como o senhor vê e percebe essa duplicação? Está vendo como positiva como negativa? Qual sua percepção em relação à duplicação aqui?*

TOPÁZIO - Acho que depois que ela ficar pronta vai ser muito bom né? Só que tá demorando né? Pode ficar bom, mas vai demorar, mas acho que vai ficar bom, vai ser melhor pro município, pra todo mundo né. Só eu acho que tá demorando né.

Tem muitas famílias que vivem só de pesca do berbigão, bastante família. No mínimo tem umas 10 famílias que vivem só disso aí. Só aqui no Pontal mesmo.

PESQUISADORA - *E os moradores aqui do Pontal? Eles geralmente trabalham aqui na localidade mesmo? Ou o senhor tem conhecimento se muitos trabalham fora do bairro?*

TOPÁZIO - A maioria trabalha fora, lá pro centro; trabalham de construção né. A maioria trabalha fora.

PESQUISADORA - *Posto de saúde? Tem no bairro?*

TOPÁZIO - Posto de saúde, não tem no bairro. Tem Posto de saúde que nós vamos aqui, vamos na Praia de Fora.

PESQUISADORA - *E na questão de atendimento, o senhor acha que é bem atendido?*

TOPÁZIO - É bem atendido, é.

PESQUISADORA - *Quanto ao comércio, o senhor acha que é bom? Tem o necessário? O que falta?*

TOPÁZIO - Acho que tem o necessário, porque o bairro é pequeno; tem dois açougues, tem duas padarias, muitas coisas eu compro aqui sem precisar ir até a Palhoça.

PESQUISADORA - *E o senhor acha que o bairro é um bairro bem assistido pela Prefeitura de Palhoça?*

TOPÁZIO - Em algumas coisas sim, e algumas não. Como eu falei pra você, essas águas de Palhoça, essas coisas aí, essa água de Palhoça,

depois que mudou ficou terrível.

PESQUISADORA - *Essa água mudou em que aspecto?*

TOPÁZIO - Porque quem comandava era a CASAN, agora é a Águas de Palhoça, é a Prefeitura que dá assistência.

**ANEXO F - Entrevista com o engenheiro da empresa SOTEPA
(24/11/2010 – quarta-feira)**

PESQUISADORA - *Engenheiro, de forma geral, quais as maiores dificuldades encontradas de sua parte no trato com as pessoas durante os tramites da desapropriação? Especificamente em relação ao bairro do Pontal/Palhoça/SC?*

ENGENHEIRO - Eu vou relatar problemas assim, de forma genérica, porque se trata de uma comunidade carente, é característico dessas pessoas, primeiro porque alguns vivem a bastante tempo naquela região, mas eles se estabeleceram ali de forma precária, é, assim de uma forma que eles não tem vínculo com a terra de uma forma legal. Eles, vamos supor, é, mesmo que seja uma década que estejam estabelecidos ali, mas foi por um motivo de falta de moradia digna em alguma outra cidade, se estabeleceram ali numa área que não havia uma ocupação ordenada né? Imóveis é... como, exemplo ali no Pontal, é uma área que seria até uma área verde de um loteamento; implantado um loteamento que não me recordo o nome, é, mas aquela área ali provavelmente seria uma área verde do loteamento e de frente para a BR né. Ali inclusive ocupando parte da faixa de domínio. Então, isso levou essa apropriação ali por parte das famílias a não ter a titularidade das terras. E a gente vê que são pessoas, famílias, de baixo poder aquisitivo em geral, apesar de com o tempo eles também já terem sua atividade econômica, seus empregos e melhorarem de vida. É, mas não suficientemente para poderem adquirir alguma moradia num local mais apropriado, com título né? Com escritura pública né? Então, estão hoje vivendo ali, já até em condições melhores, mas, pelas dificuldades cada vez maiores de valorização das áreas próximas ao meio urbano, eles não conseguem mais comprar um imóvel similar nas proximidades da grande Florianópolis né? Então, além disso, além da falta do título da terra, também até de documentos que comprovariam a, o tempo de vida deles ali, estabelecidos ali, isso não ocorre. Costuma pedir, quando detecta essa situação de falta de título da terra a gente costuma solicitar, por exemplo, documentos de impostos que eles deveriam estar pagando e geralmente eles não possuem esse histórico comprovado, vamos supor de uma década, eles não guardam documentos que se pode comprovar isso. São dificuldades né, porque num processo de indenização, por exemplo, se fossemos ao pé da letra nós teríamos que ajuizar uma desapropriação de terras tendo a falta do título legal da terra. E essa comprovação desse tempo decorrido ali, naquela área, teria que ser comprovada por um documento

tipo IPTU ou pagamento de taxas públicas de iluminação, água né? Ali naquele caso, é aparentemente eles, a água eles obtêm de uma cachoeira próxima né, com mangueiras tal. A luz é legalizada, ali, eles de alguma forma colocaram a energia naquela servidão, né? E não pagam IPTU. Tudo é falta de título mesmo e ser uma área ilegal que eles não têm o pagamento desse imposto.

PESQUISADORA - *Então, na falta dessa titulação das propriedades, como vocês procederam para poder fazer as indenizações para essas famílias?*

ENGENHEIRO - Visto este problema de titulação, é, então nós na época das negociações, nos fizemos a estimativa de valor das benfeitorias e divulgamos essa dificuldade do pagamento da terra, então, é, e eles também sentem e sabem desse problema de que são invasores, então, de uma área ali, de que um invasor, de que a pessoa que teria o título da terra durante esse tempo que eles se estabeleceram ali, não forçou a sua retirada né, e nem eles, nem o DNIT, DNER na época né? Pelas dificuldades de fiscalização, eles conseguiram vamos dizer assim, se estabelecer ali sem ser importunados né? Então, essa fragilidade que eles sabem que possuem, essa falta de documentos né? Levaram a discutir, a negociar né, o valor da indenização pelas benfeitorias somente. As próprias residências deles né. Visto que são imóveis, as casas deles, benfeitorias, no caso as casas ocupam praticamente todo o lote que eles ocupavam né, não existe quintal pra eles, não existe pomar, o fundo do terreno deles era uma vala, uma vala de drenagem da própria BR, dentro dessa faixa de domínio. E a frente do imóvel era uma servidão, não era nem uma rua. Então, as benfeitorias, elas foram avaliadas, a gente sabia desse problema de pagamento da terra e não teria como indenizar essa terra deles, principalmente em faixa de domínio né? Não tem essa possibilidade, então, o comum nessa situação e a gente já tinha se deparado com outras situações similares, levou-nos a avaliar as casas, cercas, muros, alguma árvore frutífera, são essas benfeitorias que são indenizáveis né? Numa desapropriação. Vamos supor uma garagem, um contra piso, um poste de energia, são coisas que tem custo apesar de que, por exemplo, um poste é um custo pequeno, mas pra eles são custos significativos, então, são essas benfeitorias que eles gastaram pra se estabelecer ali, que a gente tinha a obrigação de dar valor né, quantificar, então fazer a estimativa do valor, do quanto eles gastaram pra se estabelecer ali. Então, esse valor é que foi a base pra negociação. Claro que algumas vezes o valor que a gente calculava né, que a gente via pra aquela benfeitoria, é insuficiente pra que eles se

estabelecessem dignamente até em outro imóvel né, isso é uma dificuldade das desapropriações.

PESQUISADORA - *Esses valores são estabelecidos pelo órgão DNIT ou é em conjunto com algum outro órgão?*

ENGENHEIRO - Esses valores são calculados em cima, tem base, referência tabelas públicas de valores, nós não podemos calcular simplesmente a bel prazer né? O valor de uma casa, por exemplo, tem uma sistemática, uma metodologia, essa metodologia foi desde o princípio de todas as desapropriações, do início dos trabalhos, 2005, talvez 2004, foi feito um relatório da metodologia né, tanto pra avaliar as terras quanto as benfeitorias. As benfeitorias elas são facilmente estimadas os valores, em cima de tabelas governamentais, tabelas do governo. Por exemplo, são baseadas em preços da Caixa Econômica, por exemplo, a tabela do SINAPI, hoje em dia a gente usa essa tabela do SINAPI, na ocasião da realização da 101, a gente não tinha essa referência ainda, não usava, na época nós usávamos, orçamento de materiais, nós orçamos uma casa padrão, isso a, não só pra áreas carentes, pra todas as construções, as metodologias basicamente vou te transmitir. Se pega uma casa padrão de 60m² né, de alvenaria, faz um orçamento de toda essa casa né, de todos os materiais que vão numa construção, se faz uma coleta de preços em lojas de materiais de construção, e chega num valor, no orçamento dessa casa. A casa, e aí se faz uma estimativa de preço por m² conforme padrão, um padrão classe A, tipo A, B, C, D e E. Essas casas, então elas dariam o preço pra categorias de casas conforme o padrão da construção e também se usa nesse cálculo o tempo de vida útil da casa né? E o quanto a vida, após a construção né? O tempo de construção dela. Então isso dá um fator, um percentual, isso pra gente calcular a depreciação da casa no tempo. Então vamos supor, uma casa de alvenaria, se estima que ela vá durar 50 anos né? Se ela possui 25 anos ela tem 50% da vida útil dela, então tem uma tabela de depreciação que se faz essa, se entra com esse 25% da vida útil e em outra coluna se tem, tem esse percentual da vida útil e de outra forma tem-se o padrão da construção, então são percentuais de depreciação que a gente aplica no valor daquela casa padrão. Complementando então, essas benfeitorias né, essas tabelas, além do SINAPI, tem-se a tabela do SICRO do DNIT de onde se tira preços de cercas né, preços de outras benfeitorias que possam existir como: contra piso, alguma viga de concreto embaixo do muro né, o próprio muro de alvenaria, então são preços que existem tabelas do DNIT até.

PESQUISADORA - *O DNIT fez acompanhamento quanto aos novos locais que os moradores que sofreram desapropriação passaram a habitar?*

ENGENHEIRO - Simplesmente foi feita a negociação daquela moradia, daquelas benfeitorias, as pessoas negociaram, não foi uma coisa imediata, mas apesar de todas ali aceitando os valores que foi feita a indenização, foram pagas as indenizações conforme a praxe de desapropriação, assinatura de uma escritura de desapropriação no cartório e depósito nas suas contas bancárias.

É, no geral o DNIT através de suas empresas contratadas para as obras de duplicação, acompanha assim, é de forma, não de forma, mais atendendo as necessidades daquelas pessoas desapropriadas. Exemplo disso é dizer que uma pessoa, ela, é desapropriada de sua benfeitoria próxima da BR que tenha um imóvel com proximidades com distância maior ele tem área construída nos fundos. Naturalmente, a obra da duplicação, ela afeta a drenagem antes existentes, várias vias tiveram que ser deslocadas, as tubulações tiveram que ser criadas justamente aumentando o leito estradal para, por causa da duplicação, esses bueiros aumentaram de comprimento, as valas são deslocadas e às vezes a drenagem levou as águas pra outra bacia. Então, problemas localizados, ainda acontecer de inundar uma área que antes não era inundada né, que não tinha sido feito ainda uma drenagem do município com a drenagem da rodovia, então estes tipos de problemas, quando chamado, o DNIT vai prontamente e adéqua àquela obra de drenagem né, e então esse acompanhamento, quando existe uma construção feita nova perto da BR, isso sempre há um acompanhamento para poder adequar aquela nova situação né. Agora no caso do Pontal, ali nós não acompanhamos a nova moradia dessas pessoas né. Infelizmente, não tínhamos essa programação de acompanhar a nova vida das pessoas pra onde essas pessoas estavam se deslocando. Simplesmente foi feita a negociação daquela moradia, daquelas benfeitorias, as pessoas negociaram, não foi uma coisa imediata, mas apesar de todas ali aceitando os valores que foi feita a indenização, foram pagas as indenizações conforme a praxe de desapropriação, assinatura de uma escritura de desapropriação no cartório e depósito nas suas contas bancárias. Mas, nós não tínhamos naquelas situações ali, de pessoas acompanharem depois como essas pessoas se estabeleceram em outros lugares né? Isso a gente...

PESQUISADORA - *Isso era previsto quando é feito um reassentamento em si, né? Existe um acompanhamento pós?*

ENGENHEIRO - Exatamente.

PESQUISADORA - *O Senhor está me dizendo que neste caso, da desapropriação não existe este acompanhamento?*

ENGENHEIRO - Não.

PESQUISADORA - *Cessa-se a partir da negociação estabelecida, paga e indenizada?* **ENGENHEIRO** - Exatamente; isso é a praxe. Mas se essas pessoas, por exemplo, tivessem alguma reclamação, vamos supor se estivesse estabelecido, se estabelecendo em uma área ali próxima, da influência do empreendimento e que precisasse de alguma coisa, se nós fossemos chamados nós estaríamos dando apoio ao que se fosse ao alcance né. Tipo: até uma mudança para uma outra casa. Se fosse solicitado, a gente apoiava. Isso é comum né, por exemplo, essas pessoas, por exemplo, apesar de indenizadas essas benfeitorias, elas puderam levar qualquer tipo de benfeitoria, que pudessem ser deslocado. Por exemplo, uma casa de madeira desmontada, um poste; por exemplo, foi indenizado, mas essas pessoas tiveram a oportunidade de levar este poste, a casa de madeira desmontada, puderam levar para a nova moradia deles, pro novo terreno né. Isso que aconteceu; todos ali puderam levar, e o DNIT através da empresa construtora dispôs para essas pessoas né, caminhão pra locomoção dessas benfeitorias, dispôs desse apoio pra essa mudança né?

PESQUISADORA - *Alguma vez vocês contaram com o apoio da Prefeitura lá de Palhoça? Houve manifestação por parte da Prefeitura para estar atuando junto ou não?*

ENGENHEIRO - Não houve contato que eu saiba, com o DNIT pra fazer esse trabalho de assistência social, não. Nós não sabemos se houve né. Acredito até que se uma pessoa daquelas famílias ali, se uma família dessas precisasse de um apoio psicológico ou de assistência social né, acho que foi o órgão, pode até ser que tenha se manifestado perante a Prefeitura, mas que o DNIT não veio, a saber.

PESQUISADORA - *Engº, o Senhor está me dizendo que especificamente na comunidade do Pontal as famílias foram dadas como famílias de baixa renda, então, porque elas foram desapropriadas e não necessariamente reassentadas?*

ENGENHEIRO - Certo. O problema do reassentamento é que seria uma, bem mais complicado de conseguir executar as obras ali nos

prazos previstos né. Então, foram feitas as primeiras tratativas de praxe como desapropriação, para obtermos a..., a gente vislumbrou sucesso né, com a oferta de, pelas benfeitorias, pelo sucesso que gente já teve em outras situações. Então, não digo que seria a alternativa melhor, mais correta socialmente, inclusive acho que outras alternativas como reassentamento, que seriam socialmente favoráveis pra manter eles os vínculos sociais que eles tinham ali. Bem mais prudente e bem mais correto. O problema seria de forma burocrática, os problemas advindos da necessidade de fazer convênio, ou Prefeitura ou Órgão Estadual de Habitação, é, compra de terrenos, terrenos assim de áreas maiores, é, que a gente na região ali, tem essa dificuldade de obter-se um terreno capaz de ser feito essas habitações. Então, não seria pelo valor necessário pra ser executado esse programa de reassentamento, mais por dificuldade burocrática.

**ANEXO G - Entrevista com a advogada da Procuradoria do DNIT
(24/11/2010 – quarta-feira)**

PESQUISADORA - Em se tratando de pessoas de baixa renda e que não tinham título de propriedade, de que forma foram efetuadas as desapropriações em relação à documentação?

ADVOGADA (durante a entrevista no Órgão) - Bom, com relação à documentação foi difícil, em se tratando de pessoas de baixa renda. Até porque, os cartórios que lavram a documentação, as referidas escrituras, mesmo somente de benfeitorias, é lavrado um termo para a entrega dessas benfeitorias ao DNIT e os cartórios exigem certa documentação que essas pessoas tiveram a maior dificuldade; que essas pessoas tiveram de trazer ao DNIT. Como, por exemplo: uma certidão de nascimento atualizada, um comprovante de residência, uma conta de água, uma conta de luz, muitos não tinham. Foi feita através de declaração de alguém, que disse que naquela residência morava fulano de tal. Muitos problemas na receita estadual, ou receita federal principalmente, com relação a CPF, porque as pessoas não se preocupam em fazer as declarações de isentos, e CPF bloqueia. Muitas dificuldades, com documentos. E como eram várias desapropriações, vários processos, ia se acumulando, e acabava por, a questão da obra pressionar a desapropriação. Porque os maquinários, a obra em torno daquela comunidade precisava avançar; foi muito difícil.

Uma questão que eu considero relevante, essa questão da documentação, porque há uma exigência cartorária que não satisfaz. É que nunca estão satisfeitos com os documentos. Por exemplo: a justiça através da Corregedoria comanda os cartórios de Santa Catarina, não tem uma norma específica para a atuação dos cartórios para a desapropriação, e fica difícil, porque eles não entendem a supremacia do governo federal em relação à legislação estadual. Inclusive, já está sendo cogitado que, para as próximas desapropriações será feito um convênio, um termo técnico onde se uniformize impedimentos dos cartórios com relação à desapropriação de rodovias federais com o DNIT.

O que mais que eu poderia falar neste sentido... As pessoas de baixa renda, mesmo existindo vários eventos como a OAB cidadã, Câmara cidadã, as pessoas, elas não têm uma documentação, não se informam dos seus direitos, não buscam, e eu acho que neste sentido poderia haver uma participação maior do Estado. Mesmo com esses órgãos que eu falei, a OAB, a Câmara de Vereadores, pelo menos em Florianópolis isso acontece né, de trazer mais informação, mais dignidade para as

peças, através desses eventos. Porque nesses universos são feito o seguinte: são feito carteira de identidade, certidão de nascimento, título de eleitor, é, se a pessoa, tem a documentação, ela começa a ficar mais inserida na sociedade né, e começa a perceber que tem condições de fazer muitas coisas.

Resposta via e-mail: (Ref. a 1ª questão)

ADVOGADA - Para se efetuar um processo de desapropriação é necessário verificar qual o objeto a ser desapropriado, haja vista que muitos proprietários não possuem o título de propriedade (imóvel matriculado no registro de imóveis).

Em se tratando de desapropriação de área e benfeitorias, cujo desapropriado é posseiro, por não possuir o título acima mencionado, é obrigatório o ajuizamento de ação de desapropriação.

Especificamente, na região do Pontal, foram efetuadas desapropriações de benfeitorias somente, pois, trata-se de área invadida, ou mesmo sem a menor documentação para qualquer solução inclusive judicialmente.

A dificuldade maior para efetuar as desapropriações no caso de pessoas de baixa renda, é justamente a falta de documentos básicos das pessoas, tais como: CPF irregular, matrícula do RGI, certidões civis – casamento, nascimento, oriundas de outros Estados, comprovante de residência, ou seja, documentos básicos para identificação do desapropriado.

A exigência de documentos pelos cartórios que lavram as escrituras de desapropriação amigável torna o processo mais lento, pois, a maioria dos documentos devem ser atualizados, fazendo com que os desapropriados encontrem muitas dificuldades na apresentação desses para o DNIT.

PESQUISADORA - *Você, como profissional de direito de um Órgão Público, como você sente o deslocamento compulsório dessas famílias?*

ADVOGADA (Durante a entrevista no Órgão) - Bom. A maioria dessas pessoas são avessas a mudança, principalmente em se tratando de pessoas que não tem muita opção, muitas perspectivas na vida. O caso de pessoas de baixa renda e relacionada à comunidade do Pontal. E pelo fato de ser uma comunidade composta de moradores de baixa renda, foi naquele local que ao longo do tempo conseguiram se instalar né? Com as dificuldades da vida, e ali vão se instalando os filhos, os netos e assim por diante. E numa desapropriação, por ser uma imposição do governo que declara aquele trecho de utilidade pública, que é justamente para a

melhoria da rodovia, para o melhor acesso de todos que forem utilizá-la, ela é forçada né? E ao longo do trecho a ser desapropriado o grande percentual de casas ali instaladas são atingidas e as famílias que ali residem tem que sair. É obrigatório. Porque as pessoas criam raízes onde moram, tem apego aquilo que conseguiu construir as duras penas né, um monte de sentimentos que envolvem a família, a casa, o vizinho, o bairro, etc.

E eu vivenciando isso, na minha condição de advogada, eu me torno uma psicóloga, porque eu tento amenizar o máximo a insegurança que as pessoas tem em relação a desapropriação. Muitas pessoas, é, não conseguem assimilar essa mudança e eu tento é, demonstrar que através da mudança a vida deles pode melhorar e muito. Eu ouvi vários relatos, de várias pessoas que foram desapropriadas na região do Pontal, posteriormente à desapropriação porque por uma coisa ou outra tivemos contato ainda. E agradeciam por demais a desapropriação, porque mudaram de vida radicalmente. Que muitas pessoas também são de fora, essas talvez né, que tenham ficado insatisfeitas com a desapropriação..... (interrupção de colega de trabalho)....., mesmo com toda a problemática existente é, em relação a documentação, com relação a insegurança dessas pessoas, o DNIT buscou da forma passiva possível, mais amigável possível, a desapropriação.

Em nenhum momento, é por parte.... (nova interrupção) Como eu ia dizendo, que em nenhum momento o DNIT, é, emanou alguma ordem que fosse pra que se tirasse forçosamente alguém de suas casas, mesmo que ela tenha recebido o valor, ou, o que desse prazo derradeiro, é, forçando realmente a saída das pessoas. E isso, fez com que o DNIT tivesse um crédito livre, as tratativas foram excelentes. E, eu me sinto honrada de fazer parte desse trabalho, porque sei que estamos fazendo um trabalho bom para toda a sociedade, para quem for utilizar essas rodovias né? E, principalmente que essas pessoas com quem nós estamos desapropriando estejam tomando um novo rumo na vida e melhorando de vida. E isso é que verdadeiramente interessa para que tudo funcione realmente bem.

Resposta via e-mail: (Ref. 2ª questão)

ADVOGADA - Acabo por fazer um trabalho de psicóloga, pois, sinto o trauma que a desapropriação causa na maioria das pessoas que tem que ser deslocadas.

Sabemos que as maiorias das pessoas são avessa à mudança, e ficam muito inseguras em saber qual será o futuro delas vivendo em outro

local, mesmo que seja próximo de onde já residiam.

No caso de pessoas de baixa renda, sem muita perspectiva de futuro, encaram a desapropriação com muito medo de perder o pouco que adquiriu naquele local que ao longo do tempo criaram vínculos sociais.

E a desapropriação por ser um ato forçado, tumultua muito a vidas das pessoas cujas propriedades são atingidas, principalmente pessoas idosas, que residem no local por muitos anos.

As pessoas criam raízes onde moram, tem apego àquilo que conseguiu construir às duras penas. Muitos sentimentos envolvem a família, sua casa, seu vizinho, seu bairro, etc.

No entanto, no caso do Pontal, pela precariedade em que as pessoas viviam, a desapropriação foi algo que trouxe mais qualidade de vida para várias famílias.

Posteriormente à desapropriação e respectiva indenização, em contato com desapropriados, estes informaram que a desapropriação da BR-101/SC – Trecho Sul foi a melhor coisa que aconteceu na vida deles, pois, hoje vivem com dignidade, em melhores moradias, como proprietários e não como posseiros ou invasores.

PESQUISADORA - Quais os documentos necessários para a formalização de um processo de desapropriação?

ADVOGADA - Para formalização de um processo de desapropriação são necessários os seguintes documentos:

1ª Fase (para abertura de processo)

- 1) Memorando de Abertura;
- 2) Portaria de Utilidade Pública (Diretor Geral);
- 3) Portaria Diretor Geral para Superintendente (DNIT) assinar escritura;
- 4) Portaria do Superintendente para Comissão de Avaliação;
- 5) Croqui da área desapropriada;
- 6) Cópia de Identidade e CPF (do casal);
- 7) Certidão de casamento ou nascimento atualizadas;
- 8) Cópia de comprovante de residência (conta de água, luz, telefone);
- 9) Cópia da escritura do imóvel (se houver);
- 10) Certidão atualizada do Registro com negativa de ônus e de ações reais, pessoais e reipersecutórias;
- 11) Cópia de comprovante de conta bancária (cópia de cheque,

declaração do banco, extrato bem identificado).

2ª Fase

- 1) Certidão Negativa Municipal; (SE FOR IMÓVEL URBANO)
- 2) Certidão Negativa Estadual;
- 3) Certidão Negativa Federal;
- 4) Certidão Negativa Federal do Imóvel (SE FOR IMÓVEL RURAL);
- 5) CCIR - (SE FOR IMÓVEL RURAL);
- 6) Laudo de Avaliação;
- 7) Termo de Concordância e Autorização.

OBS: No caso de proprietário falecido sem inventário, imóvel hipotecado sem anuência do credor, imóvel em condomínio sem anuência do condômino ou de não aceitação do valor oferecido, os processos obrigatoriamente serão judiciais.

No entanto, mesmo no procedimento judicial, o DNIT em conjunto com a Justiça Federal adotou o sistema de mutirão de conciliação, geralmente com 100% de acordo.

O que traz imensa satisfação ao proprietário, não impede o andamento das obras pelo DNIT, bem como, não acumula processos na justiça, pois, normalmente, os trâmites de um processo judicial de desapropriação, leva em torno de 05 (cinco) anos para a sua conclusão.

PESQUISADORA - Quais as dificuldades encontradas no trâmite das desapropriações ocorridas no bairro Pontal?

ADVOGADA - Para o meu trabalho, que trata da montagem dos processos e análise jurídica da documentação, foi exatamente a questão documental dos desapropriados. Principalmente, em fazer busca em registro de imóveis, para verificar se nas aquelas áreas ocupadas por posseiros, havia um terceiro proprietário do terreno.

E mesmo se tratando de desapropriação somente de benfeitorias, a documentação deve ser completa, como por exemplo, um casal que vive em união estável, os dois assinam a escritura de concordância de transferência do imóvel para o DNIT, para não haver nenhuma reclamação posteriormente em relação a direitos de ambos.



Ministério dos Transportes
Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
16º Distrito Rodoviário Federal
Assessoria de Imprensa
CLIPPING

VISTO
Em, *[assinatura]*
3.8.2001
SCHWENACER RIBAS
CHIEFE DO 16º D.R.F.

Engº. Roberto Schwennac Ribas
CHIEFE DO 16º D.R.F.

931

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM 16º DISTRITO RODVIÁRIO FEDERAL	GOVERNO FEDERAL Escritório em Brasília DF
COMUNICADO	
O 16º DRF/DNER informa que, conforme Aviso publicado no DOU de 27/12/2000, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA promoverá, em atendimento à legislação vigente, Audiências Públicas para discussão do Estudo de Impacto Ambiental - EIA/RIMA e estudos complementares referentes à duplicação e restauração da Rodovia Federal BR-101, entre as cidades de Florianópolis/SC e Osório/RS, nos seguintes dias, locais e horários: 03 de fevereiro de 2001, a partir das 19:00h no Auditório do Campus do UNISUL/Araranguá, situado à Rodovia Jorge Lacerda, nº 3201, Bairro Jardim das Azeitonas, Araranguá/SC; dia 07 de fevereiro de 2001, a partir das 19:00h, no Cine Teatro Massal, localizada na rua Colégio Machado Sales s/n, Laguna/SC; e no dia 08 de fevereiro de 2001, a partir das 19:00h no Clube Recreativo 7 de Setembro, localizado na Avenida Rio Branco esquina com a Rua Vareador Bernardino M. Machado - Centro, Palicouçá/SC. Para tanto, em atendimento ao disposto no art. 11 da Resolução CONAMA nº 001/86, torna público que se encontram à disposição, para consulta, nos locais a seguir relacionados, cópias do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA e dos Estudos Complementares do referido empreendimento: IBAMA/Gde - SARN, Av. L4 Norte, Bloco "C" - Brasília/DF; Representação do IBAMA no Estado de Santa Catarina - Av. Marechal Rondon, nº 167, Centro, Florianópolis/SC; e Fundação de Meio Ambiente - FATMA - Rua Felipe Schmidt, 455, Florianópolis/SC.	
Roberto Schwennac Ribas CHIEFE DO 16º DRF/DNER	

1263



FUNDO ARCA
DA REDAÇÃO

Mobilização

Vereadores dos municípios de Criciúma e Araranguá estiveram reunidos ontem à tarde no gabinete do prefeito de Ermo e presidente da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense, Altamiro Schimidt (PMDB). A pauta era única e urgente: a duplicação do trecho Sul da BR-101. Os deputados Manoel Mota (PMDB) e José Paulo Serafim (PT) também participaram do encontro e no dia 8 de agosto deverá acontecer sessão especial na Assembleia Legislativa para discussão do assunto.

- PAG. 8

PUBLICAÇÃO LEGAL

	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM DIRETORIA GERAL ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - DG	
AVISO		
<p>O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER - torna público que estarão disponíveis para conhecimento, cópias do Programa Básico Ambiental - PBA, referente ao Projeto de Modernização e Ampliação da Capacidade Rodoviária, da BR-101, trecho Florianópolis/SC - Osório/RS; a partir do dia 26/07/2001, nas prefeituras dos municípios de Palhoça, Paulo Lopes, Garopaba, Imbituba, Laguna, Capivari de Baixo, Tubarão, Treze de Maio, Jaguaruna, Sangão, Içara, Criciúma, Maracajá, Araranguá, Sombrio, Santa Rosa do Sul, São João do Sul e Passo de Torres, em Santa Catarina, Torres, D. Pedro de Alcântara, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Maquiné e Osório, no Rio Grande do Sul.</p>		

PAG. 25

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE PALHOÇA/SC

Realizada em 08/02/2001

- Lista de Presença
- Ata da Audiência



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE CONTROLE AMBIENTAL - DCA
DEPARTAMENTO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO AMBIENTAL - DEREL
DIVISÃO DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS - DIAP

ATA DA AUDIÊNCIA REALIZADA NA CIDADE DE PALHOÇA/SC EM 08/02/2001, PROMOVIDA PELO IBAMA, PARA DISCUSSÃO DO RIMA E DO PROJETO DAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO E DUPLICAÇÃO DA BR-101, TRECHO FLORIANÓPOLIS/SC - OSÓRIO/RS.

Data: 08/02/2001

Local: Clube Recreativo 7 de setembro

Avenida Rio Branco, Esquina com Rua Vereador Bernardino M. Machado, Centro Palhoça/SC.

Horário: 19:00 horas

No dia oito de fevereiro do ano de dois mil e um, no Clube Recreativo 7 de setembro, à Avenida Rio Branco, Esquina com Rua Vereador Bernardino M. Machado, Centro Palhoça/SC, deu início a Audiência Pública para discussão do RIMA referente ao Projeto de Restauração e Duplicação da BR-101, trecho Florianópolis/SC - Osório/RS, de responsabilidade do Departamento de Estradas e Rodagem - DNER.

A Mesa foi composta pelo representante do IBAMA, Jorge Luiz Britto Cunha Reis (Presidente da Mesa); Dra. Ana Lúcia Hartman, Procuradora da República no Estado de Santa Catarina; Dra. Susana Maria Cordeiro Trebien, Diretora Geral da FATMA/SC; Dr. Carlos Laselva, representante do Ministério dos Transportes; Sr. Pedro Souza, Representante do Deputado Federal Edinho Bez; o Deputado Estadual Mauro Lício da Silveira; Sr. Paulo Vidal Prefeito de Palhoça; Silvío César Rosa Secretário Adjunto do Meio Ambiente de São José/SC e o Sr. Ubirajara Câmara Presidente da Associação das Empresas Metropolitana da Grande Florianópolis.

Inicialmente o Presidente da mesa fez alguns esclarecimentos acerca dos procedimentos a serem adotados para a realização da Audiência, ressaltando que o objetivo da mesa era de discutir com a sociedade o empreendimento e os estudos ambientais. Informou que seria flexível, quanto ao regulamento, no que diz respeito ao tempo para a manifestação dos presentes, visando atender os ensaios e dirimir todas dúvidas bem como colher sugestões de todos os presentes. Em seguida passou a palavra aos componentes da mesa.

Dra. Susana Maria Cordeiro Trebien, Diretora Geral da FATMA/SC cumprimenta todos os presentes e informa que a FATMA se faz presente ao evento com toda a equipe de licenciamento ambiental, que analisa o empreendimento. Fala da importância desse momento no processo de licenciamento, quando os órgãos licenciadores vêm ao encontro da sociedade atingida para ouvir as críticas e sugestões, deseja boa sorte a todos.

O Sr. Laselva agradeceu a presença de todos fala da importância para o Brasil da rodovia que irá interligar o corredor norte e visa ressaltar a importância da obra de duplicação da BR-101 - trecho Sul - e fez questão de esclarecer a importância da obtenção da Licença Prévia, condicionante essencial para as negociações de financiamento do empreendimento com BID e o EXIMBANK do Japão e, ainda, a questão dos prazos estabelecidos para essa negociação e sua inclusão no orçamento da união. Adverte sobre sua recuperação com as características eleitorais do próximo ano e que esse fato possa impedir a viabilidade da duplicação antes de dois, bem como a incerteza desse empreendimento continuar sendo prioritário para o próximo governo.

O Prefeito de Palhoça Paulo Vidal cumprimenta a todos e alerta que a duplicação é Palhoça/SC a Osório/RS. Pede que se respeite e leve em consideração, na análise, o fato do município de

Palhoça contar com 40% de área de preservação ambiental.

O Deputado Mário Lício fala da satisfação em participar da audiência e lembra que as medidas necessárias deverão ser tomadas no curto espaço de tempo para não perder os prazos com os bancos internacionais.

O Representante do Deputado Federal Edinho Bez, Sr. Pedro Souza, ao cumprimentar a mesa, esclareceu que o Deputado não se fez presente na audiência devido à convocação extraordinária do Congresso, porém ele recomendou registrar sua preocupação com não duplicação desse trecho, por decurso de prazo. Espera que a questão ambiental seja plenamente atendida, porém, deve-se levar em consideração a situação crítica e a qualidade de vida da população seivada nesse trecho. Ressalta o número de audiências já realizadas e pede que se fechem as discussões para que o Ibama possa emitir a licença ambiental.

O Secretário-Adjunto de Meio Ambiente de São José/SC, Silvío César Rosa cumprimenta a todos e fala em nome do Prefeito de São José que vê com muito interesse a duplicação, pois o contorno de 23 km irá tirar o movimento pesado da rodovia irá beneficiar também seu município. Entretanto, espera que seja com o menor impacto ambiental possível para não deixar seqüelas no futuro.

O Presidente da Associação das Empresas Metropolitana da Grande Florianópolis, Sr. Ubirajara Câmara cumprimenta a todos e fala da satisfação em ver mais uma etapa a ser vencida da duplicação e lembra que em 1986 estiveram juntos na bandeira da duplicação da BR-101, não só preocupados com o sistema de escoamento de produtos, como também, com a segurança dos pedestres que atravessavam a pista simples. Fala da importância dos impactos ambientais a serem considerados.

Em seguida o Senhor Roberto Ribas foi convidado, pelo Presidente dos Trabalhos, a fazer a apresentação do projeto.

O Sr. Ribas falou da importância do empreendimento em Florianópolis e no restante do Estado e do País. Da comunicação e intercâmbio social, comercial e cultural. Do acesso dos turistas de outras regiões do País e dos países do mercosul. Fala do número de acidentes do trecho norte, já duplicado, que já se transferiram para o trecho sul. O crescente número de acidentes com vítimas fatais, provenientes do intenso tráfego. Ressalta que neste sentido o DNER desenvolveu o projeto de duplicação da BR-101, trecho Florianópolis/SC a Osório/RS, objetivando os seguintes benefícios: reduzir o índice de acidentes; amornizar os conflitos existentes entre o tráfego urbano e de longa distância, através da implantação de ruas laterais; construir interseções e acessos de modo a disciplinar o uso da via; aumentar a capacidade melhor e reduzir o custo total do transporte; desvio que oferecerá conforto e segurança aos usuários, pois com o desenvolvimento do mercosul o número de veículos pesado tende a aumentar. Lembra que a BR-101 se reveste na maior e melhor obra do setor rodoviário do País.

O Projeto está inserido no contexto de modernização das rodovias federais, faz parte da ligação São Paulo/Curitiba/Florianópolis até Osório. No estado de Santa Catarina sua extensão é de 295 km a serem duplicados, totalizando um valor de 860 milhões de dólares.

Informa que o projeto é composto por 10 lotes.

Lote 01 - contorno da grande Florianópolis, com 47 km objetiva tirar uma parcela do tráfego pesado de longa distância que transfeririam para o contorno. É composta por 24 passagens inferiores e 07 viadutos. Inicia-se ao sul da cidade de Tijuca, no m 175, segue em direção ao sul, a oeste do atual traçado com uma distância de aproximada de 09 a 10 km e nos locais onde haverá necessidade de cruzamento com os acessos municipais será construído passagens a 2 níveis. No sul contorna as cidades de Biguaçu, São José, Palhoça até aproximar ao Posto de Fiscalização da Fazenda no Km 222. Nesse momento mostra imagens de obras executadas no trecho norte.

Lote 02 - o primeiro que será objeto de licitação, com uma extensão de 28,5 km, inicia-se no ponto onde concluiu a duplicação do trecho norte, estende-se até o km 245 próximo ao rio da Madre. Esse segmento é o de maior interesse para a comunidade de Palhoça, por que se inicia na travessia de Palhoça seguindo em direção ao Sul. Destaca-se nesse segmento, a intersecção Palhoça à esquerda e Santo Antônio à direita. Dado o grande volume de veículos neste trecho foi projetado um viaduto que dará condições ao tráfego de longa distância não interferir em Palhoça e Santo Amaro, como acontece hoje. Apresenta modelo do que será construído neste local, inclusive com a construção do um belvedere com estacionamento e área de laser proporcionando ao usuário visualizar as belezas cênicas locais.

Informa que o Morro dos Cavalos é um dos problemas mais sérios a ser enfrentado nesse lote devido à elevação topográfica existente. Para a travessia foram estudadas algumas alternativas de traçado. Tentou-se em paralelo, com a ampliação da plataforma da pista já existente, colocando viadutos paralelos ao atual traçado, pois a situação hoje é bastante estreita, em termos geográficos, pois, do lado esquerdo tem uma elevação grande chamada Morro dos Cavalos e à direita um declive bastante acentuado. Foi estudada outra alternativa mais a Leste (Variante 03). Após vários estudos optou-se por essa alternativa levando em consideração vários aspectos, principalmente em relação a Mata Atlântica bastante exuberante existente no local e a instabilidade (estab) das encostas, onde se verifica as constantes int erupções da rodovia neste local.

Com o alargamento da plataforma atual, a retirada de grande volume de material rochoso e a existência de aldeia indígena no Morro dos Cavalos, o volume de tráfego intenso seria interrompido por várias vezes, por vários dias na fase de construção.

Optou-se pelo túnel que terá uma extensão de 1.360m, inicia-se a encosta do Morro dos Cavalos e o seu acesso será através de viaduto. O túnel atravessará toda a elevação e sai próxima a ponte do rio Massiambu. Esse Túnel terá 2 pistas, acostamento, passarelas para pedestre com iluminação, ventilação, prevenção contra incêndios monitoramento eletrônico, o que se tem de mais moderno em termo de engenharia de túnel. Todas as intersecções no segmento duplicado, serão a dois níveis, não haverá nenhum cruzamento em nível nessa pista.

Na enseada de Brito a travessia também será de acesso sem cruzamento e sem a interferência com o tráfego de longa distância.

Lote 03 - Com extensão de 26,7 km tem seu início no km 245 e término no km 231, próximo ao município de Garopava. Esse lote a exemplo dos demais conta com todos os aparelhos necessários nas áreas de proteção, não só aos usuários da rodovia bem como para as comunidades locais através de passarelas, viadutos e passagens inferiores.

Nesse seguimento outra obra importante a ser executada para vencer mais uma elevação do trecho sul, chamado Morro Agudo, na região de Paulo Lopes. Este túnel será, a exemplo do Morro do Boi, no trecho norte, terá uma extensão de 980m e contará com todas as características técnicas modernas de engenharia com duas laterais.

Lote 04 - esse lote com uma extensão de 28,3 km, não tem maiores problemas em termos de engenharia. A duplicação será feita em paralelo ao atual traçado, com destaque de extensivas ruas laterais para atender as comunidades locais. Nesse lote serão 33,5 km, com 09 viadutos e 08 passarelas para garantir a segurança no percurso. Terá um acostamento de 3m, faixas de 7 a 20m de largura, no canteiro central de 6 a 14m. No futuro quando houver a necessidade de construção de mais uma faixa, utilizará a faixa dos canteiros para incluir a necessidade de construção de mais uma faixa, utilizará a faixa dos canteiros para incluir a faixa adicional com barreira de concreto divididos em 3 faixas de lado e do outro.

Lote 05 - informa que esse trecho foi bastante discutido. Para vencer a travessia das Lagoas de Imaruí, Santo Antônio e Mirim, com uma extensão de 29,9 km o DNER projetou uma ponte de 3.360m, a partir da localidade chamada de Bentos, com vistas a evitar a área conurbada de Cabeçudas e a ferrovia, evitando desta forma os grandes impactos sociais, advindos de um suposto estreito da plataforma com a duplicação da pista atual. Essa alternativa de traçado

propiciará a sua utilização somente pelo tráfego pesado de longa distância. O traçado atual Serpa utilizado apenas como acesso a laguna.

Lote 06 - informa que a região de Tubarão terá várias obras para vencer as travessias urbanas da cidade. O projeto prevê vários viadutos, passarelas, 20 ruas laterais e uma ponte sobre o rio Tubarão, bastante extensa até chegar próximo a Sangão. Afirma que nas áreas rurais onde for constatada a necessidade de construção de passarelas, as mesmas serão executadas.

Lote 07 - com uma extensão de 28,5 km atingirá a área do Morro da Fumaça, Içara e Criciúma. Informa que os procedimentos serão idênticos as demais nas travessias urbanas com aparelhos de segurança.

Lote 08 - com uma extensão de 24 Km, apresenta problema sério que é o Banhado de Maracajá, que por ocasião das cheiras do rio Araranguá. Tem seqüência na cidade de Criciúma indo até o Rio Araranguá. Passando por Maracajá, estão previstos para a travessia urbana de Maracajá, acessos, 6 passarelas, 8 viadutos, ruas laterais e/ou passagens inferiores.

Segundo, encontramos o Banhado de Maracajá que constantemente sofre inundações num segmento de aproximadamente 3 Km, interrompendo o tráfego por um período de dois a três dias. Como solução, o DNER propôs a execução de dois viadutos elevando a rodovia em aproximadamente 2 Km de sua extensão;

Lote 9 - Esse lote inicia-se na cidade de Araranguá indo até o município de Sombrio, representando um dos mais polêmicos segmentos de toda a duplicação. O DNER desenvolveu inicialmente um projeto paralelo ao atual trecho, passando por dentro da cidade de Araranguá, com a previsão de construção de 2 viadutos, 6 passarelas e 9 Km de ruas laterais, somando ambos os lados da rodovia. Entretanto, a população se manifestou no sentido de que fosse apresentada uma alternativa de contorno para esse trecho, evitando assim a interferência nessa população.

Assim, atendendo a exigências do BID e do IBAMA, o DNER desenvolveu esse estudo em caráter de projeto de engenharia. Hoje, o DNER tem os dois projetos de engenharia, tanto em paralelo quanto pelo contorno, que se dará com uma extensão de 5,7 Km de extensão e afastado, a Oeste, cerca de 1800 metros do traçado atual. Por fim, a definição do traçado será de competência do IBAMA, que levará em conta as questões ambientais cabendo ao DNER acatar a decisão do IBAMA executando a alternativa escolhida.

Lote 10 - Inicia-se no município de Sombrio e vai até a divisa com o Estado do Rio Grande do Sul e como os demais lotes, prevê todos as obras de segurança já citadas.

Passando para a apresentação do EIA/RIMA, o Sr. Ricardo Peduzzi, da Empresa Engemin, coordenador dos estudos ambientais, fez uma explanação que obedeceu à seguinte seqüência:

Inicialmente foi explicado o que é um EIA/RIMA, para que serve;

Em seguida foi feita uma comparação entre a situação atual e a futura, após a implantação da rodovia;

Caracterização física, biológica e sócio-econômica do trecho;

Enumeração dos principais impactos identificados pelo EIA para todo o trecho e lote por lote, dando mais ênfase no trecho em questão;

Apresentação dos Planos e Medidas propostas pelo EIA para evitar, remediar e/ou compensar os impactos identificados;

Por fim, a conclusão do estudo quanto à viabilidade ambiental do empreendimento.

A Professora Maria Dorothea da UFSC convida para realizar os estudos complementares do componente indígena iniciou sua fala dizendo que Palhoça é um dos municípios atravessados

154.000
Fl. n.º 126

pela BR-101, no litoral catarinense que tem várias aldeias guarani. Afirma ser fundamental este momento para conhecer o presente, ou seja, isso que esta se discutindo a duplicação da rodovia, como também para que possamos refletir o que foi dito a década de 50, 60, 70 quando a gente pensa que não havia índios no litoral de Santa Catarina, mas que pensa assim está enganado. Havia sim vários grupos indígenas no litoral catarinense e é fundamental em refletir a realidade passada e presente para encarar e entender um tempo futuro de maneira saudável incorporando essa particularidade que, é riquíssima e está bem escrita no Art. 236 da Constituição Federal e Art. 192 da Constituição estadual no que se refere as sociedades indígenas. Informa que o EIA/RIMA descreve as comunidades indígenas, entretanto, esclarece que ela e os antropólogos foram convidados a realizar a complementação do EIA/RIMA que eles chama sócio -ambiental, cujo título é Estudos de Impactos, as Populações Indígenas e a Duplicação da BR-101, Trecho Palhoça/Osório. Informa que a complementação teve início em set/2000 e entrega ao IME em nov/2000. Os Programas Sócio-Ambientais que envolvem as medidas mitigadoras foram entregues ao IME em 02/01/01.

A Professora adverte que é importante ter clareza, pois não estamos falando apenas em áreas ocupadas (em set. out. nov/2000). É possível, que nesse momento, a situação seja um pouco diferente em função da especificidade étnica, da idoneidade e organização social particular que é a indígena. No estudo sabe-se que também existem famílias desaldeadas ou índios urbanos ou índios citadinos. Se pegar o quadro apresentado pela Empresa Engemin já se pode verificar diferenças gritantes. A realidade e o contexto são tão dinâmicos e relevantes. Existem 30 áreas arroladas no relatório no trecho norte em 1999. Na FUNAI existem 33 áreas arroladas entre ocupadas e desocupadas e são pouquíssimas que estão em processo de regularização. Prossegue dizendo que estamos tratando de um projeto de desenvolvimento e, portanto, temos que pensar também que existe um fator sócio-econômico e cultural das comunidades indígenas e que temos que lembrar do passado. Existem pontos ocupados e desocupados os que podem vir a ser ocupados e além da BR-101 existem outros pontos ocupados e desocupados em outras rodovias, por exemplo, a BR-116. Por esse motivo afirma ser muito difícil em um laudo antropológico identificar os impactos diretos e os indiretos. Entretanto, é fundamental que a sociedade nacional vem ao encontro dessas comunidades indígenas, venha ao encontro dos direitos inalienáveis da população indígena. É fundamental, já que estamos falando em impactos, lembrar que existem 3 décadas de impactos nas aldeias indígenas e que é muito difícil mensurar nessa audiência pública. É importante lembrar que existem impactos cumulativos do passado para o presente. Nas décadas anteriores citadas já existiriam famílias de guarani no Morro dos Cavalos e que foram duramente afetadas. É importante que se pondere também sobre os impactos retroativos no município de Palhoça e Cambirela. O projeto oficial apresentado pelo do túnel e o ponto nevrálgico é o Morro dos Cavalos. Alerta que é preciso ter muito cuidado com o trato da legislação em relação às Terras Indígenas. Informa que no ano passado os índios se posicionaram contrários a construção do túnel. Em 14/10/00, em reunião com a equipe de antropólogos, as lideranças indígenas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina se posicionaram pela construção de 2 túneis e a desativação do leito atual da rodovia. Afirma ser imprescindível ponderar as posições das populações indígenas, além disso, a questão da legislação que precisa ser considerada: a FUNAI pode ou não autorizar.

A sociedade nacional pode vir ao encontro das comunidades indígenas de todo o país, não só em Santa Catarina. O ponto básico colocado por todas as comunidades indígenas é a "terra". Ao perguntar se é qualquer terra a resposta é não. As sociedades indígenas têm seus mitos, sua cosmologia, sua língua, suas tradições, sua organização social e política-econômica, tem seus meios de subsistência específicos, modificados sem dúvida, pois nenhuma cultura é estática, as indígenas também são dinâmicas. Portanto, essa palavra fundamental é a "terra". A equipe que elaborou os estudos e os programas enfatizou essa reivindicação básica, fundamental, colunar, visceral, central. Essa equipe não se posiciona contra a duplicação. O empreendimento é razoável, é satisfatório, a questão é como alcançar o objetivo indo ao encontro dos direitos inalienáveis das populações indígenas. Tanto em Santa Catarina como no Rio Grande do Sul é fundamental saber lidar com essa situação. Sabemos que estamos trabalhando com etnias diferenciadas, estamos lidando com uma riqueza imensurável, então é necessário que ao

126

mesmo tempo em que planejamos projetos intitulados de desenvolvimento, calculemos o que se prospecta para o futuro para essas comunidades. Tanto outros projetos que no passado foram intitulados de desenvolvimentista trouxeram dúvidas e incertezas a essas comunidades.

Aproveita a oportunidade para pedir a todos que reflita sobre o assunto da riqueza de Palhoça com a possibilidade de o Estado vir ao encontro dos anseios das comunidades indígenas, uma vez que esta presente o representante do Ministro dos Transportes.

Após o intervalo, teve prosseguimento o debate, tendo sido disponibilizado pelo IBAMA formulários para os questionamentos e os comentários. Para aqueles que desejaram, foi concedido o uso da palavra para manifestação verbal.

Dra. Ana Lúcia Hartmann ao cumprimentar a todos fala da certeza da representatividade nessa audiência pelo fato da presença de grande parte da população de Palhoça. Deixa claro que a participação do MPF nessa audiência e durante todo o processo de licenciamento deve -se ao fato de tratar de uma obra federal e licenciada pelo órgão federal, o MPF tem uma série de questões a desempenhar, tanto na fiscalização dos procedimentos de licenciamento, quanto na fiscalização dos serviços a serem prestados pela união federal, na execução do projeto de acordo com o que foi licenciado e do que foi proposto para o projeto pelo qual os recursos públicos foram alocados e finalmente informa que caberá ao MPF a análise e fiscalização da prestação de contas da obra e com isso terá um longo caminho a percorrer. Friza a importância da Audiência Pública, que considera um dos itens mais destacados na legislação no que se refere a estudos de impacto e licenciamento. É justamente na Audiência Pública que se dá a participação, a informação as comunidades atingidas direta e indiretamente. Estamos falando de uma obra pública custeada pelos recursos de todos e de uma obra que trará benefícios, com impactos sócio- econômicos positivos, mas, que para as pessoas diretamente atingidas, seja pela perda da qualidade de vida, seja pela mudança dos locais de moradia, desta forma tem que ser minorada e compensada. Portanto, esse contato é importante, até porque quem analisa ou fiscaliza essa análise tem documentos frios, apresentados pelo proponente, pela equipe que realizou os estudos com fotografias, levantamentos da população atingida, nos dizem como vive e do que vive essa população, do que necessita dessa obra ou que essa obra significa para elas. Outra coisa é falar diretamente com essa população e saber o que ela sente em relação a essa obra. Evidentemente não foge para nenhum de nós a importância dessa obra. Diz que não tem nenhuma preocupação com o que foi dito pelo representante do Ministério dos Transportes afirma que essa obra continuará sendo prioritária para qualquer governo federal, atual ou futuro, até por que não vê outra obra de ligação rodoviária com o Mercosul. Portanto, essa obra é importante para o país inteiro do ponto de vista econômico e para Santa Catarina, em questão de segurança. Lembra que em 1993, na Procuradoria da República em Joinville, Dr. Rubens chegou a propor Ação Civil Pública para propor ao Governo Federal a duplicação da BR-101, sendo que o argumento para essa exigência era a quantidade de mortes. É importante que essa obra tenha total segurança, tanto na instalação da obra como na manutenção da obra. Friza que o trecho norte teve experiências negativas e informa que existe um inquérito Civil Público instaurado em Joinville tratando da questão do material utilizado na construção. Existe inclusive uma representação da Associação Comercial Industrial de Joinville com dados e indícios muito graves da utilização de material inadequado e da não implementação de estruturas de segurança. Isso é grave e está sendo investigado. Existe, ainda, investigação em Florianópolis tratando da sinalização da rodovia, que não foram executados de acordo com o projeto, ou seja, o projeto executado não está suficientemente resguardado de seguranças para a população envolvida. Continua firmando que tem problemas com a drenagem mal feita nas estruturas próximas as comunidades. São questões que preocupa que alertam para o novo trecho, que espera, até mesmo pela experiência do trecho anterior, seja melhor executado e muito melhor fiscalizada pela população envolvida. Diz ter uma série de indagações, repassadas pelos colegas do sul do estado, que não puderam estar presente nas Audiências de Araranguá e Laguna, entretanto prefere não discutir nesse momento, pois tem a oportunidade de discutir diretamente como o IBAMA em uma etapa posterior. Ela repassará aos colegas do sul algumas informações que em parte foram esclarecidas nessa exalação no que

dizem respeito ao desvio de Araranguá, ou a não duplicação da já existente por conta da representação de mais de 40 entidades associativas do município preocupados com a perda de qualidade de vida naquele município e friza que quando se fala em meio ambiente não estamos falando apenas em recursos naturais, mais, principalmente em qualidade de vida da população. Quando falamos em mananciais hídricos estamos falando em água para a população beber e isso é mais importante do que a rodovia. Então uma obra viária tem que se harmonizar e respeitar isso. Diz que gostou de ter sido encontrada outra alternativa para Maracajá, evitando o eterno o problema de enchente na área e até mesmo de um impacto maior naquela região do banhado que é muito importante para qualidade devida do ecossistema. Fala sobre a preocupação muito grande da região de Sombrio e que discutirá futuramente com o IBAMA e a FATMA. Fala que gostaria de também de cumprir seu papel de MPF no que diz respeito às populações indígena, mesmo por que a função desse Ministério de é proteger e defender os direitos e interesses das comunidades indígenas. Como no traçado existem várias populações indígenas atingidas direta e indiretamente, especificamente, o caso mais difícil que a comunidade do Morro dos Cavalos. Friza que para o MPF aquela terra é uma Terra Indígena embora não tenha sido demarcada definitivamente, já foi reconhecida legalmente por todos os órgãos federais, estaduais e municipais como Terra Indígena. Informa que existem todas as documentações históricas que é legal, antropológicas, etc, reconhecendo esse direito. Esse é um direito da Constituição Federal, ou seja, é um direito constitucionalmente assegurado a essas populações a permanência, ao uso fruto exclusivo dessas terras. Concorde com o que foi colocado pela antropóloga Dorotéia. A Constituição Federal assegura a essas populações os direitos exclusivos sobre suas terras. A Terra do Morro dos Cavalos é Terra Indígena. Continua dizendo que esse direito de uso fruto exclusivo diz respeito evidentemente a superfície da terra, mas existe um reflexo sobre o que existe abaixo do solo da terra. Desde 1988 com a promulgação da Carta Constitucional não temos ainda editadas as legislações de regulamentação, legislações complementares que talvez um dia possibilite o uso do subsolo das terras indígenas, ou seja, no entendimento do MPF, a matéria deverá ser analisada pela FUNAI, quanto pelo órgão ambiental não poderá licenciar o empreendimento que sobrepõe Terras Indígenas. Informa que já a discussão a Brasília à Câmara de Coordenação da matéria, que também entende não existir legislação que fundamente uma autorização da construção de um túnel sobre Terras Indígenas, ou seja, estávamos e estamos uma alternativa de traçado que não contemple aquela solução, embora reconheça que do ponto de vista de engenharia seja a melhor alternativa, informa que os indígenas estão abertos ao diálogo, tendo inclusive franqueado suas terras para os estudos necessários, mas do ponto de vista jurídico, existe uma discussão precedente que é jurídica e enquanto não existir essa legislação, que a Constituição Federal aponta como necessária para a utilização do subsolo de Terras Indígenas, e nesse caso é a utilização permanente de terras indígenas, não haverá essa possibilidade. Informa que existe já em discussão no Congresso Nacional projeto de lei para regulamentação no que diz respeito a utilidade pública, o que seria obras de relevância e utilidade pública em relação a utilização de Terras Indígenas, mas isso está só em discussão. Conclui dizendo que no momento não temos uma legislação que ue não diga como é possível a utilização do solo e subsolo em Terras Indígenas.

César Fullgirái, morador de Palhoça pergunta: já que o lote 02 é independente, qual a data do seu início. Ribas responde dizendo que está previsto ser executado por empresa privada vencedora até o final desse ano deverá estar com o contrato assinado.

Daniel Feureim, Associação da Enseada de Brito diz que mora na Enseada, onde tem comunidade indígena, tem pescadores criadores de mariscos e a preocupação com a quantidade de barro que irá descer quando da construção. A preocupação é se vai matar o marisco, se o povo vai passar fome. Querem a duplicação mais a que custo, lá não existe só índio. Querem conhecer, compreender a cultura indígena mais eles também são gente e querem ser respeitados. Apresenta a proposta de ver e discutir o projeto, pois gostaria de conhecer melhor. Querem saber como vão pegar água no morro, se tem uma passarela para a população da Enseada para não ter que atravessar com perigo de morte. Afirmam que querem a duplicação mas querem viver bom. Petrucci responde que no EIA está previsto que este impacto irá acontecer, devido à natureza da obra e para tanto, são indicadas várias medidas para evitar esse impacto. Informa que o detalhe

da obra será em um outro momento. Espera que não só na Enseada, como em qualquer outro manancial não haja aporte de sedimentos, barro. A respeito da passarela, na ocasião da elaboração dos projetos, o estabelecimento da localização das passarelas pelos projetistas, assegura que foi fruto dessa discussão com as comunidades. Porém, isso poderá ser mudado. O detalhe do local deverá ser discutido com os projetistas.

Ribas esclarece que todos os procedimentos de projeto estará no PBA, onde consta 20 programas voltados para as comunidades voltados à segurança e dentre deles encaixa a preocupação de proteção das comunidades, coloca a disposição para contatos com a comunidade que nuca é demais.

Valter Alberto Sá Bensousan pergunta se a Reserva Indígena do Morro dos Cavalos está homologada, diz que a UFSC invadiu a área e assentou ilegalmente os índios e diz que é sabido que a FATMA e o IBAMA foram contra a criação da reserva.

Dr. Jorge Luiz responde pelo IBAMA dizendo que o este não se manifesta em relação a criação de Terra Indígena. Cabe-o manifestar sobre a criação de UC. Informa ainda que agora Terras Indígenas são áreas de preservação permanente na lei do SNUC. Então o IBAMA não pode ir contra e pede a professora Dorotéia para informar.

A professora Dorotéia diz que Terra Indígena é Terra Indígena. Informa que na década de 90 essa área questionadíssima pela comunidade foi objeto de um Grupo de Trabalho do órgão federal onde foi apontada a necessidade de ampliação dessa área para 121,8 hect, para que se processe toda a regulamentação até que seja demarcada fisicamente e registrada em cartório. De fato a presença indígena no Morro dos Cavalos é anterior ao planejamento do leito original da BR-101, como também anterior ocupação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, apesar dessa área de 121,8 hect., está integralmente dentro da UC, a presença indígena é anterior, não se sabe como será agora como Lei do SNUC art. 57 que prevê a formação de Grupo de Trabalho com a FUNAI. De fato estamos falando de sobre posições de áreas em terras indígenas e UC. A presença indígena anterior a criação do Parque em nov/75 e atestado por estudo posterior da FATMA e UFSC.

Sou UFSC e não tenho notícias de que a UFSC tenha invadido o Morro dos Cavalos. O que existe é uma situação dinâmica no Morro dos Cavalos e uma população bastante maior e acentuada no Morro dos Cavalos hoje do que na década de 70, viabilizando ou demonstrando a questão da organização social, política e econômica cultural, religiosa dos índios Mbyá-Guarani que vive atualmente no morro.

Valter novamente se pronuncia, dizendo que a área foi invadida há seis anos atrás, diz que a própria comunidade e testemunha. Na época a FATMA se manifestou contrária à presença indígena na área. O Procurador da República, Antônio Carlos Pinto também foi contrário, embora não oficialmente, a câmara de Vereadores foi contra. Diz que existe mais dois processos uma ação Demarcatória e outra Ação Civil Pública e disse que o mais lamentável é que um país mais de 8.500 km de área ainda insiste em criar uma reserva as margens de uma BR com 121 hect., dizendo que estão defendendo os interesses indígenas. São pessoas que vivem abaixo das condições de miséria e foram colocados ali não para serem tratados como seres humanos, mas para servir de subsídios e matéria prima para fazer esse tipo de trabalho que está a disposição de quem quiser vê (referindo-se aos estudos antropológicos apresentados na Audiência).

Ana Nobre moradora de Palhoça diz que estão sendo prejudicados com o barulho que se faz presente que não deixa ninguém dormir. O descanso é importante não agüenta mais enchente no centro da Palhoça. Diz ter dois bueiros abertos em direção ao centro de Palhoça. Ribas esclarece que essa situação citadas não está na BR-101 sul mais de qualquer forma informa que os bueiros foram executados em palhoça ao norte como forma necessária de transposição das obras. O que havia era um acúmulo de água montante. Ocorre que no segmento a leste essas águas terão canalização. O que falta é uma drenagem que já está na prefeitura, a água passará no município, problema de drenagem do município.

Jaci Rocha Gonçalves da UNISUL/Palhoça pergunta se existem condicionantes do RID em

relação aos povos indígenas. Petrucci informa que a condicionante do BID refere-se a obtenção da LP, de acordo com a legislação nacional. Isso significa que a preocupação do BID não é só com os índios, mas com todas as comunidades ao longo do traçado.

Em seu depoimento esclarece que sua pergunta foi no sentido de trazer presente uma espécie de "ouvi falar". O povo do norte do mundo que viemos estão tentando fazer uma reparação. O GABOL trouxe parte do dinheiro para Biguaçu e o Caciqüe, que antes não morava no Morro dos Cavalos entregou o dinheiro para que a comunidade, que estava em Massiambu, pudesse ir para Imaruí. Foi uma partilha incondicional deles, de utilizar o recurso dado pelo GABOL, para que pudessem, os outros irmãos, ter uma terra onde pudessem plantar de imediato. Fala que o seu depoimento sobre esse povo, que ele conhece, e como cidadão honorário de Palhoça, quando agradeceu a cidadania pelo trabalho realizado com os portadores de deficiência abandonados nos mangues e outra pelo trabalho indígena, ao enterrar uma criança e uma senhora jurou que aquele povo não iria mais morrer do que estava na causa morte, que era a desnutrição, passados doze anos. Ali era uma terra espremida pela SC 208, a Juiza com um grupo de pessoas inclusive da UFSC conseguiram empréstimo de terra em Massiambu. Quando procuravam água à 3Km da nascente e está lá a mesma água até hoje. Na ocasião, a comunidade continuou vivendo no Morro dos Cavalos. Antes da BR-101 quando os ônibus de turistas passavam no morro para conhecer os índios. Tem depoimento do padre que era missionário. Há dez anos não tem morrido índios de desnutrição, não existe o estado de miséria mais não existe ainda a possibilidade de auto-sustentação. A terra que pagavam para seus parentes porque lá são xiripa e aqui Mbyá mostra para no aquilo que existiam antes de nos, ou seja, existia uma aldeia aqui, sem cerca e com uma única lei: onde existe vida, que ela seja respeitada. Vida para todos não só para os humanos, mas para todos. Há um ano atrás conversando com os caciques sobre a FATMA, eles diziam que há uma unidade da federação onde os índios foram devolvidos para uma área grande de preservação e eles estão trabalhando em conjunto com aqueles que cuidam das leis ambientais. A FATMA está envidando esforços no sentido de trazer essa experiência para os índios, a fim de que toda a Serra do Tabuleiro seja devolvido dentro dos critérios de justiça aos índios para que fossem guardiões da Serra. Entre os estudiosos, antropólogos o povo Mbya-Guarani, diferentemente dos outros povos que venderam suas terras ou deixaram explorar é considerando o povo mais ecológico das Américas. Portanto, seu depoimento era de trazer um pouco descritivo da alma desse povo, que tem inclusive sua expectativa agora retratada em seu produto cultural, um CD, que os jovens estão fazendo em sua própria língua. O que estamos fazendo é criar espaço para que eles se explicitassem novamente como um povo e eles irão devolver, nos critérios éticos de vida que anda correndo atrás em línguas estrangeiras, eles são os estrangeiros nessa terra. Se o norte do mundo esta procurando reparações, que tal pensarmos nisso. Nós somos estrangeiros e não eles. Termina seu depoimento como se fosse uma súplica, um gesto mínimo que podemos fazer para arremedar o que foi feito no século XVI. Quando o pessoal começou a fazer reunião com os índios, e tem gente que é lido, por se colocar ao lado deles, por merchandising brasileira por ter alma de índio.

Edício Correa pergunta sobre o trevo e retorno no Canto Sul. A comunidade do Canto sul fica também a baixo do Morro dos Cavalos. Essa comunidade se não tiver um retorno vai ficar isolada e com essa área de reserva e APP. Informa que quando comprou sua propriedade ali e doou parte para FATMA na obrigação de preservar o meio ambiente, os mananciais. Cumpriu sua parte. Por uma infelicidade a cada campanha política que surge, surge novo pregador de proteção aos desamparados e manda invadir terras indígenas e nos ficamos a mercê da passagem. Como vamos preservar a terra se ela esta sendo invadida ao meio. A prefeitura não tem recursos e estava no projeto junto a Iguatemi que teria um retorno na Boca do túnel para o Canto Sul. Pergunta se esse retorno irá existir.

Ribas responde que o retorno está previsto e continua no projeto e será executado.

Clovis Beighenti do CIMI pergunta se houve estudo de outra alternativa além das 3 apresentadas no EIA, como ficará a situação sócio-econômica da comunidade indígena no Morro dos cavalos com a construção do túnel esse tende a desaparecer e como o DNER e o Ministério dos Transportes pretendem contornar a inexistência de lei complementar apontada pela Constituição

Federal de 1988.

Ribas responde que foram estudadas cinco alternativas para a travessia do Morro dos Cavalos, tanto a Leste quanto a oeste e intermediárias mas todas ao redor do Morro dos Cavalos que é um ponto obrigatório da rodovia, não teria outra alternativa senão aquele ponto de passagem, condicionada topograficamente. Quanto a construção do túnel, este está previsto no projeto, as interferências com o lençol freático existe, mas não a ponto de acabar com a água, afirmamos isto, baseado com o que aconteceu no Morro do Boi que foi construído o túnel e não houve nenhum fato semelhante. No que se refere se vai raspoilar a Constituição diz ser lógico que sim, e que nem o IBAMA irá fornecer uma licença ambiental para um projeto que fere a Constituição.

Dr. Jorge Luiz esclarece que a Constituição é clara e que fala em mineração e utilização de energia. É complicada, pois, como geólogo pode achar que cavando um túnel esta fazendo mineração. Por outro lado, deve-se ponderar pois a área indígena não esta decretada.

Dra. Ana Lucia Hartmam pede a palavra e esclarece que houve uma leitura errônea do art. da Constituição que estamos utilizando, tanto ela como o representante do CIMI, na verdade não estão falando do parágrafo 6º, art. 231 que diz "são nulos e extintos não produzindo efeitos jurídicos os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes ressalvadas relevante interesse público". Por isso o representante do CIMI fez menção a discussão no Congresso do que é relevante interesse público, já que não existe esta regulamentação. Continua dizendo que está na Constituição "segundo o que dispuser a Lei Complementar". Por isso ela afirma não haver nenhum fundamento legal para essa autorização. Ressalta que com isso não se pode sair por aí dizendo que não se deve fazer a duplicação. O que está dizendo, que é necessário buscar uma outra alternativa que não o túnel ou que não o uso da Terra Indígena. Prossegue dizendo que realmente não há uma demarcação definitiva, mas que quando se trata de Terra Indígena o que importa não é a aquisição de propriedade, mas sim um reconhecimento de um direito originário. Aquela terra é um único direito originário previsto na Constituição, que é justamente um direito indígena. Então simplesmente se reconhece que aquela terra é deles. Existe uma identificação, só não existe, ainda, um acordo com a comunidade a respeito do tamanho, ou seja, não existe ainda uma solução sobre o tamanho adequado para a reprodução física e cultural prevista na Constituição Federal. É esse aspecto que ainda não está solucionado. Aproveita para parabenizar os representantes da comunidade de Enseada de Brito e alerta-os que depois dessas discussões, que serve para a análise do órgão licenciador, do IPHAN e da FUNAI para as autorizações prévias, haverá um segundo momento de análise de projeto e engenharia que serão discutidas as condicionantes e minorantes. Reporta-se a Senhora que levantou os problemas de ruídos e afirma que evidente que o problema vai aumentar e muito, porém, é evidente que poderá ser minorado e para isso existem tecnologias e tem que ser cobrada pelos representantes legais dos municípios. Ca so isso seja impossível, as comunidades deverão ser compensadas por essa perda de qualidade de vida. É importante que todos fiquem alertas, também, para a compensação ambiental, incluindo as comunidades afetadas que e muito em termos financeiros. Conclui dizendo que existe a Resolução CONAMA que aloca entre 0,5 a 2% a compensação ambiental.

Alberto Neto, autônomo pergunta em relação ao Parque Serra do Tabuleiro, quais as comunidades faunística, quais as de maior relevância e quais as medidas mitigadoras recomendadas.

Petrucci responde que as comunidades levantadas foram a mastofauna, ornitofauna e ictiofauna das quais as de maior relevância ou de maior possibilidade de serem impactadas foi considerada a mastofauna e as medidas mitigadoras recomendadas para atenuar esses impactos, ao longo das obras, é o controle de redução de ruídos, a fiscalização e a proibição do acesso de funcionários às áreas do Parque, a instalação de equipamentos que permitam a livre circulação da fauna entre ambas as margens da rodovia e na operação medidas de Educação Ambiental, como orientação panfletos sinalização etc. informação para que os usuários saibam que estão

1276

passando por uma área protegida, como deve e como não devem agir dentro destes limites.

Antonio Dante Brognole Neto, pergunta que tendo em vista que a Resolução CONAMA exige a busca de alternativas locais pergunta se a consultora teve a iniciativa de estudar as variantes apresentadas ou se foi tarefa dos projetistas.

Petrucci responde que receberam cinco alternativas indicadas pelo DNER/IME que os contrataram e a eles indicadas pelos projetistas. Não obstante fizeram uma análise, não só nesse ponto como em outros pontos e outros do ponto de vista da equipe. Foi feita uma macro análise sobre imagens de satélites, buscando a possibilidade de acordo com relevo, drenagem e condições de estabilidade geológica e solos. Nesse a rodovia deveria passar onde esta passando ou na encosta oeste ou leste, mais próxima do litoral. As cinco foram analisadas, uma a uma com ponderações e delas a alternativa do túnel a menos importante.

Nirido Artur Luz, Presidente da Câmara Municipal de Palhoça lamenta a ausência do Prefeito de Palhoça nessa hora, pois não foi concedida a palavra a ele para que pudesse explicar a professora Dorotea. Fala principalmente para o IBAMA e a FATMA que Palhoça reivindica para seu desenvolvimento a margem da esquerda da BR-101 para o turismo, desanexado do Parque Estadual. Diz que recentemente teve atrasos nas obras da SC 433, que liga a praia do sono a praia da Pinheira porque a FATMA não aceitou a construção da rodovia. Pergunta com fica o lado direito da BR-102 e se não será mais fácil desanexar do parque para que a rodovia possa ser feita pelo lado esquerdo. Diz que se o IBAMA e a FATMA liberam para a construção da rodovia a comunidade também reivindicar e afirma que até hoje não foram indenizados pelo governo estadual. Conclui dizendo que sua opinião como vereador é desanexar e construir a rodovia e pelo desenvolvimento do turismo na região.

O presidente da mesa esclareceu que a audiência tem regulamento e no momento em que o Prefeito de Palhoça pediu a palavra ia iniciar o intervalo, o sr prefeito deveria esperar mais dez minutos, o retorno dos trabalhos para então fazer uso da palavra.

Com relação às questões do parque serão encaminhadas à FATMA.

Leto Momm da UFSC em seu pronunciamento diz que muito se fala em segurança e conforto da rodovia e ficou surpreso que os estudos colocam o ruído como significativo. Afirma que em outras partes do mundo sempre se colocam barreiras sonoras e equipamentos que tenham porosidade e divisórias internas, barreiras de vidro sobre os viadutos, soluções caras e concretos asfálticos drenantes que reduzem o ruído e melhoram a segurança dos usuários promovendo visibilidade perfeita nos momentos de chuvas. Pergunta se essas soluções foram previstas em todo o trecho ou algum. Fala dos viadutos em Paris, Bordeaux que foram construídos com a via principal mais elevada para evitar a propagação do som.

Petrucci responde que o ponto detectado hoje é a travessia de Araranguá, que já é crítico hoje. Portanto, é recomendado que se mantenham dentro dos padrões da legislação brasileira. Durante a operação as utilizações do pavimento que gera menos ruído foram acertadas com os projetistas para serem usados. Para outras travessias urbanas serão utilizados outros equipamentos como barreiras sonoras, nos momentos necessários, sem importar o custo dessa barreira. Quanto a travessias urbanas subterrâneas não foram consideradas pelo EIA/RIMA.

José Antonio do Sindicato dos Engenheiros, pergunta qual a posição do Ibama se vai licenciar a duplicação da rodovia ou se vai aguardar a lei complementar.

O presidente da mesa responde que a questão é controversa do ponto de vista jurídico. Diz que o Ibama vai ouvir a sua Procuradoria Geral e a FUNAI. Caso as posições jurídicas forem semelhantes a da Dr. Ana Lucia o Ibama não poderá emitir a licença nesse trecho.

José Antonio prossegue dizendo que em Laguna foi duro com o Ibama por causa da morosidade do licenciamento e pede o empenho em liberar a licença para os trechos sem problemas técnicos e ambientais, como é o caso de Morro dos Cavalos.

O Presidente da mesa informa que o Ibama não gosta de liberar licenças por partes, mas essa

1275

possibilidade existe.

Engenheiro Valmir Antunes da Silva pergunta se o MPF tem outra alternativa para o Morro dos Cavalos.

Dr. Jorge Luiz pergunta a Dra. Ana Lúcia quer fazer uso da palavra e essa acena que não.

O Engenheiro Valmir esclarece que não teve a intenção de atingir a Dra. Ana Lúcia porque conhece o seu trabalho em Santa Catarina e em particular o de reorganização e graças a essas ações e, quem milita no meio ambiente, principalmente no setor de transporte sabe o envolvimento do MPF em todas as ações. No entanto, ficou assustado com o que ouviu esta noite. É evidente que não vamos burlar a Lei, não tem como contrapor Dra. Ana Lúcia, mas gostaria de puxar essa linha de raciocínio para colaborar. Não há outra alternativa que possa evitar a área indígena, a não ser gastar milhões de dólares e não devemos discutir o assunto. Seu empenho é que isso seja revisito o quem sabe possa transpor o fato de não termos lei complementar e que, transcorrido tanto tempo somente agora foi levantado isso. Diz que os índios têm direitos e devem ser respeitados. Lamenta o fato de que o assunto mais discutido nessa audiência ser as questões indígenas e não ter a presença da FUNAI, que responde legalmente por eles. Toda essa preocupação levantada nessa audiência, a defesa do MPF, os estudos apresentados deveriam ter partido da FUNAI e diz que a Resolução CONAMA nº 237/97 estabelece prazos para emissão da licença e deve-se também estabelecer prazos para a FUNAI se manifestar.

Dra. Ana Lúcia relembra ao Presidente da Mesa que ela e o colega Procurador de Crívelima Dr. Piumos estiveram em Brasília em abril/2000 para reunião com o pessoal do Ibama, que trata desse licenciamento, e a procuradoria Geral, porque estavam preocupados com o trecho de Araranguá, oportunidade relevante em oferecer a população de Araranguá uma qualidade de vida digna e um crescimento ordenado. A alternativa é a que melhor serve a esse propósito. Esclarece que já naquela ocasião alertavam para o tema e a inércia da FUNAI no que se refere a autorização, pois tinham noção, àquela época que os estudos que tinham sido feito não levavam em consideração o componente indígena como deveria. No dia seguinte reuniram com a FUNAI e alertaram da ausência de estudos jurídicos. Com relação aos estudos do componente indígena atingido. À época a FUNAI se movimentou um pouco no sentido de levar essa preocupação ao Ibama, o que resultou na complementação desses estudos, pois o outro era tão frágil e tão omissivo que nem deveria chamar de estudo. A questão de Araranguá acredita que graças aquela conversa fizeram com que apresentassem outra alternativa de traçado e essa alternativa irá passar pelo crivo do IBAMA e da FATMA. No caso da FUNAI não trata de um ato jurídico próprio, a autorização, ou seja, do ponto de vista de "tutela" indígena, o empreendimento ou não. A FUNAI tem prerrogativa que o Ibama não tem. Cabe ao Ibama dar a licença ambiental prévia e mais tarde a instalação. Por isso está preocupada com a inércia da FUNAI. Informa que no dia 07/12/2000 reuniram na FUNAI, em Brasília, com um colega do Rio Grande do Sul, Dr. Marcelo Bercauson e as colegas da Câmara de Coordenação de Matérias de Interesse Indígena, em Brasília, e explicaram a Presidência e a Procuradoria da FUNAI que não se tratavam apenas de uma área indígena e uma obra, estavam falando de um precedente perigosíssimo, ou seja, no momento em que o MPF fechar os olhos com a autorização da FUNAI contra a Constituição Federal teríamos que fechar para todos e qualquer desobediência à Constituição Federal. A lei complementar não é de agora que estão brigando, desde 1988 estão discutindo, levando idéias aos parlamentares para que seja elaborada essa lei. O Congresso Nacional é que vai ter que se posicionar se é possível ou não a exploração e uso desses recursos, em que medida isso poderá afetar as comunidades indígenas e em que medida essas comunidades vão participar dessas explorações. Isso que precisa ser definido por essa lei complementar. É uma discussão muito grave que envolve elementos muito diversos, por que o Brasil é muito diverso, as comunidades indígenas são muito diversas. As situações são diversas. Alega que o MPF, pelo que compete pela Constituição Federal, a fiscalização da obediência à Lei, portanto, não podem de forma alguma concordar com isto. Afirma que, em dezembro/2000, o Presidente da FUNAI e sua Procuradoria Jurídica afirmaram que faria encaminhamento dessa posição ao Ibama. Ela pediu que o fizesse o mais rápido possível para proporcionar ao proponente, DNER, um levantamento de alternativa que não fosse sobreposta em área indígena ou no subsolo de área indígena. Infelizmente a

127

FUNAI não cumpriu com o que foi acordado verbalmente. Há uma semana ligaram apavorados com a data da audiência pública e colocaram que não tinham condições de participar desta audiência por falta de uma análise mais concreta do PBA, que só receberam em meados de janeiro/2001. A posição da FUNAI, infelizmente, foi o pedido de adiamento da audiência e não trouxe uma sugestão no que se referem essas comunidades. Diz que o MPF já tem o posicionamento sobre isso, preocupado com o precedente que vai gerar para qualquer obra pública, não é o caso dessa, que concorda que há interesse público, isso poderá precedente para tantas obras que não tenha tanto interesse público assim.

Álvaro Siqueira Pitta, Associação Brasileira de Pavimentação diz que gostaria de ouvir sobre o passivo ambiental, qual o percentual do passivo por terceiros e não pela rodovia.

Petrucci responde que a rodovia contribuiu com 25%, sendo o restante por terceiros.

De uso da palavra, o Sr Álvaro em seu depoimento diz que de fato a comunidade indígena existia e não onde está hoje, em Massambu. Diz que a duplicação tem que resolver os problemas operacionais atuais dentro de um horizonte de 10 anos, quando a rodovia passar em qualquer município através de contorno, afirma que se as autoridades e os cidadãos não zelarem pelo institucional do corredor neste mesmo, estaremos transferindo para o futuro essa mesma situação vivenciada aqui. Nós cidadãos não temos que condenar o DNER por pretender obra desse porte, mas sim buscarmos a preservação do institucional (estadual, municipal).

Secretário de Transporte de Santa Catarina diz que é Deputado Federal pela região inserida no contexto da BR-101 e que está preocupado com a efetivação da duplicação. Preocupado com as declarações do MPF. Sua preocupação diz respeito ao cronograma a ser cumprido. As negociações com os Bancos só se darão após a licença ambiental e o que foi dito aqui o financiamento só se dará após a licença integral. A solução da duplicação da rodovia é um compromisso do governo de Santa Catarina e teme que isso continue arrastando e fazendo vítimas fatais. O cronograma deverá ser cumprido. Não queremos atropelar a lei, não queremos forçar qualquer situação. Continua dizendo que infelizmente as questões ambientais somente agora estão sendo discutidas e que as pessoas do trecho sul do estado estão sendo penalizadas.

À 01:45h não havendo mais questionamentos e/ou colocações o Presidente da mesa, Dr. Jorge Luiz Brito Cunha Reis, deu por encerrado os trabalhos, dando por válida a Audiência Pública, informando que todo o material entregue à mesa será anexado ao processo administrativo deste licenciamento.


Jorge Luiz Brito Cunha Reis
Presidente da Mesa


Agoslinha Perpêira dos Santos
Secretária Executiva